



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRAS  
TRADICIONAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A MORTE DO *UATU*: IMPACTOS DO DESASTRE DA SAMARCO/VALE/BHP  
SOBRE A SUSTENTABILIDADE DO POVO KRENAK**

**THIAGO HENRIQUE FIOROTT**

BRASÍLIA

2017

**THIAGO HENRIQUE FIOROTT**

**A MORTE DO *UATU*: IMPACTOS DO DESASTRE DA SAMARCO/VALE/BHP  
SOBRE A SUSTENTABILIDADE DO POVO KRENAK**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

**Orientadora:** Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

BRASÍLIA/DF – 2017

FIOROTT, Thiago Henrique

A morte do *Uatu*: impactos do desastre da Samarco/Vale/BHP sobre a sustentabilidade do povo Krenak / Thiago Henrique Fiorott. Brasília - DF, 2017. 158 f.

Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT)

Orientador(a): Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

1. Desastre da Samarco/Vale/BHP 2. Rio Doce-*Uatu* 3. Sustentabilidade 4. Krenak. I. FIOROTT, Thiago Henrique. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRAS  
TRADICIONAIS

**THIAGO HENRIQUE FIOROTT**

**A MORTE DO *UATU*: IMPACTOS DO DESASTRE DA SAMARCO/VALE/BHP  
SOBRE A SUSTENTABILIDADE DO POVO KRENAK**

Dissertação submetida a exame como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Dissertação aprovada em 10 de maio de 2017, Brasília –DF.

---

Dra. Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti - UnB  
(Orientadora)

---

Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento - UnB  
Examinador externo

---

Dr. Henyo Trindade Barretto Filho - UnB  
Examinador Interno



Ancião Euclides Krenak às margens do *Uatu*, já contaminado pela lama. Fonte: Funai, 2015

Dedico esse trabalho à memória do ancião, guerreiro e pajé Euclides Krenak, e em nome dele, a todo o povo *Borun*. Esse saudoso ancião teve em sua história de vida a marca da resiliência - diante das forças estatais e econômicas - para resistir durante 105 anos, a exílios, torturas, usurpação do território tradicional, e, impactos dos empreendimentos, sem nunca desistir de lutar pelo seu povo e por sua vida. No primeiro exílio imposto aos Krenak, na Terra Indígena Maxakali, perdera a sua família, tendo sua esposa e filhos mortos. Durante a ditadura militar foi novamente exilado, dessa vez em Mato Grosso, torturado pelos agentes da repressão – simplesmente por ser indígena. Sr. Euclides atravessou um século de investidas e ataques, e mesmo com o avançar da idade esteve junto com seu povo lutando e reivindicando os seus direitos diante do Desastre da Samarco/Vale/BHP em 2015 e 2016. Um ano após o desastre, com 105 anos, o ancião passou a habitar o mundo dos *Maret*<sup>1</sup>, sem conseguir realizar um de seus últimos desejos, já em seu leito de morte – comer o “peixe de antigamente, o peixe do Uatu”, conforme nos contou sua irmã:

Antigamente tinha muito peixe nesses córregos. Sábado o meu irmão, o velho Euclides, que tá doente, tadinho, me disse: Eu tava com vontade de comer peixe, peixe com angu. Eu falei com ele: ô meu filho, quando é que eu vou arrumar peixe? Aonde? Não tem mais peixe, o rio a lama matou tudo nossos peixes, como é que nós faz? Aí todo sábado tem feira em Resplendor, aí chamei Lirio (esposo). Cheguei lá, olhei e perguntei: tem peixe? Tem peixe, tem peixe grande! Aí olhei, tinha um peixão assim – Curvina! Aí falei assim: nossa, mas moço esse peixe é da onde? Não é do rio não? Ele disse: não! Não é do rio Manhuaçu não? Ele disse: não! É de longe, é do mar! Ai eu fui e comprei e domingo eu fiz um panelão cheio de peixe, um panelão de polenta, e levei pro véi. Falei: você tava com vontade de comer peixe, ai ele comeu, comeu, falou: ah mas tá tão gostoso! e depois ele falou: mas eu tava com saudade de peixe do tempo de antigamente, do peixe do Uatu! (Dejanira Krenak, informação verbal, 2016)

---

<sup>1</sup> Espírito que orienta a vida, protege e guia o povo, segundo a cosmologia Krenak.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me permitido chegar até aqui e concluir mais esta etapa; esse importante ciclo em minha vida.

A minha família: minha mãe e Antônio, meu pai e Maria Adélia, minhas irmãs e irmãos, por me apoiarem incondicionalmente, por me mostrarem o caminho e servirem de exemplo e inspiração.

A João Antônio, companheiro de vida, pelo incentivo incondicional em me tornar melhor a cada dia, pela presença, cumplicidade, e por estar sempre ao meu lado.

Ao meu irmão Ronaldo Pena pela força nas mais intensas batalhas em todos os âmbitos da vida, pela parceria diária.

Aos povos indígenas de Minas Gerais e Espírito Santo, que tanto me ensinam no dia a dia, a perseverança, a paciência e a resiliência para continuar seguindo e resistindo em busca de um lugar melhor para se viver.

Ao povo Krenak, pela vivência, oportunidade, ensinamentos e por nos mostrar caminhos de resistência e sustentabilidade. Obrigado pelo grande aprendizado de vida.

A Fundação Nacional do Índio, por ser meu lugar de expressão profissional e de luta pela defesa dos direitos nos quais eu acredito.

A todos os colegas da Coordenação Regional da Funai/MGES, companheiros de lutas e vivências, com os quais compartilho diariamente a missão de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas.

A Caroline Willrich, irmã de coração, pela parceria, cumplicidade e força sempre demonstrada, por compartilhar as dores e prazeres da atividade indigenista, sempre com um sorriso no rosto, serenidade, e com muito amor no coração.

Agradeço ainda a Carol, e também a Rudson, Luiza, Jorge, pelas substituições, nos momentos que precisei me ausentar. Obrigado por compartilharem a empreitada e somarem a força de vocês. Com vocês e com outros tantos guerreiros da CR-MGES, os dias tornam-se mais leves.

Obrigado a todos!

A Marcelino e Silvan por compartilharem intensos momentos junto aos Krenak nesse percurso.

Ao Dr. Natan e ao Kaká, pelo belo trabalho desenvolvido no momento de conflito entre os Krenak e a Vale.

Aos presidentes da Funai, Flavio Chiarelli, João Pedro, Arthur Nobre e Antônio Costa, por me permitirem exercer o direito da capacitação profissional em serviço.

A chefe de Gabinete da Presidência da Funai, Cristine Menezes, pela competência e exemplo de profissionalismo no serviço público.

À Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena da Terra Indígena Krenak, pelas reflexões compartilhadas.

Aos colegas e professores do MESPT, por compartilharem suas vivências e experiências, e ajudarem na minha transformação nesses dois anos intensos de curso.

A minha orientadora Izabel Zaneti, pelo incentivo, condução, paciência e dedicação comigo durante o percurso de elaboração desta dissertação, sem você não seria possível. Obrigado!

Aos professores da banca, e da qualificação, Henry Barretto, Elimar Nascimento, Othon Leonardos, pelas contribuições para que pudesse trilhar um melhor caminho nesta jornada acadêmica.

A Regina Nascimento, Carolina Augusta e Andrea Brasil, pelas acolhidas e caronas que tornaram os períodos em Brasília muito mais agradáveis. Obrigado pelos papos, desabafos, vinhos e pela convivência única.

A Dudu, pelo apoio com as traduções, obrigado amigo.

Enfim, a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a conclusão deste curso de Mestrado e apresentação desta dissertação.

Só posso ser grato por tantas dádivas em minha vida!

## RESUMO

Em 2015 o Brasil presenciou o maior desastre ambiental de sua história – o rompimento da Barragem de Fundão da Mineradora Samarco (Vale e BHP Billiton), em Mariana-MG. Os impactos ocasionados por essa tragédia trouxeram prejuízos ambientais, sociais, econômicos, políticos, culturais, humanos. Vidas foram perdidas, e as consequências, que trouxeram pânico à população local, desceram com a avalanche de lamas ao longo dos municípios, povoados e terras indígenas da bacia do Rio Doce, com desdobramentos que só serão mensurados com o tempo. Um dos povos mais atingidos por esse desastre foram os *Borun* – remanescentes dos Botocudos, conhecidos como Krenak - cujas terras encontram-se às margens desse rio, o qual denominam *Uatu* (rio sagrado/rio grande/Rio Doce). Esse povo, ao longo da história, têm suportado várias formas de dominação para manterem sua (r)existência diante dos projetos hegemônicos que sobrepuseram o seu direito a um território livre e ambientalmente sustentável e que mais uma vez, tem com esse desastre, sua reprodução física e cultural, sua terra, suas vidas, seu futuro, sua sustentabilidade, ameaçados. O objetivo geral do trabalho foi descrever os impactos estabelecidos com o rompimento da Barragem de rejeitos da Mineradora Samarco/Vale e BHP em Mariana/MG, sobre as dimensões da sustentabilidade para o povo Krenak. A pesquisa de natureza qualitativa, estudo de caso, utilizou dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos por meio de história de vida e entrevistas com roteiro não estruturado e semiestruturado, grupo focal com roteiro definido para o debate dos participantes; além de registros de falas e observação durante as diversas reuniões realizadas, sobre o caso. Foi realizada uma caminhada com membros da comunidade ao Território Tradicional reivindicado pelos mesmos – os Sete Salões, ou seja, um roteiro dialogado. A observação participante foi importante para perceber as reações e emoções que transmitiam informações e sentimentos dos entrevistados e da comunidade, necessárias para a melhor compreensão dos impactos do desastre sobre a sustentabilidade do povo Krenak. Os dados secundários foram obtidos por meio da revisão de literatura acadêmica e indígena. Os resultados demonstram que, ao chegar ao território Krenak, os rejeitos da mineração transformaram o *Uatu* em um vermelho e espesso rio de lamas matando uma grande quantidade de peixes, e outros animais aquáticos e terrestres que faziam parte de uma cadeia extremamente importante para a segurança alimentar tradicional daquela população, além de outras relações próprias da sua cultura. A principal fonte de dessedentação humana e animal na TI Krenak foi inviabilizada, deixando todas as famílias sem água potável, e sem possibilidade de dessedentar seus animais domésticos e impossibilitando o plantio, as



atividades sociais, de educação, saúde, cultura, religião e lazer. Na visão dos *Borun* a principal consequência foi morte do seu parente *Uatu*, subtraindo um importante elemento da sua identidade e da sua territorialidade. Para tentar superar as consequências do desastre os Krenak apontam algumas alternativas a serem tomadas, como a manutenção e preservação da língua *Borun*, a demarcação do Território dos Sete Salões, a garantia da sua autonomia e participação na elaboração de projetos de compensação e mitigação de impactos, o estabelecimento de uma relação de respeito e ética da sociedade ocidental, dos empreendimentos para com o seu povo e principalmente o respeito ao tempo necessário à comunidade para se reestabelecerem e se reorganizarem e assim encontrarem as soluções e continuarem garantindo à sustentabilidade de sua existência enquanto povo etnicamente diferenciado, ou seja enquanto *Borun do Uatu*.

**Palavras-chave:** Desastre da Samarco/Vale/BHP. Rio Doce-*Uatu*. Sustentabilidade. Krenak

## ABSTRACT

In 2015, Brazil witnessed the biggest environmental disaster of its history – the Samarco Mining Company Fundão’s dam rupture, in Mariana, Minas Gerais state. The impacts triggered by that tragedy have brought environmental, social, economic, political, cultural and human damages. Lives have been lost, and the consequences, which caused panic to the local population, went down with the mud avalanche throughout the cities, villages and indigenous lands around Doce River basin, with developments only measured down with the time. One of the people most affected by this disaster was the *Borun* – hangover from the Botocudos, known as Krenak – whose lands are at the margin of this river, called by them Uatu (sacred river/big river/”Sweet River”). This people, throughout history, have borne various forms of domination in order to keep their existence – and resistance – before hegemonic projects that have overridden their right to a free and environmentally sustainable territory. Because of this disaster, one more time they have their cultural and physical reproduction, land, future and sustainability threatened. The general objective of this work was to describe the impacts resulted from Samarco/Vale/BHP’s tailings dam rupture in Mariana, MG, on the sustainability dimensions to Krenak people. The qualitative research, case study, used primary and secondary data. The primary data have been collected through life history method and interviews with non structured and semi-structured data collection, focal group with defined script to the participants debate; it has also been considered records of testimonies and observation during the many meetings about the case. The community members took part in a walking to the Traditional Territory claimed by themselves – the “Sete Salões” area, that is, a dialogued script. The observation was important to notice the interviewed ones’ reactions and emotions that transmitted information and feelings, theirs as well as the community’s, necessary to a better comprehension of the disaster impacts and the Krenak people sustainability. The secondary data have been gotten through academic and indigenous literature review. The results show that, by arriving to the Krenak territory, the mining tailings made *Uatu* into a red and thick mud river, killing an enormous quantity of fish and other terrestrial and aquatic animals, part of a food chain extremely important to the traditional food safety of that population, besides other relations proper of their culture. The main source of water provision to humans and animals at Krenak IT have been made unviable, depriving all families of drinkable water, and making impossible their animals and plants hydration, social, educational, cultural, religious and leisure activities. According to the *Borun* people, the main consequence was its relative *Uatu*’s death, taking away an important element of their identity

and territoriality. In an attempt to overcome the disaster consequences, the Krenak people point out some measures to be taken, as the maintenance and preservation of the *Borun* language; the Sete Salões territory demarcation; the assurance of their autonomy and participation in the elaboration of compensation and impacts mitigation projects; the constitution of a relation with respect and ethics from the occidental society, and the initiatives to their people and, especially, the respect to the time necessary to the community to rebuild and reorganize themselves and, thus, to find the solutions and keep on assuring the sustainability of their existence as an ethnically different people, that is, as *Uatu's Borun* people.

**Keywords:** Samarco/Vale/BHP disaster. River Doce-*Uatu*. Sustainability. Krenak

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do rastro da destruição – o caminho da lama na bacia do Rio Doce	16
Figura 2: Peixes mortos no rio Doce em decorrência do desastre	17
Figura 3: Ave encoberta pela lama no rio Doce pela da Samarco	17
Figura 4: Exemplos de livros e cartilhas Krenak, produzidos para o ensino da língua	34
Figura 5: Mapa e Detalhe do Mapa Histórico de Curt Nimuendaju – Território Botocudo	34
Figura 6: Áreas de ocupação e locais dos quartéis militares do Rio Doce, criados com a Guerra Justa	39
Figura 7: Detalhe do Mapa Histórico de Curt Nimuendaju	45
Figura 8: Cena de tortura durante a Formatura da Grin	54
Figura 9: Limites (em vermelho) da TI Krenak homologada	59
Figura 10: Mapa mental da área total da TI Krenak	59
Figura 11: Passagem do Comboio no território Krenak	68
Figura 12: Projeto de Pecuária Leiteira inserido na TI Krenak	69
Figura 13: Representação do sonho Krenak	71
Figura 14: Mapa mental da TI Krenak e território dos Sete Salões	81
Figura 15: Quintal enriquecido com frutíferas na casa de Renaldo Krenak	83
Figura 16: Momento de ritual na gruta Sete Salões	86
Figura 17: Barragens de Fundão, Germano e Santarém	95
Figura 18: Enxurrada de peixes mortos boiando no Rio Doce, no território Krenak, após o despejo da lama de rejeitos no <i>UATU</i>	104
Figura 19: Protesto dos Krenak na EFVM	104
Figura 20: Mediação do conflito na EFVM	105
Figura 21: Reunião do Acordo Emergencial Vale x Krenak	107
Figura 22: Caminhão pipa impedido de transitar devido as chuvas	109
Figura 23: Entrevista de História de Vida com Dona Laurita Krenak	115
Figura 24: Exemplo de semente para o artesanato na área dos Sete Salões	117
Figura 25: Jogos indígenas na margens do Uatu em 2014	118
Figura 26: Margens do <i>Uatu</i> , depois da lama	118
Figura 27: Acúmulo de resíduos sólidos da TI Krenak	126
Figura 28: Acúmulo de embalagens de complementação animal da TI Krenak	126
Figura 29: Texto de criança Krenak	130
Figura 30: Exibição de filmes na TI Krenak	132

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Participantes da Pesquisa	30
Quadro 2: Respostas do grupo focal durante o debate da pergunta “qual a importância do <i>Uatu</i> para a saúde do povo Krenak?”	66
Quadro 3: Acordo Emergencial Krenak x Vale	107
Quadro 4: Importância do <i>Uatu</i> para a saúde	122

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP - Ação Civil Pública  
APP - Áreas de Preservação Permanente  
BHP - Broken Hill Proprietary Company Limited  
CIF - Comitê Interfederativo  
CIMI – Conselho Indigenista Missionário  
CNV - Comissão Nacional da Verdade  
CR-MGES – Coordenação Regional da FUNAI Minas Gerais e Espírito Santo  
DS - Desenvolvimento Sustentável  
EFVM - Estrada de Ferro Vitória Minas  
EMSI - Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
GRIN - Guarda Rural Indígena  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade  
IDH - índice de desenvolvimento humano  
LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros  
LI - Licença de Instalação  
LO - Licença de Operação, assim como e LI  
LP - Licença Prévia  
MESPT - Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável na modalidade Povos e Terras Tradicionais  
MPF - Ministério Público Federal  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
PIB - Produto Interno Bruto  
PSF - Programa de Saúde de Família e Comunidade  
RCID - Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação  
SPI - Serviço de Proteção ao Índio  
SPILT - Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais  
SUS - Sistema Único de Saúde  
TI - Terra Indígena  
TTAC – Termo de Transação de Ajustamento de Conduta  
UnB - Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<b>Da trajetória pessoal do autor à proposta de pesquisa</b>	21
<b>Metodologia</b>	25
<b>1 POVO INDÍGENA KRENAK – CONFLITOS E RESISTÊNCIAS FRENTE AOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO</b>	32
<b>1.1 Do Processo de Colonização e Desenvolvimento à Desterritorialização contra os <i>Borun</i></b>	35
<b>1.2 A Estrada de Ferro Vitoria Minas – <i>Guapok</i> - e as violações ao povo Krenak pelo SPI</b>	45
<b>1.3 Exílios Forçados/Ditadura Militar/Presídio Krenak</b>	51
<b>1.4 O retorno ao seu Território e a Cultura do Rio para o povo Krenak – Novas Investidas e Impactos de Empreendimentos Contemporâneos</b>	57
<b>2 SUSTENTABILIDADE? DIÁLOGO INTERCULTURAL ENTRE O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E O CONHECIMENTO TRADICIONAL KRENAK</b>	71
<b>2.1 Território dos Sete Salões e Sustentabilidade Krenak</b>	80
<b>2.2 Autonomia e projetos de sustentabilidade</b>	87
<b>2.3 Entendimentos dos Krenak de como interpelam o conceito hegemônico de Sustentabilidade</b>	89
<b>3 O DESASTRE DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA MINERADORA SAMARCO/VALE E BHP E OS IMPACTOS PERCEBIDOS PELOS KRENAK</b>	95
<b>3.1 Tragédia anunciada: aspectos socioeconômicos e possíveis causas do desastre</b>	97
<b>3.2 Impactos do Desastre sobre a Bacia do Rio Doce</b>	101
<b>3.3 Os impactos do desastre sobre sua sustentabilidade na visão dos Krenak</b>	102
<b>3.3.1 Reconstruindo os fatos desde o desastre</b>	103
<b>3.3.2 Impactos sobre a Dessedentação</b>	112
<b>3.3.3. Impactos sobre a pesca, a caça e os artesanatos</b>	114
<b>3.3.4. Impactos sobre o projeto de pecuária e sobre os plantios</b>	117
<b>3.3.5 Impactos ao lazer</b>	118

<b>3.3.6. Impactos à Cultura e às relações sociais</b>	119
<b>3.3.7. Impactos sobre a saúde Krenak</b>	121
<b>3.3.8. A morte do <i>Uatu</i>, exílio Krenak em seu próprio território</b>	127
<b>3.4 Ações para superar o desastre: Projetos de futuro, os Krenak Resistem</b>	130
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	135
<b>REFERÊNCIAS</b>	140
<b>ANEXO 1</b>	145
<b>ANEXO 2</b>	148



## INTRODUÇÃO

O objetivo da presente pesquisa é descrever os impactos sofridos pelo povo Krenak a partir do rompimento da Barragem de rejeitos de mineração da Samarco/Vale/BHP em Mariana/MG, sobre a sua sustentabilidade, e algumas alternativas que a comunidade tem apontado para atravessar tamanha tragédia. No dia 05 de novembro de 2015 o Brasil presenciou o maior desastre ambiental de sua história – o rompimento da Barragem de Fundão da Mineradora Samarco (Vale e BHP Billiton), no município de Mariana-MG. Os impactos ocasionados por essa tragédia foram sem precedentes para todo o país, trazendo prejuízos ambientais, sociais, econômicos, políticos, culturais, humanos, entre outros. Vidas foram perdidas e as consequências do evento, que num momento inicial trouxe pânico à população local, desceram com a avalanche de lamas ao longo dos municípios, povoados e terras indígenas da bacia do Rio Doce, com desdobramentos que só serão possíveis de serem mensurados definitivamente com o tempo.

A barragem rompida, segundo o relatório preliminar do IBAMA (2015), continha 50 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos de mineração de ferro. Trinta e quatro (34) milhões de m<sup>3</sup> desses rejeitos foram lançados no meio ambiente e 16 milhões restantes continuaram sendo carregados, aos poucos, em direção ao mar, no estado do Espírito Santo. Inicialmente, esse rejeito atingiu a barragem de Santarém logo à jusante de Fundão, causando seu galgamento e forçando a passagem de uma onda de lama por 55 km no rio Gualaxo do Norte até desaguar no rio do Carmo. Neste, os rejeitos percorreram outros 22 km até seu encontro com o Rio Doce. E foi através do curso deste importante rio, que a lama chegou a Terra Indígena (TI) Krenak, descendo posteriormente, rumo à foz, até o Oceano, alcançando o município de Linhares, no estado do Espírito Santo, em 21/11/2015 (onde também impactou os indígenas Tupiniquim e Guarani) totalizando 663,2 km de corpos hídricos diretamente impactados (Figura 1).

Na bacia do Rio Doce, além desses povos já citados, também se encontram as terras onde vivem os povos Pataxó (nos municípios de Carmésia, Guanhões e Açucena) e o povo Mocuriñ (no município de Campanário), em Minas Gerais.

Figura 1: Mapa do rastro da destruição – o caminho da lama na bacia do Rio Doce



Fonte: WANDERLEY, 2015; p. 34

Ao longo de todo esse trajeto, vários foram os danos à fauna, à flora e às populações habitantes da região. Um dos povos mais atingidos por esse desastre é também um dos que há mais tempo habita a bacia do rio Doce – os autodenominados *Borun* – remanescentes dos Botocudos, amplamente conhecidos como Krenak, cujas terras encontram-se às margens desse rio, o qual denominam *Uatu* (rio sagrado/rio grande/Rio Doce).

Os *Borun*, ao longo da história, têm suportado várias formas de dominação - para manterem sua (r)existência diante dos mais variados projetos hegemônicos de desenvolvimento que sobrepuseram o seu direito a um território livre e ambientalmente sustentável. Esse povo, mais uma vez, têm com esse desastre, sua reprodução física e cultural, sua terra, suas vidas, seu futuro, sua sustentabilidade, seriamente ameaçados.

Ao chegar ao território Krenak, os rejeitos da mineração transformaram o *Uatu* em um vermelho e espesso rio de lamas. Consequentemente, os níveis de oxigênio da água baixaram suficientemente para matar uma grande quantidade de peixes, camarões e outras espécies aquáticas (Figura 2). Além disso, animais de maior porte que tinham na mata ciliar o seu *habitat*, como aves, capivaras, pacas, jacarés, entre outros, foram mortos (Figura 3). Cumpre ressaltar que esses animais, além de comporem o meio ambiente, faziam parte de uma cadeia

extremamente importante para a segurança alimentar tradicional daquela população, além de outras relações próprias da sua cultura. A principal fonte de dessedentação humana e animal na TI Krenak foi imediatamente inviabilizada, deixando todas as famílias sem água potável e sem possibilidade de dessedentar seus animais domésticos, ou mesmo de dar continuidade ao plantio das roças. Nem mesmo as atividades de educação, saúde, cultura, religião e lazer puderam ser realizadas.

Figura 2: Peixes mortos no rio Doce em decorrência do desastre



Fonte: Grupo Bem Estar da Felicidade/Blogspot, 2015

Figura 3: Ave encoberta pela lama no rio Doce pela da Samarco



Fonte: Portal Raízes, 2015

Para além desses gravíssimos problemas, os *Borun* apresentam uma profunda relação de ordem espiritual e cosmológica com o *Uatu*, que na sua percepção fora morto, o que

desencadeou um profundo sentimento de luto e de revolta em toda a comunidade; sentimentos esses agravados pela inércia dos responsáveis pelo desastre em efetivar ações emergenciais que pudessem minimizar os danos, fazendo emergir uma situação de conflito socioambiental entre a etnia Krenak e os empreendedores responsáveis pela Barragem. Os Krenak só foram ouvidos (e tiveram demandas emergenciais atendidas) pelos empreendedores após paralisarem a Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM) – empreendimento da Vale que corta seu território tradicional.

Se, ao longo da história, os projetos hegemônicos de desenvolvimento relegaram aos Krenak principalmente seus direitos territoriais, ameaçando a sua sustentabilidade e sempre os colocando em uma situação de vulnerabilidade e conflito, como veremos ao longo da presente dissertação, o desastre do rompimento da barragem da Mineradora Samarco (Vale e BHP Billiton) em Mariana parece ter trazido consequências ainda mais nefastas a esse povo, que tem no *Uatu* sua referência de ancestralidade e cosmologia, chegando a denominá-lo de “seu pai e sua mãe”. Tais motivos, somados à revolta da população, o sentimento de luto, o conflito socioambiental estabelecido e as consequências desse evento que vão se revelando com o passar do tempo, justificam a proposição da presente pesquisa.

Enquanto servidor público, indigenista e militante de uma sociedade democrática, pluriétnica e justa, busquei o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Nível de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável na modalidade Povos e Terras Tradicionais (MESPT) objetivando dar continuidade à minha formação, aprimorando meus conhecimentos e habilidades para o trato com os povos indígenas, a partir do aperfeiçoamento do exercício do diálogo de saberes, da interdisciplinaridade, da interculturalidade e da compreensão das formas de gestão utilizadas por esses povos na busca pela sustentabilidade.

Minha intenção foi estar melhor qualificado para os enfrentamentos cotidianos na arena política, neste contexto atual de ameaças e retrocessos estabelecidos contra minorias, podendo assim, atuar efetivamente em defesa dos direitos constitucionais dos povos tradicionais e da sociedade, e também estar mais bem preparado para atuar na defesa dos direitos indígenas, junto a esses povos, nos mais diversos conflitos socioambientais que se colocam frente a essas comunidades na atualidade, como no caso dos Krenak, diante desse desastre ambiental. Foi no contexto de alternância entre academia, trabalho e comunidade - sendo estes últimos, meus locais de atuação profissional – que se desenhou a presente proposta de pesquisa. A mesma foi gestada frente ao grande desafio de lidar com o maior desastre ambiental da história do país, na defesa, promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas por ele afetado.

Diante da situação de conflito estabelecida e ocupando a função de Coordenador Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estive, desde o primeiro momento, na grande maioria das negociações ligadas ao evento: desde as manifestações dos indígenas, reuniões destes com setores do governo, empreendedores, entre outros. Isso me permitiu perceber quão grave seriam as consequências e quão complexas as soluções a serem encontradas junto aos Krenak, a fim de reorganizarem suas vidas para essa geração e para as gerações futuras.

Nascimento (2012), ao discutir a trajetória da sustentabilidade, afirma “que uma sociedade sustentável supõe que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros”. O autor afirma que a economia está em conflito com os sistemas naturais do planeta, produzindo efeitos na redução das áreas de pesca, das florestas, e no desaparecimento de espécies, no aumento da erosão do solo, reafirmando a ideia de que o modo de produção e consumo vigente nos conduz a um desastre, como o ocorrido com a Barragem da Samarco/Vale e BHP. O que está em jogo é, em primeiro lugar, se as próximas gerações terão condições de viver com uma qualidade de vida pelo menos próxima a que almejamos para todos atualmente, e que muitos já têm. A partir desse desastre, esses são os questionamentos que surgem: o que é necessário diante desse evento para que os Krenak vivam com qualidade, sob seu próprio ponto de vista? O que eles têm, ou tinham, que garanta sua condição de ser Krenak e sua qualidade de vida, e o que pode ser feito para recuperar, compensar ou mitigar as perdas trazidas por essa tragédia?

Nesse sentido o objetivo geral da presente pesquisa foi descrever os impactos estabelecidos com o rompimento da Barragem de rejeitos da Mineradora Samarco/Vale e BHP em Mariana/MG, sobre as dimensões da sustentabilidade para o povo Krenak; e os objetivos específicos foram: a) reconstruir o histórico de violações sobre a sustentabilidade Krenak a partir de projetos de desenvolvimento hegemônicos; b) identificar o uso e as relações dos Krenak com o *Uatu* e os conceitos sobre sustentabilidade que operam entre a etnia; c) apontar os impactos ambientais, culturais, sociais e econômicos do desastre sobre a terra e o povo krenak e relatar suas estratégias de luta frente ao desastre para ter seus direitos minimamente garantidos; e, d) descrever as diretrizes que apontem para a superação e o reposicionamento da comunidade na perspectiva de terem compensados e mitigados os impactos do desastre com vistas à manutenção da sustentabilidade da sua existência.

A dissertação está organizada, a partir das explicações iniciais - na introdução, trajetória pessoal do autor e metodologia - em três capítulos. O primeiro deles procura reconstruir como

os projetos de desenvolvimento hegemônicos (que tiveram na maioria das vezes a associação do interesse privado e do Estado), ao longo do processo de colonização do Brasil, e em especial de Minas Gerais, destituíram o povo Krenak de seu território original e dizimaram sua população culminando com o desastre da Barragem de Mineração da Samarco/Vale/BHP. O segundo capítulo procura demonstrar quais as categorias cosmológicas, elementos e conceitos da etnia Krenak sobre sustentabilidade e como essas interpelam a discussão acadêmica ocidental sobre o tema, procurando refletir sobre o que o conhecimento Krenak tem a mostrar sobre a tão almejada “sustentabilidade”, bem como os elementos necessários para que a comunidade continue existindo enquanto povo diferenciado diante do desastre. O terceiro capítulo retoma o tema do desastre da Mineração da Samarco/Vale/BHP, dando ênfase aos impactos percebidos pelo povo Krenak à sua sustentabilidade e apontando algumas possíveis soluções que a comunidade entende pertinentes e necessárias ao seu reposicionamento a partir desse desastre para continuarem existindo enquanto povo etnicamente diferenciado.

O trabalho é finalizado retomando alguns pontos relevantes apontados pelos teóricos e pela comunidade Krenak sobre os temas tratados ao longo do texto e apontando algumas considerações e recomendações diante dessa tragédia. Buscou-se como temas transversais durante a pesquisa a interdisciplinaridade - tendo em vista as várias áreas do saber que precisaram ser acionadas para a abordagem dos assuntos tratados (ciências sociais, ambientais, da saúde, entre outras); a interculturalidade e o diálogo de saberes (tradicionais e científicos) tentando valorizar o que os Krenak dizem - desde a sua história, o seu momento presente, bem como o seu pensamento para o futuro - buscando garantir a autonomia da comunidade expressa pelos seus relatos, sentimentos e percepções aqui registrados. Pretende-se que este trabalho seja uma ferramenta para a população Krenak atuar na defesa dos seus direitos.

Diante desta proposição e da já preliminarmente citada relação dos krenak com o *Uatu*, impactado com o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP, afetando a sustentabilidade dessa população indígena sugere-se e propõe-se inicialmente, conforme nos sugerem Bartholo e Bursztyn (2001), que a sustentabilidade demanda uma nova concepção: um pacto entre desiguais e diversos como se pode caracterizar de modo exemplar na dimensão temporal futurista. Em outras palavras: é preciso hoje assegurar a qualidade de vida das gerações futuras. Para tanto, as diretrizes apontadas pelos Krenak (relatadas ao longo da presente pesquisa e em demais oportunidades de discussão do tema) para a superação e reposicionamento da comunidade, na perspectiva de terem compensados e mitigados os

impactos do desastre - com vistas à manutenção da sustentabilidade da sua existência enquanto povo culturalmente diferenciado – devem ser levadas em consideração no desenrolar das ações a serem encaminhadas pelos responsáveis nos próximos momentos.

### **Da trajetória pessoal do autor à proposta de pesquisa**

Em julho de 2015, cursava a disciplina de Educação para a Interculturalidade e Sustentabilidade do Mespt/UNB quando foi proposto que escrevêssemos nossa trajetória pessoal e profissional até a chegada ao mestrado. Numa das madrugadas de estudos e tarefas a cumprir, comecei então a escrever a minha história que deveria ser compartilhada com a turma no dia seguinte. Estávamos a exatos quatro meses do desastre que impactaria tão gravemente o rio Doce, e ninguém (pelo menos publicamente) falava da possibilidade de tamanha tragédia. Uma das professoras da Disciplina, a Dra. Izabel Zaneti, me orientou na escrita desse texto, cujos trechos transcrevo nas próximas linhas e que, de certa forma, ajudou a delinear a definição do tema da pesquisa; a mesma professora tornou-se minha orientadora na presente dissertação.

#### *O menino do Rio*

*Nasci no Hospital cujo nome é o mesmo do rio que traçaria minha trajetória, RIO DOCE, na cidade onde esse rio desagua no oceano, Linhares, no Espírito Santo. Terra antigamente habitada pelos botocudos.*

*A pracinha à margem do Rio Doce (Pracinhas dos Bichos), era o lugar predileto pra mim na infância. Ali aprendi a andar, brincar, correr, dar comidas aos peixes e pombos, admirar os bichos-preguiça nas árvores e principalmente apreciar o pôr do sol nas águas daquele lindo Rio. Nunca imaginava que subindo a correnteza daquele Rio Doce, um dia encontraria meu lugar.*

*Aos dezessete anos passei no vestibular, segui então para a capital do meu Estado (Vitória-ES), para ingressar na Universidade no curso de odontologia: nova vida, novos amigos, novos desafios, um menino cheio de sonhos.*

*Fui aluno dedicado, gostava de tudo, claro que tinha matérias enjoadas, mas eu gostava mesmo era de aprender. Logo me envolvi com pesquisas, projetos de extensão, principalmente aqueles que tinham cunho social, trabalhos com escolas da periferia, em áreas da zona rural, etc. Gostava também de ir aos congressos e não ia só pra farra; levava os trabalhos e projetos que desenvolvia; desde àquela época as pesquisas já me atraíam.*

*Minha casa era ponto de encontro da minha - e de outras – turmas. Nunca conheci tanta gente, várias pessoas e grupos se conheceram e ficaram amigas ali; tinha gente de tudo quanto é curso, jeito, cor, classe social, orientação sexual... vários desses são amigos até hoje.*

*Terminei a faculdade; não queria voltar para o interior, mas as possibilidades de trabalho me fizeram ir. Comecei então a trabalhar com o Programa de Saúde de Família e Comunidade (PSF), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no interior do Espírito Santo: trabalho em equipe, multidisciplinaridade, intervenções no ambiente comunitário e familiar, a vida das comunidades rurais. Identifiquei-me rapidamente; mas, era cobrado por alguns colegas e superiores, pois eu estava ali para tratar dentes e não pessoas (essa era a visão limitada que tinham). Eu via mais longe, sabia que se cuidasse das pessoas, do ambiente e da comunidade onde elas viviam, iria produzir mais sorrisos.*

*Estive nessa trajetória em alguns municípios do norte capixaba por seis anos, mas o Rio Doce continuava a me atrair, suas ilhas, sua água, sua história, a história do seu povo (os Botocudos que sempre estiveram por ali e sobre quem eu sempre buscava estudar na história de Linhares), o pôr do sol, suas lagoas.*

*Trabalhava, no meu consultório particular, e numa comunidade de interior, na beira da praia em Linhares, às vezes dava aula também. O trabalho do PSF fazia com prazer, trabalhava com as associações de moradores, pescadores, com a terceira idade, com as professoras (fizemos projetos de saúde bucal em pré-escolas com escolares e seus familiares), com a população LGBT<sup>2</sup>... me envolvia em tudo (o que não era muito comum pra um dentista), levava o atendimento para as áreas mais distantes da comunidade (hoje reconhecidas como comunidades Tradicionais Quilombolas – Quilombo do Degredo) para que os pacientes não precisassem andar mais de cinquenta quilômetros a pé.*

*Conheci nessa época a obra de Paulo Freire e aplicamos seus princípios em nossa atuação na saúde. A benzedeira da comunidade, dona Maria Facão, era extensão da nossa equipe, estimulávamos que as pessoas a procurassem, e ela, quando recebia pacientes que ela sabia que sua ciência não dava conta, encaminhava pra gente. Construimos com a comunidade, seu diagnóstico de saúde, como eles percebiam seus processos de saúde e doença, do que eles morriam, o que os levava para o hospital, e passamos a intervir de acordo com os planos traçados por eles mesmos.*

---

<sup>2</sup> LGBT é o acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros



*Comecei a buscar alternativas de concurso público, e um dos primeiros que fiz foi o da Funai, em 2010. Ainda não tinha contato direto com os indígenas, mas sabia que eles estavam na mesma luta por justiça ambiental contra um empreendimento de petróleo e gás com o qual as comunidades do Pontal e do Degredo (onde eu trabalhava), também lutava, e eu participava da interlocução.*

*Saiu então o resultado e, para minha surpresa, apesar do pouco conhecimento, eu passei. Minha vontade de mudança era tão grande que as condições foram criadas...o Rio Doce então, me conduziu a Governador Valadares MG, às comunidades indígenas de Minas Gerais, subindo a correnteza, contra o fluxo.*

*Vendi meus consultórios; familiares me diziam em tom de espanto: Você vai trabalhar na FUNAI? Com índios? Os amigos se espantavam, a família, mas eu não parecia ter dúvidas.*

*Não tinha a dimensão de quanta coisa boa a subida do curso do Rio podia me proporcionar...fui então morar numa Ilha do Rio Doce – a Ilha dos Araújo em Governador Valadares-MG. Semelhante às que me atraíam quando era pequeno, quando ia ver o por do sol. Conheci outras verdades com os índios, aprendi que as verdades que eu conhecia, não eram as únicas, existiam muitas outras; reaprendi a aprender, tive que desconstruir, e continuar me desconstruindo... conheci o amor, aprendi a me amar.*

*Queria aprender mais; me inscrevi para a primeira turma do MESPT, não passei; mas não desisti, eu queria me tornar um indigenista, fui estudar como aluno especial do mestrado na primeira edição curso. Um privilégio que me permitiu trabalhar melhor com os índios. Conheci pessoas especiais, troquei experiências, participei das lutas...*

*Consegui estabelecer uma relação de confiança com os indígenas de MG e ES, e após um grande conflito instalado entre os índios e a FUNAI, em 2012, me convidaram para ser o Coordenador Regional...uma grande responsabilidade, um imenso desafio, e uma excelente oportunidade de fazer a diferença; de ouvir e dar voz aos indígenas na gestão pública, de colocar em prática os princípios que ao longo da vida foram forjando minha subjetividade e meu perfil profissional.*

*Abriu-se então a seleção para a tão esperada segunda turma do MESPT, estava cansado no fim de 2014; o trabalho daquele ano, lutando contra os currículos estabelecidos na pesada máquina estatal, que sempre se opõem a ouvir e atender adequadamente os indígenas, me fez por alguns momentos titubear para fazer a inscrição. Mas estava inquieto, tinha muitas dúvidas: seria possível conciliar os trabalhos e responsabilidades que assumira, e ainda estudar? E a vida pessoal?*

*Percebi que estar na segunda turma desse mestrado fazia parte dos compromissos que assumi, comigo mesmo, com meus sonhos e ideais, na luta por uma sociedade mais justa... Mais uma vez, quebrando paradigmas, contrariando opiniões, ingressei no Mestrado Intercultural, Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável junto a Povos e Terras Tradicionais; buscando aprender nas trocas com os mestres, com meus colegas de turma, com toda essa riqueza e diversidade que nos fazem um; que nos une, que nos coloca no mesmo caminho, no mesmo barco, cada um com sua história, bagagem, experiência. Estou aqui (no mestrado) para (des)aprender, pra trocar pra contribuir... o final desta história ainda tem um longo rio para subir... (Thiago Henrique Fiorott, escrito em julho de 2015)*

Refletir naquele momento como o Rio Doce tinha influência na minha vida e compartilhar isso com a turma foi libertador; e ao mesmo tempo, a reflexão que fui estimulado a fazer sobre minha trajetória parecia fazer encaixar peças soltas em uma história de vida que ainda não estava organizada. De repente muita coisa começou a fazer sentido.

Em novembro, de volta à UNB para mais um módulo de aulas presenciais do Mestrado (tempo universidade), ocorreu o desastre do rompimento da barragem de Fundão. As imagens que chegavam, os relatos, as ligações que recebíamos eram perturbadores. Mas, de longe, não se podia ter a dimensão real do que estava a acontecer. Os conflitos por água em Governador Valadares, onde está sediada minha casa e meu trabalho, começaram a se acirrar, e também os conflitos entre os indígenas que reivindicavam por ações emergenciais aos empreendedores e não obtinham respostas. Tive que pedir autorização aos professores e a coordenação do curso para retornar a Governador Valadares e na saída a provocação da orientadora lançaria uma luz (e um desafio) sobre as dúvidas que ainda tinha quanto ao tema a trabalhar na dissertação: Thiago nos próximos meses e anos você vai viver e trabalhar muito sobre esse desastre, sugiro que pense em mudar o tema e estudar esse assunto em sua dissertação!

No retorno de Brasília para casa, essa frase não saiu da minha cabeça. Ao chegar à cidade de Valadares, o silêncio e horror da lama, das gigantescas filas por água, dos diversos animais mortos nas margens do rio próximos à minha casa, o mau cheiro que pairava no ar, era surreal. Dirigi-me no mesmo dia para a aldeia Krenak, para mediar às negociações deles com a Vale; quando lá cheguei foi umas das cenas mais tristes que já presenciei. Um povo todo em luto, chorando a beira do rio Doce – do *Uatu* – inconformados, revoltados; a dor que sentiam era refletida em seus olhares, nos seus lamentos.

Dias após o desastre e a passagem da lama em nossa região, lembrei-me da minha história de vida escrita meses antes (essa transcrita acima), de como eu entendia que a subida

do Rio Doce fora importante em minha trajetória. Pensei em como seria duro atuar na defesa dos direitos dos povos afetados pelo desastre e lembrei-me também da provocação da minha orientadora. Entendi que precisava decidir por esse tema, pra estar melhor preparado pra enfrentar as arenas que viriam, pra compreender como atuar por justiça diante dessa tragédia. Por fim, consultando alguns Krenak sobre o que achavam da proposta de estudar os impactos do desastre e de escrever uma dissertação de mestrado sobre o tema, sobre como o desastre impactava seu povo, eles foram sinalizando positivamente, me falando da necessidade e da importância de ter ferramentas para sua luta e assim se definiu a proposta da presente pesquisa.

Essa, sem dúvida, é para mim mais uma importante etapa da minha trajetória, marcada pelo Rio Doce. No entanto agora, com o privilégio de ter aprendido e convivido com os povos indígenas em sua luta pela defesa desse Rio. De ter vivenciado e compartilhado histórias, relações, sentimentos de um povo que tem no rio a razão de sua existência. Por mais que diversas pessoas tenham sido afetadas por essa tragédia e por diversas terem suas histórias referenciadas no Rio Doce (como uma pequena parte da minha trajetória), acredito que a relação ancestral dos Krenak com *Uatu* não se pode comparar, pois além dos aspectos físicos relacionados às perdas sofridas, além dos aspectos sentimentais, existem elementos espirituais, simbólicos, que superam a nossa compreensão, pois dizem respeito a uma íntima relação de ancestralidade cosmológica desse povo com o seu *Uatu*, ou, do *Uatu* com seu povo Krenak.

## **Metodologia**

No campo metodológico a presente dissertação trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo estudo de caso, tendo sido utilizados dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos por meio das técnicas de história de vida e entrevistas com roteiro não estruturado e semiestruturado, com questões abertas; também foi utilizada a técnica de grupo focal com roteiro previamente definido para o debate dos participantes (informantes chaves) anteriormente convidados; além de registros de falas e observação durante as diversas reuniões realizadas, sobre o caso. Foi ainda realizada uma caminhada com membros da comunidade ao Território Tradicional reivindicado pelos mesmos – os Sete Salões - ou seja, um roteiro dialogado. A observação participante durante todo o processo foi importante para perceber as reações e emoções que transmitiam informações e sentimentos dos entrevistados e da comunidade, necessárias para a melhor compreensão dos impactos do

Desastre da Barragem da Samarco/Vale/BHP<sup>3</sup> sobre a sustentabilidade do povo Krenak. Os dados secundários foram obtidos por meio da revisão de literatura acadêmica e indígena, tais como livros, cartilhas, artigos científicos, teses e dissertação de Mestrado e Doutorado, documentos oficiais publicados, relatórios, memórias de reunião, notícias da mídia, entre outros.

A pesquisa qualitativa é caracterizada como aquela que se preocupa com os indivíduos e seus ambientes em suas complexidades, não havendo limites ou controle impostos pelo pesquisador. Desse modo, baseia-se na premissa de que os conhecimentos sobre os indivíduos só são possíveis com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida e tal como ela é definida por seus próprios atores. Assim sendo, uma investigação que priorize a informação do entrevistado exige uma aproximação do pesquisador com os pesquisados para que se estabeleça um contato, uma relação de confiança. Essa modalidade de pesquisa tem no ambiente a fonte direta dos dados e o pesquisador como seu principal instrumento. É caracterizada pela obtenção de dados descritivos, no contato direto do pesquisador com a situação estudada, valorizando-se mais o processo que o produto, preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes, isto é o significado que eles atribuem às coisas e à vida (SPINDOLA e SANTOS, 2003).

O estudo de caso investiga empiricamente, segundo Yin (2010), um fenômeno contemporâneo no seu contexto real, principalmente quando há dificuldade de perceber claramente limites entre o fenômeno e o contexto. Esse método possibilita a análise de processos tecnicamente únicos, como é o caso dos impactos do Desastre da Barragem da Samarco/Vale/BHP sobre os Krenak, pois este tipo de estudo busca responder como ou por que ocorrem certos fenômenos em um contexto social. Assim, foi analisado o olhar dos diferentes atores para compreender como vem percebendo os impactos decorrentes do rompimento da barragem.

A pesquisa traz no campo teórico uma revisão histórico/antropológica sobre o povo Krenak, sua relação com os projetos de desenvolvimentos hegemônicos, com o Rio Doce e com seu território tradicional. Promove também uma discussão intercultural sobre os conceitos de sustentabilidade, objetivando estabelecer o arcabouço teórico necessário para a fundamentação das discussões dos dados coletados. Na revisão bibliográfica sobre o povo Krenak, buscou-se encontrar publicações de autoria dos próprios membros da etnia, a fim de

---

<sup>3</sup> Conforme o relatório do grupo Poemas (2015), serão utilizadas as noções de desastre e “desastre tecnológico” (Zhourí & Laschefski, 2015) sempre acompanhadas do termo “da Samarco/Vale/BHP” de modo a expressar um entendimento da responsabilidade compartilhada da empresa e suas controladoras, assim como dos seus acionistas, pelo evento catastrófico por eles provocado em Mariana (MG) e na bacia do rio Doce.

valorizar a sua auto narrativa, o que foi possível graças aos acervos de livros das escolas e professores indígenas Krenak, bem como da Funai em Governador Valadares e Resplendor e de seus servidores.

A interculturalidade, como princípio transversal da pesquisa, conforme afirma Walsh (2012), - quando crítica - e tomada como ação e processo, procura intervir nos fundamentos da sociedade que exclui, inferioriza e desumaniza, pautando a transformação radical das estruturas, instituições e relações coloniais existentes, não só para os povos indígenas, mas para toda a sociedade. Visa superar a diferença construída como padrão de poder colonial que segue transcendendo praticamente todas as esferas da vida. Desta forma, afirma a autora, interculturalidade e descolonização são projetos que caminham juntos: construir a interculturalidade, entendida criticamente, requer transgredir, interromper e desmontar a matriz colonial ainda presente (inclusive nas pesquisas sociais) e criar outras condições de poder, saber, ser, estar e viver que se distanciam do capitalismo em sua razão única. Possibilita resgatar e valorizar as lógicas, racionalidades e modos de vida historicamente negados e subordinados, garantindo-lhes o protagonismo na transformação decolonial.

Nesse sentido, a partir da técnica de histórias de vida de anciãos da etnia Krenak que viveram, ao longo do século XX, uma série de afrontas aos seus direitos estabelecidas por relações de poder colonial, buscou-se relacionar como o interesse econômico dos projetos hegemônicos de desenvolvimento, influenciou as perdas sofridas pelo povo Krenak dos elementos necessários para a sua reprodução física e cultural e sua sustentabilidade.

A história de vida é uma das modalidades de estudo em abordagem qualitativa [...]. Nesta, o que interessa ao pesquisador é o ponto de vista do sujeito. O objetivo desse tipo de estudo é justamente apreender e compreender a vida conforme ela é relatada e interpretada pelo próprio ator. Assim, o método de história ou relato de vida tem como consequência tirar o pesquisador de seu pedestal de “dono do saber” e ouvir o que o sujeito tem a dizer sobre ele mesmo: “o que ele acredita que seja importante sobre sua vida” Por meio do relato de Histórias de Vida individuais, podemos caracterizar a prática social de um grupo. Assim, “toda entrevista individual traz à luz direta ou indiretamente uma quantidade de valores, definições e atitudes do grupo ao qual o indivíduo pertence”. O método de história de vida, portanto, procura apreender os elementos gerais contidos nas entrevistas das pessoas, não objetivando, contudo, analisar suas particularidades históricas ou psicodinâmicas. Permite uma maior aproximação do pesquisador com os sujeitos do estudo, procurando escutá-los e não apenas tratá-los como simples objetos de uma pesquisa, numa relação impessoal e fria. Por isso a utilização da História de Vida como abordagem metodológica permitir estabelecer uma relação dialógica com o participante. (SPINDOLA, SANTOS, 2003; p. 121 -123)

Em reuniões comunitárias e oficina com grupo focal - onde participaram lideranças, professores e agentes de saúde - pretendeu-se compreender, com os indígenas, a partir da discussão entre informações já coletados previamente na literatura e suas expressões e opiniões nos diálogos realizados e registrados, quais os elementos da cosmologia Krenak interpelam o conceito ocidental de sustentabilidade, e quais os elementos e percepções operam entre a etnia Krenak que lhes garante qualidade de vida para esta e para as futuras gerações, e ainda, como estes foram impactados com o desastre da Barragem de Mariana. Conforme afirma Freire (1983), a noção de diálogo se constitui na essência da educação problematizadora, pois o papel do educador (ou do pesquisador) não é falar ao povo sobre sua visão de mundo, tentando impô-la, mas dialogar com esse povo sobre a sua e a dele, pois o que pretende com o diálogo é a problematização do conhecimento.

Para avaliação dos impactos do rompimento da Barragem sobre o povo Krenak, foram utilizados dados secundários de relatórios e publicações sobre o caso, complementados com dados primários a partir das entrevistas, oficinas com grupo focal e reuniões, onde também foi buscada, sob a perspectiva da comunidade indígena, as estratégias de enfrentamento frente a esta problemática bem como as possíveis soluções apontadas pela comunidade para terem os danos mitigados e compensados e poderem continuar existindo enquanto povo Krenak.

Segundo Gatti (2005), a técnica de grupo focal é muito utilizada em abordagens qualitativas da pesquisa social; tal instrumento permite, ao pesquisador, compreender os processos de construção da realidade vivenciada por determinados grupos sociais, assim como compreender práticas cotidianas, atitudes e comportamentos prevalentes no trabalho com alguns indivíduos que compartilham traços em comum, relevantes para o estudo e investigação do problema proposto. Afirma que a técnica consiste em “um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é o objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”. O trabalho com grupos focais possibilita, ao pesquisador, captar um conjunto de informações concretas de diferentes naturezas, abarcando conceitos e preconceitos, opiniões e ideias, valores, sentimentos e ações, voltados para o objetivo da pesquisa.

Os momentos de campo desta pesquisa compreenderam incursões à TI Krenak, desde o momento inicial do conflito, dias após a ocorrência do desastre para mediação do mesmo, tendo em vista a natureza e atribuições do meu trabalho na Funai - bem como durante o ano 2016, objetivando o monitoramento dos impactos, reuniões com a comunidade, empreendedores e representantes de Governo, em Resplendor, Governador Valadares e Brasília. Ainda ano de 2016 foram realizadas duas incursões à TI Krenak que

compreenderam, para além do monitoramento dos impactos e ações emergenciais, atividades para apresentação do Projeto de Pesquisa às lideranças, com vista à obtenção de sua anuência e autorização, e atividades para obtenção de dados.

Esta, como já exposto, se deu por meio das entrevistas para obtenção de histórias de vida e a partir delas a apreensão da percepção dos impactos, e entrevistas com lideranças, agentes de saúde, anciãos, jovens (em algumas destas participavam além dos entrevistados, membros de suas famílias espontaneamente, configurando histórias e entrevistas coletivas); reunião de comunidade para avaliação de impactos e ações emergenciais; reunião de grupo focal para discutir os impactos sobre a saúde; exibição de vídeos do próprio povo Krenak na aldeia, resgatando seus projetos anteriores, (Cinema na Aldeia - noturno); e, roteiro dialogado acompanhado por ancião, adultos, jovens e crianças ao Território Sagrado e reivindicado dos Sete Salões.

O campo principal, a Terra Indígena Krenak, localiza-se contiguamente à margem esquerda do rio Doce, entre as cidades mineiras de Resplendor e de Conselheiro Pena (a cerca de 20km de cada uma delas). A comunidade está organizada atualmente em sete aldeias correspondentes aos sete grupos existentes (*Krenak, Atorãn, Nakrerré, Naknenuk, Uatu, Takruk e Borun-Ererré*), sendo que para a pesquisa, nos seus diversos momentos, buscou-se a participação de representantes de todos os grupos, para que se pudesse ter uma visão geral da comunidade sobre o tema tratado.

Participaram então da pesquisa os representantes do Povo Krenak, população indígena atingida com os impactos do rompimento da Barragem da mineradora Samarco Vale e BHP, residentes na Terra Indígena Krenak, em Resplendor-MG, sendo entrevistados pessoalmente 03 anciãos (um casal e uma senhora; nos dois momentos de entrevistas com os anciãos houve a participação de filhos e netos o que promoveu um diálogo intergeracional nesses encontros), e 03 lideranças de grupos diferentes. Na reunião de comunidade para avaliação de impactos e ações emergenciais participou uma quantidade aproximada de quarenta pessoas de todos os grupos, com diversidade de gênero e geração. No grupo focal sobre os impactos à saúde, participaram membros da comunidade, agentes indígenas de saúde e técnicos de enfermagem (indígenas) além de profissionais não indígenas da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI) e da Funai totalizando quinze pessoas; na exibição dos vídeos participaram cerca de cinquenta pessoas, desde crianças a anciãos de todos os grupos; e por fim, o roteiro etnoecológico ao território dos Sete Salões foi acompanhado por um grupo familiar composto por um ancião, dois casais adultos e quatro crianças, além de um servidor da Funai. Um resumo desses participantes, para melhor visualização pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1: Participantes da Pesquisa

<b>Ator</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Aldeia</b>	<b>Forma de Participação</b>
Lideranças	3	<i>Uatu, Nakrerré e Atorã</i>	Entrevista/ História de Vida;
Anciãos	3 (participação de familiares)	<i>Atorã e Krenak</i>	Entrevista/História de Vida
Diversos representantes da comunidade	Entre 40 e 50	<i>Uatu, Nakrerré, Atorã, Krenak, Naknenuk Takruk e Borum-Ererré</i>	Oficina para avaliação de impactos e ações emergenciais; e, Cinema na Aldeia
EMSI	15	<i>Krenak, Atorã, Naknenuk</i>	Grupo Focal sobre Impactos à Saúde
Anciãos, adultos e crianças	9	<i>Atorã</i>	Roteiro etnoecológico aos Sete Salões

A anuência da comunidade para a realização da pesquisa foi solicitada após apresentação do projeto aprovado pela banca de qualificação do Mestrado que, representada pelos Caciques, consentiu com a realização da mesma. Conversas prévias foram feitas antes e ao longo do trabalho de acompanhamento dos impactos e ações emergenciais, desenvolvido por este profissional/acadêmico, explicando os objetivos do trabalho e certificando-se da anuência dos Krenak e pertinência para a comunidade da presente proposição. Para cada participante entrevistado individualmente, foi solicitada autorização prévia para gravação e uso das informações na pesquisa.

Os materiais e recursos necessários à pesquisa foram cartolina, pincéis atômicos, retroprojetor, tela, canetas, lápis, caneta hidrocor, lápis de cor, papel branco A4, gravador, caixa de som, gêneros alimentícios (pipoca) e combustíveis. A maior parte do material foi custeado pelo próprio autor e alguns deles disponibilizados pela Funai, vez que os momentos de pesquisa e atuação profissional foram muitas vezes coincidentes.

Os dados coletados foram transcritos e organizados, para possibilitar a análise e discussão com os referenciais teóricos pesquisados na revisão de literatura por meio da categorização dos assuntos da pesquisa sendo estes classificados conforme as unidades perceptuais expressas e apreendidas nas falas registradas, objetivando encontrar a sua significação e a relação com os assuntos abordados configurando a técnica de análise de conteúdo para tratamento dos dados.

A elaboração e o desenvolvimento da presente pesquisa se deram com a ocorrência do Desastre da Barragem de Mineração da Samarco/Vale e BHP, compreendendo desde a escolha do tema e a verificação prévia da sua pertinência e anuência com membros da



comunidade Krenak; a elaboração e aprovação do projeto de pesquisa; a qualificação do projeto; a pesquisa bibliográfica; a autorização das lideranças da comunidade; o planejamento da coleta de dados com as lideranças; a coleta propriamente dita; a análise dos dados, até a escrita da dissertação, o período de novembro de 2015 a março de 2017.

Paulo Freire situa a pesquisa como um ato de conhecimento; para ele fazer pesquisa é se estar educando com os grupos com os quais se trabalha. O grande objetivo desse tipo de ação é estar criando possibilidades para um pensar crítico da realidade de modo a favorecer o processo de conscientização dos pesquisadores e emancipação da população envolvida. O entendimento crítico da realidade é uma condição necessária para a transformação de todas as relações de opressão identificadas na sociedade. A pesquisa se coloca então, como um instrumento de conhecimento crítico para a transformação da realidade, pois na sua proposta deve partir de uma posição radical: a recusa a qualquer tipo de solução empacotada ou pré-fabricada, a qualquer tipo de invasão cultural clara ou disfarçada (Freire, 1983).

## 1 POVO INDÍGENA KRENAK – CONFLITOS E RESISTÊNCIAS FRENTE AOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Os Krenak contam com uma população aproximada de 630 pessoas, das quais aproximadamente 430 vivem na Terra Indígena Krenak, em Resplendor – MG, na Bacia do rio Doce, onde estão organizados atualmente em 07 (sete) grupos: *Krenak*, *Atorã*, *Watu*, *Naknenuk*, *Takruk*, *Nakrehé* e *Borun-Ererré* (criado após o desastre da Barragem da Samarco). As demais pessoas estão distribuídas em famílias que vivem em São Paulo, na Terra Indígena Vanuíre, e em São Félix do Araguaia – MT. Diversos outros indígenas da etnia vivem em outras cidades, principalmente ao longo do Rio Doce, como Conselheiro Pena e Governador Valadares; essa dispersão do grupo deve-se às diásporas a que foram impostos, e que serão detalhadas ao longo desta pesquisa.

Para compreender as percepções atuais desse povo sobre os conflitos a que são submetidos, e como reagem aos mesmos, como o ocasionado pelos impactos decorrentes do desastre do Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP, faz-se necessário retomar a sua história, e os conflitos que permearam sua relação com a sociedade envolvente. Sobretudo, é necessário buscar entender como os Krenak contemporâneos percebem e contam a sua história, e este capítulo traz uma revisão da literatura acadêmica e da literatura Krenak sobre as origens e a trajetória desse povo, procurando desta forma fazer dialogar a historiografia oficial, com a história própria – ou auto historiografia – dos *Borun*.

Autodenominados *Borun* – que significa pessoa krenak, (ou gente) em oposição à *Kraí* (os não índios/“brancos”/“civilizados”) - conforme descrevem Paraíso (1992), Soares (1992), e Caldeira (2009), a designação Krenak é uma referência ao antigo líder tradicional de um dos grupos que constituiu a população atual, o capitão Krenak. Ainda, conforme os professores Krenak descrevem, existem pelo menos duas histórias similares que são contadas e estão registradas em cartilhas produzidas pelos mesmos, de como surgiu o nome Krenak:

O nome Krenak surgiu há muitos anos atrás. O nosso antepassado conta que o nosso povo era conhecido como *BORUN*, e ao passar do tempo aconteceu um fato que mudou o nome deste povo por *KRENAK* ou *BORUM KRENAK*. A história conta que *DHUKURNÀN* ficou grávida em um grupo de *BORUN* às margens do Rio Doce. Naquela época não tinha médico e sim parteiras. *DHUKURNÀN* estava quase ganhando neném, e o seu esposo a levava para a parteira, índia mais velha e com sabedoria para fazer o parto. Caminhando em direção da índia mais velha, no meio do caminho, *DHUKURNÀN* não aguentou a dor. Então o esposo encostou a *DHUKURNÀN* no barranco para descansar e foi correndo procurar ajuda, mas, não deu tempo e a criança nasceu. Durante o parto a criança escorregou das mãos da mãe e bateu a sua cabeça na terra, logo a mãe gritou: *NAN*

*TONDON KREN NAK, NAN TONDON KREN NAK*. A criança bateu a cabeça na terra. O pai, vendo aquela cena, emocionado e preocupado, repetia a mesma fala da sua esposa: *NAN TONDON KREN NAK, NAN TONDON KREN NAK*. E ficou conhecido, com esse acontecimento, a todos *BORUN* que ali habitava, o surgimento do nome Krenak. (KRENAK, M., 1997, p. 4)

Krenak é o nome tradicional que usamos antes de cantar. Significa cabeça na terra. Colocamos a cabeça sobre a terra por um minuto, em seguida, dançamos. Há muitos anos atrás, quando eu não existia, os mais velhos contaram uma história pra minha mãe, e minha mãe me contou. Havia um casal de índios passando por um caminho, de repente, a índia passou mal, para dar a luz a uma criança. O índio colocou a índia sobre o barranco deitada e saiu correndo desesperado, pedindo ajuda aos *Kraí*. Ele não sabia falar português. Nesta época, havia uma porção de homens trabalhando na companhia construindo a Estrada de Ferro de Vitória a Minas, eles vieram correndo e começaram a fazer o parto. De repente a criança caiu e bate a cabeça na terra. O índio desesperado grita:

- *AGRÃNA TONDONE KREN NO NAK!* (O bebe bateu a cabeça na terra!)

O homem mandou o índio repetir o que tinha falado, o índio repete;

- *AGRÃNA TONDONE KREN NO NAK!* (O bebe bateu a cabeça na terra!)

O homem juntou as duas palavras e disse:

- Essa estação terá o nome Krenak.

E ficou pra sempre o nome Krenak. Esta história foi contada para os mais velhos, dos mais velhos contada para os mais novos, dos mais novos contada para os mais jovens.

Assim ela é passada para cada geração.

Essa história nunca morrerá. (KRENAK, M., 1997, p. 3).

Outrora chamados de Botocudos, termo pejorativo utilizado pelos colonizadores portugueses em referência aos adornos circulares utilizados pelos indígenas na boca e nas orelhas (botoques ou *imatós*), os krenak, teriam sua origem vinculada à história do povo Aimoré. Descendem da união muitas vezes forçada de subgrupos como os *Gutkrak*, *Minhajirun*, *Nakrehé*, *Pojixá*, *Jiporok*, *Etwet* e *Naknenuk* e dos *Krenak* propriamente ditos. Possivelmente há entre os *Borun* contemporâneos também descendentes dos *Naknhapmã* ou *Nakpie*. Seu tronco lingüístico é o Macro-gê, da família lingüística Gê, e apesar de vários esforços do grupo no resgate da língua Krenak (*Borun*), poucos indivíduos adultos e crianças a dominam e a falam. Nesse sentido algumas iniciativas foram tomadas para o resgate e registro da língua Krenak como a produção de materiais didáticos para utilização nas escolas da aldeia – livros, cartilhas (Figura 4) e vídeos, sendo a língua ensinada no cotidiano das aulas nas escolas do território. (SOARES, 1992).

Figura 4: Exemplos de livros e cartilhas Krenak, produzidos para o ensino da língua



Fonte: FIOROTT, 28/12/2016

Nós professores Krenak, escrevemos esse livro juntamente com os velhos *Borun*. Antigamente, fomos proibidos de falar a nossa língua materna. Aos poucos, estamos iniciando seu registro escrito. Eis aqui algumas palavras e frases escritas em Krenak. Desejamos que vocês gostem e aprendam. Nós vamos gostar muito de saber que vocês aprenderam um pouco com o nosso povo (KRENAK, M., 1997, p. 46).

Segundo Paraíso (1992), os Aimorés, Botocudos ou Guerém, como foram conhecidos em diversos tempos, ocuparam historicamente um território, compreendido entre os vales do Rio Salitre, até o Vale do rio Doce; englobando então os territórios dos Rios Una, das Contas, passando pelos rios Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus, até chegar ao Rio Doce. Este território ocupava parte do que hoje são os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e da Bahia. Tal informação também é corroborada pelo trabalho cartográfico registrado no mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju, datado de 1944, cujo detalhe da região demonstra a ocupação dos botocudos no território supracitado (Figura 5).

Figura 5: Mapa e Detalhe do Mapa Histórico de Curt Nimuendaju – Território Botocudo



Fonte: IBGE, 2002

Mas, se os *Borun* ocupavam tão vasto território e com uma população formada por diversos subgrupos, o que teria levado os Krenak à composição atual de seu limitado confinamento territorial, e apenas a designação de um grupo? É o que discutiremos a seguir.

### **1.1 Do Processo de Colonização e Desenvolvimento à Desterritorialização contra os *Borun***

Ao longo do processo histórico de colonização do Brasil, e, sobretudo da região chamada *Sertões do Leste*, que compreendia os Vales dos Rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce, diversas foram às investidas perpetradas pelos governos, e pela sociedade colonizadora à população *Borun*. Tais ações sempre tiveram uma característica exploratória, colonial/econômica, exercidas ao longo de cinco séculos, que objetivava subjugar a população para dominar seu território e as possíveis fontes de riquezas nele presentes e, concomitantemente, dela se utilizar como mão de obra. Tais fatos se dão desde as primeiras notícias dos botocudos na historiografia oficial, bem como estão presentes na memória da população Krenak atual. (PARAÍSO, 1992).

Os primeiros contatos dos europeus com os Aimorés, na segunda metade do século XVI, nas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, após os massacres e jugos efetuados contra os Tupiniquins no litoral e a depopulação causada pelas doenças por eles desconhecidas, foram marcados por intensos conflitos. Os colonizadores, sem poderem mais recorrer aos grupos indígenas litorâneos - devido à revolta desses contra a exploração, e a epidemia de sarampo - começaram a pretender capturar entre os Aimorés a mão-de-obra necessária para efetivar o seu projeto de exploração, o que teve grande resistência por parte daqueles grupos. A mão de obra indígena se fazia importante, sobretudo, para viabilizar o projeto de atividade açucareira dos colonos à época. Na região de Porto Seguro e Ilhéus conflitos aconteceram também devido as tentativas de entradas para mineração do ouro, frustradas pela resistência dos Aimorés (PARAÍSO, 1992).

A crença de que existiam grandes riquezas, foi o principal elemento impulsionador do alargamento das possessões para o interior do continente. Tal narrativa impulsionou as “entradas” – isto é, expedições que adentravam no interior, nos dois primeiros séculos de colonização em busca de “fantásticas” riquezas existentes. Uma dessas fontes seria a lendária Serra das Esmeraldas, que estaria localizada na região do Rio Doce, e que segundo o relato dos índios aos colonizadores seria uma “serra que resplandece muito” e que chamavam “sol da terra”, teria “cor amarela e despejava no rio pedras da mesma cor, em tal quantidade que eram usadas para fazer gamelas em que davam de comer aos porcos”. Tais relatos motivaram

diversas expedições na região durante séculos; muito embora, a tal Serra das Esmeraldas não tenha sido encontrada por nenhuma delas, pontos estratégicos para o interesse da mineração foram descobertos, e, milhares de grupos indígenas foram feitos prisioneiros nesse período (ESPÍNDULA, 2005).

Nos séculos XVII e XVIII, a política dos aldeamentos foi à marca da relação da Coroa com os povos originários e objetivava além da liberação das terras, a utilização da mão de obra indígena não só para os projetos econômicos, mas também para o combate, contra outros grupos resistentes ao contato e a exploração. No entanto, os botocudos não se resignaram em defesa do seu território, o que culminou com a primeira Carta Régia declarando a Guerra Justa ao Guerém, dentre outros ordenamentos posteriores, que visaram, liberar as terras para os projetos de desenvolvimento de exploração madeireira, minerária, de agricultura e pecuária o que acabou por estabelecer um grande massacre aos povos indígenas e a perda de seu território. Com a falência das capitânicas de Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo, essas foram devolvidas à coroa, que estrategicamente, decidiu manter a área, por um período, como zona tampão, não mais permitindo as entradas para as minas - principalmente de ouro, no interior - o que certamente não significava que, mesmo sem autorização, aventureiros deixassem de adentrar ao território (PARAÍSO, 1992).

Conforme relata Caldeira (2009), a geografia da região chamada *Sertões do Leste*, com suas serras, rios não navegáveis e matas, associadas à bravura com que os botocudos defendiam suas terras, foram grandes empecilhos para a ocupação colonial dessa região, tendo sido declaradas pelo Império como “Zona Proibida”. Por ordem régia, os chamados Sertões do Leste não podiam ser franqueadas ao civilizado. Os índios ali refugiados serviam para amedrontar os contrabandistas de ouro que não poderiam se evadir das rotas comerciais através das matas por eles ‘infestada’.

No entanto, a falência da mineração levou a profundas transformações nas atividades econômicas da região de modo que a pecuária, a agricultura e o comércio que começaram a ser desenvolvidos precisariam dos rios para o seu escoamento, o que colocaria os povos indígenas no alvo dos ataques, agora sob o pretexto de impedirem o comércio. Ao longo do curso dos principais rios da região dos Sertões do Leste, começaram a se estabelecer povoados, vilas, e havia a necessidade de abertura de vias para escoar os produtos. Surgiram então os povoados que precederiam hoje as principais cidades da região: Mucuri e Nova Viçosa na Bahia; Teófilo Otoni, Governador Valadares e Aimorés em Minas Gerais; e, Linhares, no Espírito Santo, já na foz do rio Doce. Para tanto, muitos desafios tiveram que ser enfrentados, como a falta de abastecimento, a falta de estradas, as matas fechadas, pântanos e

suas epidemias, além dos “temidos botocudos”. Sendo assim, a estratégia utilizada foi o fortalecimento dos quartéis militares e retomada dos incentivos aos aldeamentos. (PARAÍSO, 1992).

Especificamente com relação ao Rio Doce, afirma Espíndola (2005), que, em resposta à Coroa, o Governador da Capitania de Minas Gerais argumentou três “embaraços físicos” que poderiam ser removidos para possibilitar a plena navegação daquele rio e garantir o máximo desenvolvimento e aproveitamento das muitas riquezas da região de Minas Gerais: o primeiro seria a “pouca salubridade do clima”, que provocava enfermidades endêmicas, e poderia ser superada com a derrubada das matas e com a drenagem dos pântanos e lagoas. O segundo seriam os “índios Botocudos – os mais façanhosos e carnívoros que infestam toda a baixada daquele rio, que sempre colocam em risco a fortuna e a vida dos que vivem limítrofes deles”. Esse obstáculo também seria removido com a derrubada das matas – esperava-se que com isso fossem “domesticados” e caso não fossem, segundo o Governador, bastaria aumentar os presídios e soldados. O terceiro obstáculo seriam as corredeiras e cachoeiras, que teriam um maior custo de resolução, mas, alternativamente, nos locais de maiores quedas d’água, poderiam ser construídas estradas paralelas ao rio, com utilização da mão de obra indígena pacificada.

Para Espíndola (2005), com relação aos indígenas, a alternativa que restava, pelos vários argumentos e pelas adjetivações a eles atribuídas pelo Governador da Capitania de Minas Gerais, era o extermínio. A marca desse período era a militarização das relações com os indígenas, levando a mais massacres, perseguições, conflitos e dizimação da população nativa. Como rotina de guerra contra os botocudos no século XIX, a historiografia oficial destaca os seguintes procedimentos:

- a) Cães treinados na caça aos Botocudos, alimentados inclusive com carne de indígenas assassinados;
- b) Bandeiras especialmente preparadas para “matar uma aldeia”, assassinando-se indiscriminadamente homens, mulheres, velhos, moços, reservando-se apenas as crianças para o tráfico, e alguns homens para carregadores;
- c) Índios recrutados como soldados, estimulados a cometerem violências contra os Botocudos, dando provas de renegar suas origens [...];
- d) Comércio de crianças – Kruk [criança indígena] valendo uma espingarda – e de cabeças de Botocudos mortos em combate – dezesseis delas foram vendidas a um francês que disse tê-las comprado para o Museu de Paris em 1846;
- e) Índios sob o regime de trabalho escravo, espoliados de suas terras, doentes e mal alimentados;

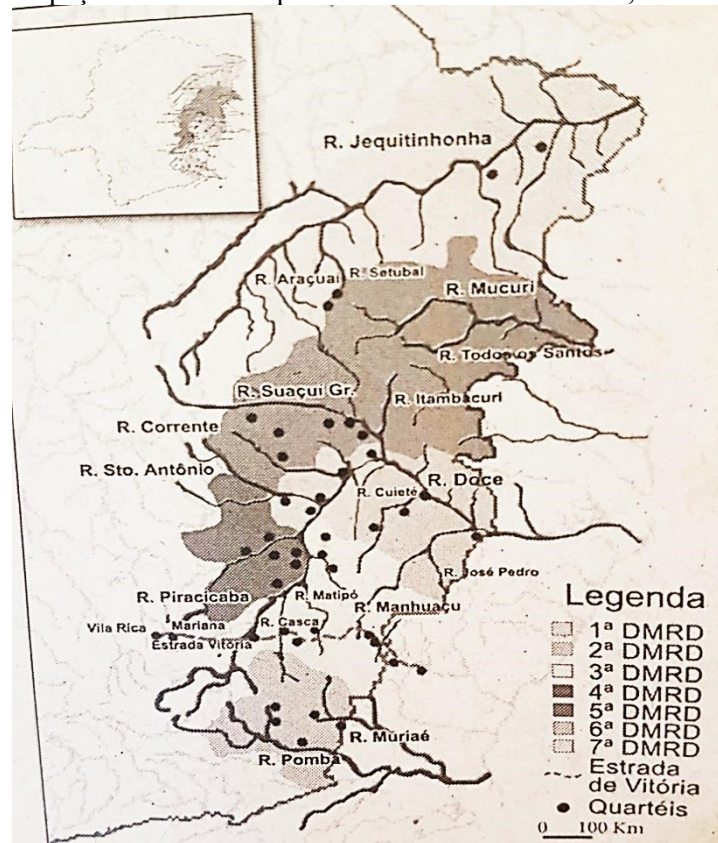
f) Contaminação proposital de comunidades inteiras através de patogênicos letais para o indígena – sarampo, por exemplo. (MATTOS, 1996, apud CALDEIRA, 2009, p. 48).

Grande era a pressão que os colonos faziam sob a coroa nesse período para tornarem ainda mais violentas as leis, que regiam a relação colonial com os povos originários. Desta forma, diante das inúmeras dificuldades na realização do projeto de desenvolvimento da região sul da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, o governo metropolitano criou uma série de estímulos para particulares realizarem a conquista de territórios indígenas: desde privilégios comerciais e isenção de impostos, doação de terras, até a concessão de perdão a criminosos que se instalassem nessas áreas de fronteira. Existia a crença de esses locais serem o lócus da realização do “rápido enriquecimento individual por ser a terra um bem ilimitado, acessível a todos, abundante de riquezas naturais e onde era possível o acesso gratuito a mão-de-obra indígena, o que permitiria a **aceleração da acumulação de capital**” (PARAÍSO, 1992, grifo nosso).

O ponto culminante das investidas contra os Botocudos pela Coroa foi a publicação da Carta Régia de 13 de maio de 1808, que declarava “Guerra Justa aos Botocudos”, sob o pretexto de serem antropófagos, violentos contra os colonos, às propriedades, e contra índios mansos, e por ser o único caminho para que gozassem dos bens permanentes de uma sociedade pacífica e doce, debaixo das justas e humanas leis que regem os meus povos” conforme declarou D. João. O objetivo central da declaração da Guerra foi desocupar as margens do Rio Doce da presença indígena, para garantir a segurança da navegação e **liberar as terras para as atividades econômicas mercantis**. A novidade trazida pela Carta Régia foi a transformação do plano de navegação do rio Doce e de incorporação do território à economia nacional em empreendimento de natureza militar (Figura 6), centralizada na Secretaria de Estado de Guerra e Negócios Estrangeiros e por uma junta de Conquista e Civilização dos Índios e da Navegação do Rio Doce, que posteriormente traria a ação da igreja, novamente para a catequização dos indígenas dominados, juntando a espada e a cruz no processo de conquista e exploração do Sertão do Rio Doce, ou Sertões do Leste (ESPÍNDULA, 2005).



Figura 6: Áreas de ocupação e locais dos quartéis militares do Rio Doce, criados com a Guerra Justa



Fonte: ESPÍNDULA, 2005

Em 2008, quando se completou dois séculos dos Decretos Imperiais que dizimaram o seu povo, Douglas Krenak publicou a carta que segue transcrita:

### **BORUN KRENAK: 200 anos de resistência à Guerra Justa**

Neste ano, precisamente no mês de maio, completará 200 anos a declaração de um rei chamado D. João VI, que declarou Guerra Justa ao meu povo Krenak. Na verdade, para nós, Borun, **são duzentos anos de resistência e de luta pela vida.**

Tudo começou quando, em nossas terras, atracaram os *kraí-krenton* (não-indio) com seus navios. Segundo nossos antepassados, o motivo da vinda dos *kraí-krenton* fora a busca por riquezas, novas terras, escravos e exploração, muita exploração, as mais cruéis e imperdoáveis explorações que já presenciamos e de que hoje sabemos. No entanto, ao chegarem em nosso continente, eles jamais podiam imaginar que dentro das belas e densas matas podiam existir os povos da floresta. Povos que tinham a natureza como lar, como santuário, como todas as coisas boas que a natureza possa significar. Enfim, eles nunca imaginaram o quanto era importante para nós à relação com a natureza, com o sagrado, com o preservar; não sabiam como é primordial manter intactas as coisas que o grande espírito criou para nós.

Sendo assim, ao exterminarem todos os parentes da costa do nosso continente, os *kraí-krenton* decidiram adentrar as matas à procura de riquezas, pedras preciosas e todas as coisas que vissem pela frente. Na época em que aquelas pessoas estranhas subiram os nossos rios, nossas belas águas doces cortavam o que hoje chamamos de Estados de Minas Gerais, Espírito

Santo e Bahia. Era em toda essa região que viviam e comandavam todo o meu povo os *Borun* (essência do ser). Mas não era bem assim que os estranhos nos chamavam. Desde aquela época a discriminação acontece. Por meu povo usar adornos nas orelhas e nos lábios, eles passaram a nos chamar de *botocudos*, termo pejorativo que advém de botoque, que significa rolha de fechar barril.

O choque, o contato entre os *krai-krenton* e o meu povo foi o mais violento, intenso e sanguinário que acontecera por este país. Nas batalhas, matavam mulheres, crianças e velhos, além dos nossos guerreiros. Mesmo assim, meu povo resistiu bravamente, impedindo que os estranhos destruíssem nossas matas e levassem toda a nossa riqueza. Muitos anos se passaram e várias guerras foram travadas, milhares de *Borun* e *krai-krenton* morriam desesperadamente.

Como se não bastasse tanta morte, mais estranhos chegavam e alojavam-se em nossas terras, chegando ao ponto em que a vida de todos os povos da floresta estava por fim. Durante todo esse período, os *krai-krenton* não conseguiram nos derrotar, tendo que apelar para uma severa e cruel estratégia: convencer seus líderes de que era preciso nos matar sem piedade para extrair de nossas terras as riquezas exuberantes.

Diante de toda repercussão, lendas de antropofagismo, histórias inimagináveis sobre meu povo, um rei que viera para nossas terras, conhecido por Dom João VI, decidiu declarar guerra ao meu povo, uma guerra que teve o nome de Guerra Justa aos Botocudos. A justificativa do nome era porque o meu povo impedia o desenvolvimento de toda a região. Pra ser sincero, meu povo impedia que nossas matas fossem queimadas, **nossos rios fossem poluídos, nossas riquezas fossem extraídas e nossa dignidade fosse manchada com sangue inocente**. E, por achar que esta terra não tinha dono, decidiram nos exterminar por completo, sem que nenhuma vida fosse poupada.

Em 13 de maio de 1808, com a divulgação da Carta Régia, deu-se início oficialmente à Guerra Justa para complementar às decisões do famoso rei. A sanguinária ocupação de nossas terras com todo o esquema militar, de quartéis, cães e soldados, durou longos 15 anos. Após repercutir por toda a Europa e demais continentes, a Guerra Justa teve fim oficialmente no ano de 1823. Na verdade, a guerra acabara apenas para os *krai-krenton*, porque para meu povo ela ainda não acabou. **Depois das guerras, nosso povo foi quase exterminado por completo, restando poucas aldeias. A partir de então, tivemos que passar por vários tipos de guerras e batalhas que se possa imaginar. São na verdade os aldeamentos, os métodos de pacificação utilizados pelos governos, prisões, delimitação dos nossos territórios, negação da nossa cultura, projetos desenvolvimentistas, hidrelétricas, usinas e reservas ambientais privadas, dentre várias outros.**

**As agressões a meu povo e as reações adversas à nossa cultura são cada vez mais presentes, quase incontroláveis, prestes a causar um conflito social de graves proporções.** É urgente, portanto, que todos saibam a riqueza e a importância que é a cultura de um povo e com isso tomar iniciativas para tornar mais harmônica a convivência entre os povos de diferentes culturas.

Sabemos que a Constituição Federal do Brasil dedicou um pequeno capítulo aos índios, reconhecendo sua organização social, seus costumes, línguas, crenças e tradições, impondo à sociedade brasileira um dever legal de respeito e de reconhecimento das diferenças etnoculturais dos indígenas.

No entanto, a ignorância e o desrespeito da sociedade brasileira acerca das questões culturais e tradicionais ainda prevalecem, levando ao preconceito e

à discriminação. É preciso demonstrar que essas diferenças são o que faz do Brasil uma grande nação.

Não podemos tomar como base e norteamento histórico informações como as que a Rede Globo exibiu em uma série dentro do *Fantástico*, colocando algumas figuras como líderes e responsáveis pelo desenvolvimento do nosso país. É preciso dizer que Dom João VI mandou matar injustamente vários povos indígenas para colocar em prática seu plano de desenvolvimento, assim como Napoleão, Dom Pedro I e vários outros tiveram que cometer atrocidades para realizar seus escandalosos planos. Eu sei que muito ainda precisa ser feito para a construção de uma nova realidade, para que nossa sociedade caminhe rumo a um novo Brasil. Precisamos exigir do governo brasileiro que a sociedade, e até mesmo os seus governantes, passem por um intenso processo educativo e de formação, buscando romper as barreiras da corrupção, da violência, do isolamento e do desconhecimento, não só dos meios de comunicação mas de todos os setores e sistemas da sociedade brasileira.

É chegada a hora de nossas crianças serem educadas com a verdade, com o real significado da palavra verdade. Para, quem sabe, assim construirmos um novo mundo com um pouco mais de respeito às diferentes culturas e respeito ao nosso grande lar chamado planeta Terra. *Erehé Ynhaut*. Paz e luz a todos. (KRENAK. Douglas, 2008, grifo nosso)

Pode-se perceber, pela descrição da carta do líder Krenak, como tal decreto deixou marcas na população contemporânea e determina até hoje, em alguma medida, a sua relação com a sociedade ocidental. Conforme é relatado pelo mesmo e pela historiografia acadêmica, a chamada Guerra Justa impôs uma condição de genocídio aos *Borun*, ao autorizar a população nacional a exterminá-los, sob o pretexto de serem violentos e antropófagos, quando na verdade o grande interesse que subjazia tal ordenamento era a liberação das terras, dos rios, e suas riquezas, dominados pelos indígenas, para favorecer ao acúmulo de capital colonial.

A legislação que emerge das cartas régias tinha vistas à grande propriedade, e revela o caráter de classe e os objetivos econômicos explicitando a grande expectativa da elite mineira sobre a conquista do rio Doce. Ou seja, fora uma investida articulada da sociedade dominante da época com o governo vigente para saquear o território e dizimar um povo, o que teve consequências nos anos posteriores até os dias atuais, vez que nunca houve reparação proporcional aos *Borun*, ou mesmo reconhecimento desse genocídio pela sociedade e governos brasileiros.

Douglas Krenak chama a atenção também em sua carta para o fato de que, oficialmente a guerra teria tido fim em 1823, mas que para seu povo, após ter sido quase dizimado, continuou sendo massacrado, primeiramente, pelos aldeamentos – daqueles que não mais tinham forças para fugir das perseguições nas matas – depois, confinamentos territoriais, diversas remoções forçadas do território (exílios), impactos de empreendimentos, que chegam aos dias atuais, como o caso do Desastre da Barragem da Samarco/Vale/BHP, que afetou

gravemente seu povo. Ou seja, são séculos de conflito estabelecido (esses tópicos serão abordados nos capítulos subsequentes). Mesmo assim, conclama a sociedade a entender uma nova verdade por meio do respeito a nossa Constituição Federal, do respeito à diversidade cultural, e a valorização do meio em que vivemos, da nossa natureza – da qual somos parte, conforme relata – e para isso, sugere educarmos as crianças com a verdade.

Tal sugestão se tornou uma obrigação legal no país com a publicação da Lei 11.645 de 10 de março de 2008, sancionada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que deu um caráter obrigatório ao ensino da história e culturas indígenas e afrodescendentes nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o Brasil. Tal medida já vem sendo adotada - ainda que de forma incipiente pela falta de financiamento - pelos Krenak, com suas crianças e jovens, bem como por diversas outras etnias no país, há bastante tempo, mesmo antes da lei. Nesse sentido diversos materiais publicados trazem a forma própria dos indígenas contarem a sua história, ou seja, a outra versão dos fatos, diferente do que se está habituado a ver nos livros tradicionais, onde a história é contada pelo colonizador, a seu modo, segundo seu interesse. Um dos exemplos é a publicação do Livro “*Borun do Watu*” – que em um dos seus trechos traz como o velho Krenak conta a história da Guerra Justa para os mais jovens:

**CUIDADO! OS KRAÍ-KRETON ESTÃO CHEGANDO!**

E vimos o cerco apertar. Nossos muitos olhos viam surgir por toda a parte os quartéis no *Watu*, no Jequitinhonha, no *Krikaré*, no *Arakuá*.

Grupos saíam para nos atacar. O cano de suas armas nos miravam. Ao relâmpago que elas vomitavam caíam muitos mortos. E víamos que a guerra ia ser muito violenta. MESMO ASSIM NOS ORGANIZAMOS E RESISTIMOS!

Bandos armados de *Krai* caíam sobre nós e no diziam de peito aberto, armas na mão: “Nosso governo decretou que essas terras é do Estado, é devoluta, nós a conquistamos dos Bugres”.

Outros, como formigas, invadiam as terras de onde nossos parentes expulsavam os *Krai*. Uma e outra era distribuída aos “colonos” e os seus pisavam as sepulturas dos nossos parentes. Lutamos até 1819 e tivemos muitas perdas. Mas em nenhum momento os militares e seus bate-paus se sentiam vencedores!

Então criaram muitos quartéis. E toda raça ruim de *Krai-kreton* chegou pra ficar rica, pra ganhar a terra, terra dos *BORUN*.

Dizem os *Krai* que o seu governo chamou para ali muita gente ruim para ser soldado e nos combater: presos de cadeia, ladrões de toda espécie e degredados. E recebiam farda, e em bando nos caçavam, queriam a terra limpa! Essa gente, no entanto, recebia dinheiro para matar. Era contratada para matar. Tinha profissão de matador, como Diogo Cão, famoso pelas matanças de índios no sul e que, contratado pelo Governo, foi para o *Watu* disfarçado como “gente que procurava esmeralda”.

Também fizeram um quartel no CUITÉ. Ali prendiam os negros, mestiços, brasileiros pobres trazidos de outros lugares. Eles fugiam pela floresta caíam em nossas mãos e nós os destroçávamos. Nossa gente parecia invencível!

A Selva nos acolhia e abrigava. E fomos aprendendo a enganar o inimigo, aprendendo a ficar vivo e inventamos muitos jeitos de pegá-los de surpresa! Os jovens guerreiros que lutavam durante o dia descansavam a noite a beira da fogueira, com seus enormes arcos ao alcance da mão, prontos para o ataque. Os velhos cuidavam da vigilância. Não! Não podíamos confiar nos jovens, que cansados da luta, corriam o risco de dormir!

O uso do *Imató* nos lábios e orelhas e a pintura nos olhos nos ensinava a afinar o ouvido e falar pouco, a observar muito, e assim o leve chiado de uma folha que caía, o estalo de um galho seco, o pio de um passarinho na escuridão da mata eram alarmes!

Jamais os parentes faziam abrigos junto às cachoeiras, pois seu barulho impedia de ouvir os passos dos *Kraí*, ou de animais selvagens! E foram feitas muitas emboscadas nos boqueirões, onde nenhum civilizado escapava de nossas flechas. Jamais os atacamos de dia, frente a frente. E se pilhávamos suas casas, se atacávamos suas tropas e suas fazendas o fogo queimava todo o resto!

Sim, nós dizíamos aos *Kraí*: Também nós queremos limpar a área!

De Três Barras, no Jequitinhonha, chegavam mensageiros falando da revolta dos *Naknenuk*. Ali os civilizados assaltavam aldeias e roubavam nossos *kruk* para criá-los nas fazendas ou para vendê-los no Grande Rio Salgado!

Os parentes atacavam as fazendas para recuperar seus filhos e então ocorriam novas mortes, novas fugas para as matas!

Nós não sabíamos e nem nossos Pajé conseguiam explicar porque dessa tragédia. Escorraçados, caçados, mortos e, se presos, escravizados e objeto de riso dos *Kraí*. Muitos dos nossos se submetiam, se entregavam, cansados de resistir, loucos para continuar vivos e sofrendo menos. E era triste vê-los nos quartéis subjugados. Não. Já não eram mais *BORUN*, nem eram *Kraí*!

E não sabiam como fugir da correia que os amarravam e apertavam por dentro, cada dia mais um pouquinho.

Pararam então de nos perseguir como passarinhos, muitos dos nossos são atraídos pela canjica dessa arapuça, famintos, doentes, cansados, suas peles colam nos ossos. E as mães se arrastam cansadas das inúteis fugas com os filhos no cacaió. E vão para os quartéis para continuarem vivas.

Agora os *Kraí* se dividem em bons e maus. O chefe branco Marliere, e seus ajudantes trazem presentes, falam da amizade. E diz que os *Kraí* devem parar com os ataques. Mas já sabíamos que **a PAZ DELES era para ficar sem problemas com nossas terras! E ajudar a chegar GUAPOK, o caminho de ferro!**

Nos quartéis conhecemos a desmoralização, víamos nossos guerreiros escravos nas fazendas, nossas mais bonitas mulheres a serviços dos *Kraí* odiados, nas casas de prostituição. E não era a toa que Ramallete era chamado de Rendez-Vous dos *Naknenuk*!

Nossa gente ia sendo aprisionada e levada para os aldeamentos. Outros iam se juntar aos parentes. Outros muitos eram repartidos entre os fazendeiros, o que aumentava nossa dor. E os donos das terras e dos *Borun* presos eram apenas obrigados a lhes dar comida e ainda lhes ensinar a religião dos *Kraí*! Os *kraí* aumentavam, nossa terra diminuía. Eles chegavam com armas de fogo, invadiam a terra, expulsavam os parentes, abriam roças. Estavam assim provando que já podiam receber documento da terra. Se recusando ao contato com os *Kraí-Kreton*, os *NAKREHÉ*, *GUT KRAK*, do rio Pancas, *KRENAK*, *TAKRUK KRAK*, *POJIXÁ*, *KRAKMUN* E *PEJAURUN* do Jequitinhonha, *ETWET*, *NAKNENUK*, *JIPOROK*, *MINAJIRUN*, *ARANÃ*, *POTEIN*, *KRAKATÃ*, e muitos outros isolados fizemos da mata nosso refugio para resistir! E assim nosso Povo se defendia. De fato, por toda parte, a luta era desigual contra os *Kreton*, os loucos!

Nossos parentes faziam os fojos: e dentro deles colocavam espetos de bambu que davam fim aos que caíam nas armadilhas! E armávamos paus que como espadas faziam saltar longe suas cabeças.

Em nenhum lugar para onde eram levados pelos brancos, aprisionados, ou transferidos, jamais diziam: Essa agora é minha terra, meu canto, meu descanso.

Estavam sempre mudos, mas de cabeça firme.

E cada vez voltávamos para a terra onde nascemos! (SOARES, 1992, p. 56-64)

A resistência indígena diante dos ataques determinados pela carta régia, somados à proposta de nova forma de atuação elaborada por Guido Thomaz Marlière, que assumiu o cargo de inspetor das Divisões Militares do Rio Doce, estimularam algumas mudanças oficiais, pondo fim a Guerra Justa em 1823. Marlière elaborou um plano de pacificação dos índios que incluía a incorporação da instituição família (monogâmica) pelos *Borun*, e desta forma incentivava os casamentos mistos; a intenção era viabilizar, a partir desta estratégia, a integração dos indígenas à sociedade nacional, e fixá-los nos aldeamentos e colônias, afastando-os do nomadismo, um forte ataque à sua organização social. (CALDEIRA, 2009)

Nesse período a relação com os indígenas estava baseada em algumas características que são importantes de ressaltar: utilização da própria mão de obra indígena como combatentes de outros grupos resistentes; uso do “língua” (indígena que dominava o português, e levava conhecimentos e objetos ocidentais para atrair os resistentes), convivência forçada com os “civilizados”, fosse nos aldeamentos, ou como mão de obra escrava para extração da poáia<sup>4</sup>, construção de estradas, dentre outras atividades, principalmente as crianças (*kruks*, ou *Kurukas*) que eram vendidas aos fazendeiros. A política de Marlière, que apesar de mais branda também visava à liberação das terras, não foi aceita pelos colonos que continuaram a impor ações violentas contra os indígenas. O desgaste político afastou Marlière do cargo e este acabou falecendo em 1836. (PARAISO, 1992; ESPÍNDULA, 2005; CALDEIRA, 2009)

Segundo Paraíso (1992), apenas com a atuação de Teófilo Otoni na criação da Companhia Vale Mucuri, em meados do século XIX, é que parte dos antigos botocudos, que hoje compõem o atual grupo Krenak, notadamente, os *Jiporok* e *Pojixá*, foram sistematicamente contatados. No final do século XIX, tentativa frustrada de aldeamento desses grupos pelos Padres Capuchinhos em Itambacuri, resultou na mortandade de centenas de indígenas. O vale do rio Doce foi dado como “pacificado” com a atuação de Guido

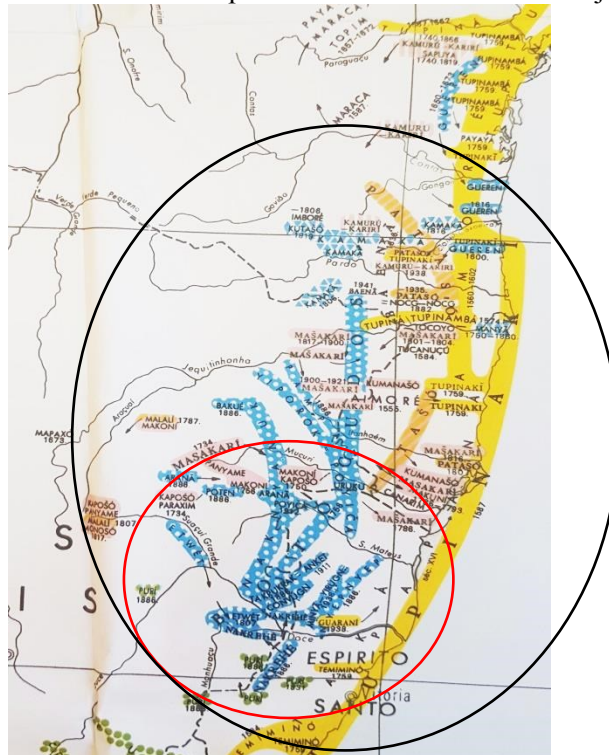
---

<sup>4</sup> Rubiácea emética e anti-amebíase, com alto valor econômico de comercialização no século XIX (Wikipédia).

Marlière, ainda no início do século XIX, no entanto diversos subgrupos continuavam resistentes.

Na virada do século XIX para o XX, após séculos de perseguições, guerras, aldeamentos, intensa atuação militar, em decorrência dos pretensos interesses econômicos no território tradicional dos *Borun*, o que restava de suas terras era uma área que abrangia o Rio Doce, São Mateus, Suaçuí Grande e Mucuri, bem aquém daquele território original (Figura 7). Entre os subgrupos que habitavam neste território estariam, os *Naknenuk*, *Nakrehé*, *Etwet*, *Takruk-krak* e *Nep-nep*, e ainda, na divisa de Minas e Espírito Santo, os *Gutkrak*, *Nak-Nhaphmã* e *Minhajirum*. Ou seja, além das grandes perdas territoriais, diversos grupos foram dizimados. Neste período também todos os aldeamentos são extintos, tendo suas terras leiloadas, e os indígenas lançados a sua própria sorte. A partir daí começaria um novo capítulo na relação dos *Borun* com a sociedade e o governo Brasileiro.

Figura 7: Detalhe do Mapa Histórico de Curt Nimuendaju



Território Botocudo original (circulado em preto). Redução do território, final do século XIX – circulado em vermelho.

Fonte: IBGE, 2002, adaptação do autor

## 1.2 A Estrada de Ferro Vitória Minas – *Guapok* - e as violações ao povo Krenak pelo SPI

As diversas e cruéis investidas contra os *Borun*, do século XIV ao XIX, conseguiram reduzir significativamente seu território de ocupação e exterminar diversos de seus subgrupos para ampliar as fronteiras de colonização e exploração das riquezas dos Sertões do Leste. No

entanto, se o objetivo de “abrir as Minas para o mundo”, não foi plenamente alcançado, o de integrar os Botocudos à comunhão nacional, também não foi. Diversos grupos mantinham-se resistentes, vivendo à sua própria forma de organização social. Todavia, na virada do século XIX para o XX, mudanças políticas ocorriam em todo país, o que refletiria também em mudanças nas relações do Estado com os povos indígenas, (inclusive como a criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI<sup>5</sup> – já em 1910), por exemplo, que na segunda metade do XX seria substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Mudanças econômicas e avanços tecnológicos também estavam em curso, e a construção das Estradas de Ferro Vitória-Minas e Minas-Bahia, viriam completar a usurpação de território *Borun* e a dizimação de sua população, inaugurando mais um século de violentos ataques a esse povo, marcado por remoções forçadas, torturas militares, até chegar aos impactos e conflitos dos empreendimentos contemporâneos.

O SPI começa a atuar no Espírito Santo em 1910, ano de sua criação, por conta dos conflitos entre indígenas e operários da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), pela Vale do Rio Doce – hoje VALE (para os Krenak a principal também responsável pelo Desastre da Barragem de Mariana) cuja solução requeria urgência. Foram criados postos indígenas no Rio Pepinuke, bacia do Rio São Mateus, para atração dos *Jiporok*; dois postos no rio Pancas, para os *Miñajirun* e *Gutkrak*; e no Rio Eme (afluente do Rio Doce) para os Krenak. Assim sua Inspeção Regional passava a tratar, tanto de grupos resistentes ao contato, quanto dos indígenas miscigenados remanescentes de aldeamentos extintos, que, porém mantinham uma organização social própria e eram identificados por outros atores regionais como índios, bugres ou caboclos. (PARAÍSO, 1992)

O SPI estendeu as operações de seus serviços a Minas Gerais em 1912, entendendo que se fazia necessário estruturar a política indigenista oficial mais a montante do Rio Doce. Para isto fundou-se um Posto de Atração em Aimorés (cidade vizinha a Resplendor, onde se encontra a atual Terra Indígena demarcada), pretendendo-se atrair um grupo *Jiporok*. Diferente do que ocorrera aos *Naknenuk* e *Nakrehé*, também bastante numerosos - porém na maior parte aldeados - os *Jiporok* resistiam muito à política de aldeamento, fazendo contatos esporádicos e mantendo sua organização social e familiar autônoma. Também foi criado o

---

<sup>5</sup> O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN, a partir de 1918 apenas SPI) foi criado, em 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional. Sua ação marcada por contradições identificadas como "paradoxos indigenistas" (Oliveira, 1988), pois tinha por objetivo respeitar as terras e a cultura indígena, mas agia transferindo índios e liberando territórios indígenas para colonização, impondo uma pedagogia que alterava todo o sistema produtivo indígena. (<http://www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protecao-aos-indios-spi?start=1#> < acesso em 05 de janeiro de 2017).



posto atração junto ao Rio Eme, para os Krenak, que viria a ser chamado de Posto Guido Marlière, para onde seriam levados sobreviventes dos demais postos que foram posteriormente desativados. (PARAÍSO, 1992; CALDEIRA, 2005).

Segundo Mattos (1996), e Caldeira (2005), a ocupação efetiva do Rio Doce ocorreu apenas a partir de 1916, com a distribuição de terras devolutas em Resplendor, e a instalação de algumas estações ferroviárias da EFVM. Tal expansão fez com que os postos de atração do SPI se tornassem o único abrigo viável para os Krenak. A construção da EFVM é mais um capítulo da violenta relação do Estado em favor do interesse privado – sob a justificativa do desenvolvimento - contra os Krenak, que desde sua implantação foi permeada por uma série de conflitos, vez que, como os próprios *Borun* relatam, cortou o seu território. Para os Krenak, que resistiram pelos vários séculos a toda sorte de investidas, o *Guapók* (monstro, bicho que solta fumaça), foi o principal responsável pela perda de seu território e diversos outros impactos que vieram a sofrer, como pode ser apreendido na forma como descrevem os professores Krenak em sua auto historiografia.

#### **A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO VITÓRIA MINAS VALORIZOU AS TERRAS E PROVOCOU INVASÕES**

Na década de 30, a companhia do Vale do Rio Doce executa o projeto de construção da EFVM. A Vale cortou o território Krenak em 1905 sob protesto dos *Borun*. Estes nunca foram indenizados pelos prejuízos. A companhia trouxe as fazendas de café, a exploração de minérios, a exploração sonora para a região.

Várias vezes, à sua maneira, os *Borun* reagiram, bloqueando a estrada, colocando pedras e paus nas trilhas para impedir a passagem.

A companhia Vale do Rio Doce fez muitas promessas. Durante muito tempo, os *Borun* acreditaram que eles poderiam usar a ferrovia sem pagar passagem. O trem hoje passa milhares de vezes, dia e noite, diante da aldeia Krenak.

Vários morreram ali atropelados. O último a morrer foi Humberto, em 1984, quando voltava de um congresso indígena realizado em B.H.

(KRENAK, M., 1997, p. 39, grifo do autor)

Apenas por volta de 1917, no aldeamento do grupo Krenak próximo ao rio Eme, começam a se estabelecer relações amistosas do SPI com o Capitão Muin, filho de Capitão Krenak. O SPI mantém então o Posto Indígena Guido Marlière à margem direita do Rio Doce, por orientação do próprio Capitão Muin, que inclusive indicara onde deveria ser sua localização. Este posto, também foi fundado inicialmente em caráter temporário, pois havia a intenção de transferir os Krenak posteriormente para o Pancas, no Espírito Santo. Os Krenak, sob liderança de Muin, porém, resistiram insistentemente às transferências ao posto do Pancas simulando “cólicas intestinais dantescas”, rolando aos gritos pelo chão. Assim providenciou o

SPI junto ao Governo de Minas Gerais a possibilidade de doação de terras, estima-se que a população Krenak nessa época somava 120 indivíduos (PARAÍSO, 1992; CALDEIRA; 2005).

Após diversos episódios de conflito, envolvendo os trabalhadores empregados na construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, e outros empreendimentos, como a demarcação da Colônia Bueno Brandão, para trabalhadores nacionais, e perante a recusa dos Krenak em se deslocar para o aldeamento no rio Pancas, no Estado do Espírito Santo – onde já se encontravam estabelecidos os *Nakhrehé* com os quais os Krenak mantinham uma relação de rivalidade – seria finalmente demarcada pelo SPILTN a área para a “Colônia Indígena” na Barra do Eme. A doação definitiva foi feita através do Decreto n. 5462, de 10 de dezembro de 1920, que criava uma “Colônia para os *Crenacs* e *Pojichás* da região”, homologado pela Assembléia Legislativa e pelo Governo do Estado de Minas Gerais. (BAETA e MATTOS, 2007; p.45)

Em 1918, uma área de 2.000 hectares é objeto de doação pelo Governo do Estado para as atividades do Posto do SPI e ocupação pelos índios. A partir da junção de dois fatores, que são a instalação do novo Posto e a presença da linha férrea, a estação Crenaque é estabelecida a pedido do próprio Chefe de Posto à época, de onde virá a se originar o atual povoado. Em 1920 são doados mais 2.000 hectares, porém, não seriam ainda demarcados. A aldeia de *Kjem-Brek*, ou Aldeia Bonita, no Rio Eme, continua abrigando por alguns anos os indígenas arredios a uma aproximação demasiada com o SPI. Na verdade tratava-se de dissidentes dos *Gutkrak*, liderados pelo Capitão Krenak, que deram origem ao grupo homônimo. Pela forma como descrevem sua forma de vida nesse período, os Krenak, mesmo com os diversos conflitos à sua volta, tinham nesse lugar um refúgio no qual conseguiam garantir em alguma medida, sua forma de vida, sua cultura, suas práticas tradicionais, senão vejamos:

#### **ASSIM VIVIA NOSSO POVO AS MARGENS DO RIO EME<sup>6</sup>**

Amanhece o dia na cabeceira do Córrego do Eme.

O *Kieme Breck* acorda entre os ruídos da manhã.

As crianças pequenas exigindo leite, sugam o leite gostoso das mães.

As juvenzinhas colhem água fresca nas cabaças e cozinham enormes panelões de batata e mandioca pra refeição da manhã. Como é gostosa a batata com mel!

Nas macias peles de jaguatirica, está sentado o velho e sábio Krenak, aquecido pelo fogo sempre aceso.

Por toda parte é um mexe-mexe, um anda-anda, daqui pra lá, numa agitação de começo de dia!

---

<sup>6</sup> Importante afluente do Rio Doce, que corta a TI Krenak, e dentro dessa TI desagua no Rio Doce. Há grande preocupação e desejo dos Krenak em recuperarem esse rio desde sua cabeceira, vez que atualmente encontra-se extremamente assoreado.

Mais adiante no *kieme* de Capitão Muin, filho de Krenak, as crianças se acocoram na beira do fogo à espera de mandioca cozida, e os guerreiros se preparam para a caça.

Os *kruk* maiores treinam pontaria com os arcos enormes e trazem pequenas aves que agilmente depenam e assam.

Como é bonita essa manhã molhada e brilhante no *Kieme Breck*!

Os homens atizam as crianças e as flechas saem zunindo na direção certa.

A caça vai caindo...caindo...caindo!

E em algazarra os futuros guerreiros correm para apanhá-los!

*ERÊ-HÊ! ERÊ-HÊ!*

Os homens se submetem ao ritual de sempre. São pintados com tinta e óleo pelas suas mulheres. E saem negros, luzindo ao sol, levando seus arcos de mais de dois metros de comprimento.

Que caça escapará de suas flechas? Que *krai* escapará de sua pontaria?

E se internam nas matas, certos de que ali os *Maret* providenciarão sempre, o veado, o tatu, o quati, a queixada, o nhambu!

Carregam potes de taquara cheios de mel.

E os pulsos estão amarrados, firmes com cordões para que a flecha saia certa em direção ao alvo.

Quando retornarão os homens? Não se sabe.

Mas é certo que chegarão com muita caça e se sentarão para repartir a caça com a comunidade toda.

Contarão suas façanhas, que os jovens um dia também realizarão!

E vem o sol, e as novas luas. E chega o tempo da coleta. As roças já estão plantadas. A aldeia amanheceu na mesma agitação sem fim.

Preparam os cacaios, e sobre eles as crianças. De uma hora para outra ganham as matas. O *kieme* fica atrás no silêncio denunciador das fogueiras apagadas.

A mata providencial aguarda a todos, com palmitos, sapucaia, araquá, jabuticaba, ingás, pitomba, jatobá, abacaxi, umbu, carás, mamão.

Do alto das árvores os homens atiram colmeias, de novo se enchem os tubos de bambu com mel! A bebida dos rituais!

Ergue-se a aldeia provisória no meio da mata.

Ali nada impede a vida.

Se falta água, as bromélias e as taquaras oferecem o líquido precioso, fresquinho, gostoso, cristalino, que mata a sede.

E se partilha fartamente o alimento, o canto, a dança, a música, o cansaço.

Um dia, porém, quando o sol ilumina o *kieme* provisório e se apagam as fogueiras os *kruk* sabem que é sinal de voltar.

As mulheres à frente, com os cacaios apertados presos à cabeça carregam as crianças amadurecidas por esse tempo de aprendizagem na mata. Começa o difícil retorno!

Atrás vão os guerreiros, lustrosos, com os arcos prontos para a defesa.

Afinal as onças atacam sempre os que estão no fim da fila...

Por isso eles ficam atrás dando proteção.

Nos cacaios além de frutas, estão as ervas que servem de remédio, talo de bambu, certos espinhos, capim de pinto, semente de pau de ferro, tintas para pintar o corpo, sementes para fazer enfeites!

Fibras para tecer as bolsas, barro para fazer panelas!

Mas principalmente trazem pedaços de árvores barriguda (embaré) para fazer os enfeites das orelhas e lábios, os *Imató*, que são os distintivos desse Povo!

O retorno é cansativo, mas satisfeitos descem para o *Kieme-Breck* [...]

Nesse tempo de beleza os olhos assustam vendo as roças prontas para colher!

- Os *Maret* cuidaram! Diz sabiamente jovem Muin.  
 - Os *Maret* cuidaram, repetem todos, entre espanto e alegria que contagiam as crianças!  
 - Os *Maret* cuidaram!  
 Do peixe pescado no *Uatu*;  
 Da melancia riscada; do mel com água; da batata cozida. *ERÊ-HÉ!*  
 Agora é fazer a festa! É a alegria de cada um e de todos.  
 E se colocam os colares, e se pinta o corpo com pintura nova. E um grande número de jovens são pintados de uruku e se preparam para receber o adorno ancestral.  
 Ordem dos *Maret KHAMAKIAN* pelas mãos do velho Krenak!  
 E todos relembram o começo, a origem como nasceu o povo *Krenak-Erêhé*, bonito e diferente dos outros povos.  
 Os *Maret KHAMAKIAN* estará sempre presente na vida do povo que nasceu da terra, que foi gerado na terra, que brotou da terra!(SOARES, 1992 p. 90-92)

No entanto, os habitantes desta aldeia, sofrem no ano de 1923 um ataque dos moradores da colônia Bueno Brandão, o qual ficou conhecido como o “Massacre de *Kuparaque*”. Este é um período marcante a partir do qual se tem maiores informações do ponto de vista da memória social indígena contemporânea. Tal massacre que resultou no assassinato de diversos indígenas, na queda significativa do número populacional dos *Borun*, vitimando inclusive grávidas e crianças, teve como principal fator gerador a instalação das frentes de expansão econômica, por meio da distribuição de terras e contribuiu expressivamente para o descontrole da política indigenista local causando pânico e terror entre os índios aldeados. “A história do massacre é bastante presente entre os Krenak que a relembram com riqueza de detalhes e emoção” (CALDEIRA, 2009; BAETA e MATTOS, 2007).

Longe da aldeia tinha um acampamento dos brancos que os índios frequentavam. Os homens brancos convidavam para tomar garapa, matavam boi e os índios comiam carne. Ali os índios festejavam com alegria, cantavam e dançavam, até o dia amanhecer.  
 Naquela época, o índio era bravo e os brancos, para amansá-los, tentavam de tudo. Os índios não sabiam o risco que estavam correndo. Eram inocentes, e os homens brancos trabalharam durante cinco meses pra fazer um cercado para pegar os índios. Em seis meses, o branco atacou os índios, matando a tiros. Alguns índios tentaram correr, mas ficaram presos dentro do cercado. As mulheres grávidas e não grávidas, eles amarravam no toco e depois cortavam com facão, mas alguns meninos correram e escaparam do massacre.  
 Morreram muitos índios, principalmente o capitão que os comandava.  
 ((KRENAK, M., 1997, p. 27)

Muitos sobreviventes se mudam para a margem esquerda do Rio Doce, próxima ao Posto Indígena Guido Marlière. Só então, devido ao massacre e por pressão do SPI, toma-se a

iniciativa de se demarcar os 2.000 hectares restantes, que ainda não haviam sido fisicamente estabelecidos. Após o massacre, parte dos *Nakrehé* retornou a Itueto. O novo Inspetor do SPI, Samuel Lobo, relata em 1924 “que a estes havia sido concedido lotes de terra, e que estavam sendo atendidos por eclesiásticos”. Posteriormente, em 1929, muitos destes índios retornam para o Rio Eme, e passam a compartilhar da história dos Krenak contemporâneos. (PARAÍSO, 1992; CALDEIRA, 2005).

A “doação” foi objeto constante de litígios do SPI, particularmente do Inspetor Lobo, com o governo do Estado de Minas Gerais, que queria revertê-la para si, sob alegação de que o SPI não efetivara de fato o aldeamento e de que os indígenas já estariam integrados (ou, os pouco que não eram, seriam nômades) não mais precisando de terras. Em 1931, o SPI conseguiu parecer favorável à manutenção do direito indígena sobre a área. No entanto a prática de arrendamento aos colonos, por aquele órgão, já vinha ocorrendo há anos, favorecendo o esbulho do já diminuído território Krenak. (PARAÍSO, 1992).

A primeira metade do século XX foi então marcada pelas várias mortes causadas pela construção da EFVM, pela atuação violenta do SPI, e pelos massacres dos colonos contra os *Borun*, somados a pressão do Governo do Estado e Assembléia de Minas Gerais sobre o Território Krenak, o tornando extremamente diminuído e devastado, assim como a sua população. A partir de então seria inaugurado o período das remoções e exílios forçados, das prisões e do protagonismo Krenak em reaver suas terras e resistir aos impactos dos novos empreendimentos.

### **1.3 Exílios Forçados/Ditadura Militar/Presídio Krenak**

Em meados da década de 1950, a descoberta de uma fonte de mica no interior da reserva intensificou ainda mais o interesse local e do Governo do Estado em “se livrar” dos indígenas. O Serviço de Proteção ao Índio, entretanto, cedeu desta vez à forte pressão transferindo os Krenak para a reserva dos índios Maxakali. Nesta transferência alguns indígenas conseguiram refugiar-se e permanecer nas **Ilhas do Rio Doce**, como Joaquim Grande. Foi a prefeitura de Resplendor que passou então a administrar o arrendamento das terras (SOARES, 1992; PARAÍSO, 1992, CALDEIRA, 2005).

Um grande número dos indígenas foi transferido para o Posto de Vanuíre, em São Paulo, uma área da etnia Kaingang. Uma família de indígenas foi a serviço do SPI para o Mato Grosso, na Ilha do Bananal. Alguns indígenas foram isolados pelo próprio SPI, alegando desvios comportamentais (principalmente desacato e consumo de álcool), como no

caso do ancião Euclides Krenak<sup>7</sup> irmão de Dona Dejanira (anciã do grupo *Atorã*), enviado para outra aldeia do Mato Grosso. Outros simplesmente desapareceram principalmente parte dos homens; e para os que tiveram a iniciativa de retornar a pé até Governador Valadares, e tomar o trem até a estação Crenaque, em 1959, restou encontrar sua terra inteiramente ocupada pelos arrendatários, e **refugiar-se nas ilhas**, para iniciar a luta por reaver seu território (PARAÍSO, 1992, CALDEIRA, 2005).

A transferência forçada e permanência junto aos Maxakali, sob situação de fome, doenças, falta de assistência e longe de seu território tradicional, é também um dos episódios extremamente traumáticos, conflituosos, e difícil de ser relatado pelos *Borun* mais idosos da aldeia Krenak; em entrevista de história de vida concedida durante a pesquisa, dona Laurita Krenak, uma das anciãs do grupo, partilhou um pouco desse triste episódio de sua vida:

Eu não gosto nem de falar dessa época, a gente passou fome lá. Naquela época o chefe chegava e pegava os índios de qualquer maneira. Tinha um chefe que chamava Américo, capitão Pinheiro mandou juntar os índios tudo, aí colocou os índios tudo dentro do carro, disse que se não entrasse ia colocar na cadeia. Lotaram o caminhão de madrugada, e jogaram dentro de um vagão do trem, levaram de trem até Valadares, depois jogou em cima de um caminhão até Machacalis; foi dentro do caminhão só minha mãe com minha irmã mais nova, que morreu lá nos Maxakali, deu uma febre, não tinha remédio... Não tinha comida pra todo mundo, passou fome lá, não tinha nada. Cada Maxakali tinha sua moitinha de mandioca, mas só dava pra eles. Minha mãe cozinhava um mato que chamava capiçoba, cozinhava a folha (igual à couve) e minha mãe fazia pra gente, aqui a gente já comia, mas lá só tinha aquilo pra comer. O filho do Euclides se chamava Pedro morreu, a mulher dele morreu lá também, a mãe [...] aí nós não aguentamos mais e voltamos a pé de lá. Voltamos a pé até em Valadares, meu pé não podia nem pisar, andava a pé, parava, pescava pra comer, e andava mais... eu quase morri, fiquei doente, não gosto nem de lembrar [...] a sola do meu pé não tinha couro não, só machucado, tinha que andar pendurado no meu pai e minha mãe. Levaram a gente pra lá, pra entregar a terra pro fazendeiro [...] Quando chegamos em Valadares, não mandaram agente pro Krenak, mandaram pro Rio de Janeiro, e de lá pra Vanuíre. a Lucinda, deixou o marido aqui, **o marido dela ficou escondido numa ilha do Rio Doce aqui**, ele fugiu da policia quando a policia retirou agente daqui. Daí quando chegou no Rio de Janeiro, o chefe falou com a Lucinda; ué pra onde você

---

<sup>7</sup> Conforme nota de falecimento publicada no site da Funai, o Sr. Euclides faleceu em dezembro de 2016: “É com grande pesar que a Funai informa o falecimento do ancião indígena Euclides Krenak, na madrugada desta terça-feira, 27/12, em Resplendor-MG. O Sr. Euclides tinha 105 anos e morava na aldeia Atorã da Terra Indígena Krenak, onde o corpo está sendo velado e será enterrado. Indígena mais velho de sua aldeia, era profundo conhecedor da medicina tradicional Krenak. Lutou sempre incansavelmente pela defesa dos direitos do seu Povo. Com o desastre de Mariana, voltou a se destacar como um dos protagonistas, agora na luta pela reparação dos terríveis impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, com a contaminação do rio Doce, recurso fundamental para a Terra Indígena Krenak”. (Fundação Nacional do Índio – Funai, 2016) <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4058-nota- pesar-euclides-krenak>, acesso em 05/02/2016.

vai? Você vai com sua mãe pro Vanuire? Ela disse, não vou pro Krenak, meu marido está lá. Aí quando chegou, o velho tinha feito barraco lá em cima no morro e **vinha na beirada do rio pra dormir**, com medo de fazendeiro, que eles queriam matar ele também, aí ele tinha quatro cachorros, e ele falava com o cachorro pra vigiar, se o *Krai* chegar pro cachorro pegar, o nome dele era Joquinha. Ele plantava milho feijão, plantava mandioca, tinha criação. **Então, eles tinha comida e voltaram pra terra, pra perto do rio** (Dona Laurita Krenak, 20/12/2016, informação verbal, grifo nosso).

Diversos são os relatos registrados na literatura pesquisada – tanto a não indígena quanto a produzida pelos próprios Krenak - que trazem os relatos, os casos de adoecimento, sofrimento e mortes do povo Krenak nos exílios na Terra Maxakali, em Vanuíre, e em Mato Grosso. Conforme está registrado por Soares (1992), Dona Laurita Krenak, além dos dissabores relatados na entrevista acima transcrita, já em Vanuíre, além de ser extremamente destrutada pelos funcionários do SPI junto com seu grupo familiar, foi separada de sua família, ficando internada em um hospital por quatro anos sem nenhum contato, isso tudo quando tinha apenas oito anos de idade. Anos depois seria a jovem Laurita, grávida de sua primeira filha, que animaria o grupo a voltar às margens do *Uatu* para retomarem a sua terra e viver com seus parentes.

Passar-se-ão sete anos, desde a retirada dos Krenak para os Maxakali, até que o SPI voltasse a atuar na área, o que fora realizado conjuntamente à instalação, neste mesmo ano de 1966, da Guarda Rural Indígena (GRIN) para todo o país. O programa da GRIN, idealizado pelo capitão Pinheiro, que houvera chefiado a primeira transferência dos Krenak, e que era agora chefe da Ajudância Minas-Bahia da recém-criada Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - que substituiu o SPI, devido a inúmeros escândalos de corrupção ligados ao extinto Serviço – fora implementado por meio de um termo de Cooperação entre o SPI/FUNAI com a Polícia Militar de Minas Gerais (CALDEIRA, 2005; MPF, 2015).

[...] na solenidade de formatura da 1ª turma da Guarda Rural Indígena (GRIN), um grupamento composto por indígenas de várias etnias sob o comando de um delegado da Polícia Militar de Minas Gerais. No evento, que contou com a presença do então governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, do seu secretário estadual de Educação, José Maria Alkmin – que fora vice-presidente da República entre 1964 e 1967 - e de outras altas autoridades federais, houve um desfile durante o qual foi exibido um índio dependurado em um pau de arara [Figura 8]. A cena, filmada, é a única registrada no Brasil que mostra, em um evento oficial, um ato de tortura (MPF, 2015).

Figura 8: Cena de tortura durante a Formatura da GRIN



Indígena pendurado no pau de arara.

Fonte: Literatortura (<http://literatortura.com/2015/04/10-fotografias-que-retratam-a-historia-do-brasil-de-uma-maneira-que-voce-nao-esta-habitado/7>)

Para a área Krenak foi pensada e implementada a função de Reformatório Agrícola Indígena, que mais funcionava como uma prisão agrícola, ou até mesmo um campo de concentração de índios, para onde eram transferidos indígenas de várias etnias e de diversas regiões do Brasil, dentre os quais eram considerados desordeiros ou perigosos, cujos motivos da detenção eram desde homicídios, roubos até simplesmente desacato às “autoridades” ou vadiagem, sendo este último motivo, aquele alegado com maior frequência, e punido com rigor claramente exagerado. Muitos desses índios foram aproveitados como mão de obra no reformatório; alguns se casaram com mulheres Krenak e vivem atualmente na comunidade. Até hoje se encontram na TI Krenak as ruínas do Presídio Krenak, cenário de violações aos direitos humanos praticados durante o período da ditadura militar no Brasil, tendo os povos indígenas, especialmente os Krenak como seu alvo principal (MPF, 2015).

Segundo o Procurador da República Edmundo Antônio Dias, "o reformatório era um presídio sem previsão legal, destinado a confinar indígenas em razão de condutas valoradas segundo critérios inteiramente subjetivos. Ali funcionou uma verdadeira polícia de costumes. As condutas em geral sequer eram previstas pela legislação penal e os índios não eram submetidos a julgamento. Os índios não podiam viver sua própria cultura, praticar seus rituais, nem mesmo conversar na língua materna. Crianças, mulheres e idosos eram vítimas dos atos de arbítrio, além de serem obrigados a executar tarefas para os policiais, sendo castigados quando não as realizassem. Também há relatos de abusos sexuais cometidos contra as mulheres Krenak pelos policiais militares que faziam a guarda do reformatório" (MPF, 2015).

Ao relatar sua história de vida durante a presente pesquisa, Dona Laurita Krenak relembra o sofrimento imposto nesse período:



Aqui tinha uma casa se bebesse eles prendiam, tinha um toco dessa grossura, aí tinha uma corrente e amarrava o pé do índio, igual papagaio, ficava de castigo até hora que eles queriam, não dava comida nem água no primeiro dia. Minha mãe ficou, presa, eu tentei dar água a ela, e eles não deixaram, eu falei: minha mãe tá velha. Ele disse: não, não pode beber água não! Nem café, nem comida, só no outro dia que dera;, eu cheguei até chorar. Meu marido falou: deixa pra lá. Foi lá naquele presídio lá, velho caído, na cela que tinha lá. Tinha um tocão que amarrava as pernas dos índios com corrente e deixavam eles, era o castigo que davam pros índios. (Dona Laurita Krenak, 20/12/2016, informação verbal)

A terra Krenak, entretanto, seguiu invadida durante todo o tempo pelos arrendatários, os quais pressionavam política e juridicamente pela expulsão definitiva dos indígenas. Entretanto, mesmo com o resultado de uma ação de reintegração de posse movida pela recém-criada FUNAI, cuja decisão fora favorável aos indígenas, o Governo de Minas Gerais negociou com aquela Fundação a transferência, não dos arrendatários, mas dos indígenas, para uma área “doada” pelo próprio Governo do Estado no município de Carmésia, no imóvel denominado Fazenda Guarani, da Polícia Militar, onde se prosseguiu com a política prisional. Para lá também foram transferidos alguns indígenas da etnia Pataxó, provenientes da Bahia, muitos dos quais lá permanecem com seus descendentes até os dias atuais (CALDEIRA, 2009; MPF, 2015).

A nova transferência foi traumatizante, muitos indígenas foram agredidos, algemados e jogados dentro de caminhões rumo à Guarani. Lá enfrentaram quase uma década de clima frio, ausência de rios piscosos, terreno acidentado para o plantio, solo esgotado, convivência com outros grupos, nem sempre amistosa. Segundo o Ministério Público Federal (2015), a convivência forçada com etnias muitas vezes rivais, **a separação de seu território sagrado e a distância do rio Doce**, somados a violenta e degradante ação da polícia militar no trato com os indígenas (inclusive a proibição de comunicarem-se na língua materna), impôs aos Krenak uma situação de etnocídio<sup>8</sup>, com forte promoção à desagregação social e cultural do grupo, adoecimento psíquico, causando inclusive a morte de indígenas nesse exílio, o que será novamente retomado quando tratarmos especificamente da relação dos Krenak com o *Uatu*. O povo Krenak só não foi completamente extinto no exílio da Fazenda Guarani, graças a sua resistência e a esperança de retorno para as margens do *Uatu*. (MPF, 2015).

---

<sup>8</sup> O etnocídio coloca-se em uma relação de espécie a gênero em relação ao genocídio; a profunda desagregação sociocultural do Povo Krenak confere ao genocídio praticado contra este povo as características próprias de verdadeiro etnocídio. Com efeito, para além da deliberada intenção de submeter o Povo Krenak a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial – como é próprio do genocídio – somaram-se, entre outros, o exílio de seu território tradicional, bem como a direta interferência em seus modos de vida e a proibição da fala em sua língua materna (MPF, 2015).

Em 1972, o povo Krenak foi retirado à força de suas terras e levado para a Fazenda Guarani, situada no município de Carmésia, a 343 km de distância. O objetivo real do deslocamento forçado foi o de liberar as terras para fazendeiros que, no ano anterior, haviam perdido uma ação de reintegração de posse. **Os Krenak referem-se ao episódio do exílio com profundo sofrimento, devido à distância do rio Doce, que era o centro de sua vida cultural e espiritual.** Por oito anos, eles suportaram as péssimas condições de vida na Fazenda Guarani, que funcionou como uma continuação do Reformatório Krenak. (MPF, 2015, grifo nosso)

A violenta ação do Estado contra os povos indígenas durante a ditadura Militar, é alvo da investigação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>9</sup> e do Ministério Público Federal (MPF), que moveu uma Ação Civil Pública (ACP) contra a União, a FUNAI, o Estado de Minas Gerais, a Rural Minas e a pessoa do Capitão Pinheiro (Ação Civil Pública nº 64483-95.2015.4.01.3800), objetivando o reconhecimento e a reparação, pelo Estado Brasileiro, das violações contra os direitos humanos, e o genocídio/etnocídio, cometido contra o povo Krenak, por meio de suas ações nesse período, dentre as principais: a constituição da GRIN, a implantação do presídio/reformatório Krenak - que teve sua ação estendida e continuada com o “Centro de Treinamento Agrícola”/Presídio da Fazenda Guarani – e o exílio do povo Krenak na Fazenda Guarani.

Em dezembro de 2016, decisão favorável da 14ª Vara de Justiça Federal de Minas Gerais, julgou procedente e concedeu antecipação de tutela à ACP movida pelo MPF em favor do povo Krenak determinando aos réus supracitados uma série de ações para reparação dos danos sofridos pelos Krenak, a saber: **conclusão da demarcação da Terra Indígena Krenak de Sete Salões pela FUNAI**, ações de promoção e resgate da cultura e da língua Krenak, devolução aos *Borun* e publicização pelos órgãos governamentais de toda a documentação relativa às violações aos direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar, dentre outras. (MPF, 2015)

O Ministério Público Federal, também impetrou, junto ao Ministério da Justiça, o pedido de anistia coletiva ao povo Krenak, considerando as graves violações aos seus direitos durante o período do regime militar, conforme acima relatado. Ocorre que, segundo o próprio

---

<sup>9</sup> A Comissão Nacional da Verdade (CNV) instituída pela Lei nº 12.528, de 18/11/2011, com o objetivo de apurar as graves violações de direitos humanos ocorridas durante o período militar brasileiro, destacou, em seu relatório final que foi possível estimar **ao menos 8.350 indígenas mortos** no período da investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Tal número deve ser exponencialmente maior vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas. A CNV dedicou relatório temático, sob a coordenação da comissionada Maria Rita Kehl, às Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas, sublinhando **o reconhecimento por parte do Estado brasileiro de sua responsabilidade na violação de direitos dos indígenas durante a ditadura militar** (MPF, 2015)

MPF (2015), a Portaria nº 2.523/2008, que estabelece as normas procedimentais da Comissão de Anistia, é um claro exemplo da inadequação da justiça transicional brasileira às violações perpetradas contra os indígenas. O procedimento estabelecido na referida norma é altamente centrado no indivíduo, o que impede a clara compreensão e reparação de violações que, não só atingiram física e moralmente indivíduos, mas que também atingiram a própria possibilidade de existência do ser coletivo. Tal arbitrariedade da legislação é contestada pelo MPF, que ao fim do pedido solicita: a) o **reconhecimento das violações** aos direitos humanos perpetradas contra o povo indígena Krenak pelo Estado brasileiro, acompanhado de **pedido público de desculpas**; b) a **reparação econômica coletiva** em prol do **povo indígena Krenak**, tendo em vista que os atos da ditadura provocaram sua desagregação social e cultural, colocando em risco, portanto, sua própria existência enquanto povo. Tal pedido tramita no Ministério da Justiça sem decisão definitiva.

Os episódios de violência acima relatados permeiam ainda hoje a memória da população Krenak contemporânea, até porque diversos dos indígenas adultos e idosos foram vítimas diretas dessas tentativas de etnocídio. Tais sentimentos, percepções e memórias influenciam a forma como os Krenak se relacionam atualmente com os representantes de Estado, com empreendedores, e mesmo com a sociedade envolvente.

Tais atores agiram conjuntamente durante o período relatado objetivando a apropriação do território Krenak, favorecendo o seu próprio interesse econômico, em detrimento ao direito de existência do grupo indígena, ainda que para isso fosse necessário provocar verdadeira desagregação social, mortes (sejam elas físicas ou culturais/espirituais), entre outras atrocidades. A motivação pelo crescimento econômico sobrepôs os direitos humanos dos *Borun*, que graças a sua resistência e as relações afetivas com o seu território - e seus componentes, como o Rio Doce – manteve-se vivo para conquistar o direito de retornar o seu local de origem.

#### **1.4 O retorno ao seu Território e a Cultura do Rio para o povo Krenak – Novas Investidas e Impactos de Empreendimentos Contemporâneos**

A relação visceral dos *Borun* com seu território tradicional e com os elementos identitários e culturais nele presentes, em especial o Rio Doce/*Uatu*, manteve viva a esperança dos Krenak em retornar para a sua terra e possibilitou a continuidade da existência do grupo enquanto povo culturalmente diferenciado. A caminhada de volta ao território Krenak, em 1980, desde a Fazenda Guarani, teve como um de seus pioneiros o senhor José Alfredo, que

por muitos anos posteriores se manteve como cacique geral e que hoje é o cacique do grupo *Naknemuk* (SOARES, 1992; CALDEIRA, 2009). Abaixo segue transcrito trecho do relato do cacique sobre o período:

[...] Nós ficou sem cacique, Joaquim grande era o cacique. Ele ficou perturbado com a mudança forçada para a Fazenda Guarani. Ele não sabia mais nada com a mudança daqui. A comunidade achou que era de acordo colocar eu como cacique.

Nós ficamos quatro anos, depois ganhamos a terra na justiça, só que a gente não sabia e fomos obrigados a sair para outro lugar. Fomos para a Fazenda Guarani (município de Carmésia). Alguns índios não queriam sair, para outro lugar. Eles foram obrigados a sair, amarrados e tirados daqui. Nós moramos sete anos lá. Descobrimos que nós tínhamos ganhado a terra, fizemos reunião durante um ano, planejando para vir embora para a terra Krenak(...) espero que desta vez nós ganhemos na justiça de verdade a terra. (KRENAK, M., 1997, p. 41)

Uma grande enchente do Rio Doce, em 1979, contribuiu para que parte da área fosse abandonada, e onde se assentaram então os Krenak, nas imediações do Patronato São Vicente de Paula, abandonado com a cheia do Rio Doce, que magicamente, segundo muitos depoimentos, ajudou os Krenak a retomarem este trecho de seu território. Rute Krenak em entrevista registrada por Soares (1992), reflete: “Pra que você acha que esse Rio Doce veio e rebentou tudo aí? Pra que? Porque ali tinha muito índio velho que sabia muita coisas [...]”.

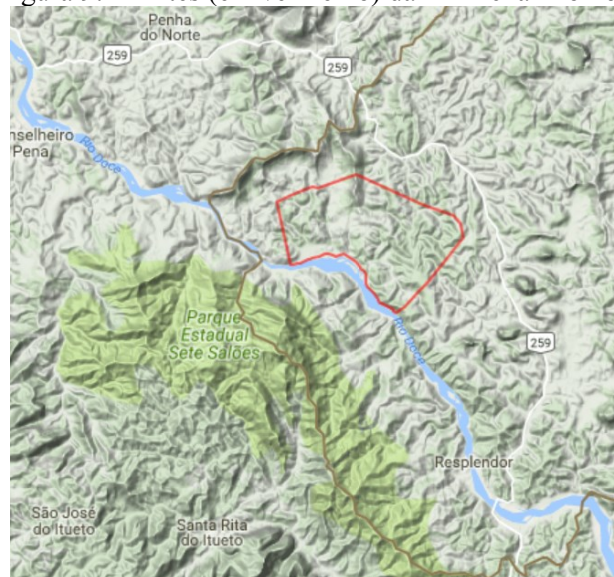
Segundo Caldeira (2009), a interpretação Krenak sobre o seu retorno à região do rio Doce é cosmológica e traz consigo valores e crenças nativas: o retorno para a Terra Indígena, segundo os Krenak, somente foi possível porque o Rio Doce os ajudou “limpando” a terra dos seus invasores. Tal afirmação foi reportada durante as entrevistas de história de vida da presente pesquisa:

Estávamos na fazenda Guarani, mas nós voltamos pra cá pra lutar pela terra. A enchente de 1979 retirou as casas que tinha aqui, tirou as coisas que tinha do patronato, e esvaziou, pra gente ficar, mas a FUNAI não queria não. Chegou aqui, quando minha mãe viu, começou a chorar. Tem hora que olho e parece que é mentira o tanto que eu andei [...] Eu andava muito, eu fico pensando nisso, já falei muito, briguei muito, até com delegado. Eles não queria mandar nossas vacas de volta da Fazenda Guarani, aí eu briguei, fui no jornal, fui em Brasília. (Dona Laurita Krenak, 20/12/2016, informação verbal)

Na época da Ditadura, quando eu cheguei pra aqui já era o segundo retorno dos Krenak para o Rio Doce, em 1979 quando a enchente tinha destruído tudo aqui, e que os Krenak deu retorno de novo, e ficaram aqui, e daqui vão ficar o resto da vida, aqui e nos Sete Salões. (Lírio Guarani, 20/12/2016, informação verbal)

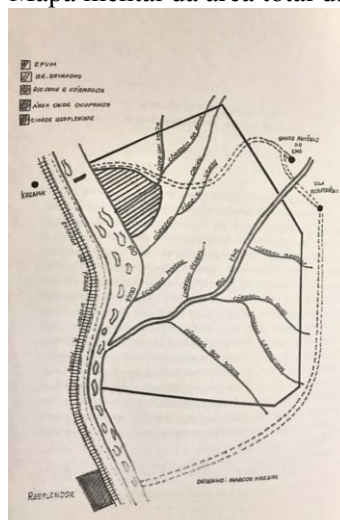
A área inicialmente retomada era de aproximadamente 68,25 hectares, e a sua conquista animou parte dos Krenak da primeira diáspora, que estavam em São Paulo, na reserva Vanuíre, para também retornar às margens *Uatu*. Esta nova situação que envolveu a luta dos Krenak, junto com apoiadores não-indígenas (Conselho Indigenista Missionário – CIMI - e o Grupo de Estudos da Questão Indígena) provocou a FUNAI para que iniciasse em 1983 uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pela anulação de títulos emitidos pela Ruralminas. E deste procedimento resulta o reconhecimento dos atuais limites da Terra Indígena Krenak (Figuras 9 e 10) (SOARES, 1992; CALDEIRA, 2009).

Figura 9: Limites (em vermelho) da TI Krenak homologada



Fonte: FUNAI, 2017

Figura 10: Mapa mental da área total da TI Krenak



Fonte: Krenak, M., 1997, p. 42

A decisão de retornar ao seu território, foi seguida de diversos conflitos com fazendeiros nos anos subseqüentes, sobretudo após a FUNAI ter ingressado com a ação para a anulação dos títulos sobre imóveis rurais emitidos sobre a TI Krenak. Ocupações, ações de despejo, ameaças, destruição de plantio, diversas idas à Brasília e a Belo Horizonte; mas a certeza de que as margens do *Uatu* eram seu lugar garantiu mais uma vez a persistência necessária para suportarem esse período de conflitos, conforme pode ser percebido no relato de Dona Laurita Krenak, à época:

A gente vai ficar aqui até morrer. Nosso povo tá todo enterrado aqui. A gente também vai ser. É só a FUNAI devolver o que é nosso que a gente começa tudo de novo. Se eles não ajudar a gente, a gente faz casa de capim. Queremos é ficar aqui, mesmo morto, com nossos antepassados, **com o Uatu**, na terra que é da gente (SOARES, 1992, p.149, grifo nosso)

A atual Terra Indígena Krenak demarcada localiza-se contiguamente à margem esquerda do rio Doce, entre as cidades mineiras de Resplendor e de Conselheiro Pena. Trata-se de um território de área total - segundo informações do portal de Terras Indígenas da FUNAI - de 4.039,82 (quatro mil e trinta e nove hectares e oitenta e dois ares), conforme Decreto Federal de homologação, que veio efetivar exatamente a mesma área doada em 1920, apenas no ano de 2001. A TI Krenak dista aproximadamente 500 (quinhentos) km da capital mineira e aproximadamente 220 (duzentos e vinte) km da capital capixaba. Para além desse território, os Krenak reivindicam a porção de terras tradicionais à margem direita do Rio Doce, conhecida como Sete Salões, território sagrado para este povo, em estudo pela FUNAI.

A TI Krenak, quando devolvida aos *Borun*, encontrava-se extremamente devastada devido às ações conjuntas do Estado Brasileiro, por meio da União e do Governo de Minas Gerais, e dos fazendeiros que arrendaram aquelas terras e delas se utilizaram principalmente para a instalação de pastagens para a pecuária extensiva. Os limites da Terra Indígena Krenak, (como pode ser visto nas Figuras 9 e 10), são formados por linhas secas – fruto da delimitação estabelecida na década de 1920 pela “doação” do Governo do Estado de Minas Gerais. No entanto, a constituição de 1988, traz a definição de terra indígena em seu artigo 231<sup>10</sup>, e as

---

<sup>10</sup> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

legislações infraconstitucionais (Decreto 1.775<sup>11</sup> e Portaria 14<sup>12</sup>) estabelecem os critérios e procedimentos para a demarcação. Ou seja, o povo indígena Krenak até os dias atuais não têm garantido seu direito constitucional de pleno usufruto do território necessário à sua reprodução física e cultural, o que seria possível com a finalização dos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Krenak de Sete Salões conforme o processo que tramita na Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI. Como já citado, a Ação Civil Pública movida pelo MPF, teve decisão pela Justiça Federal em dezembro de 2016 para que a FUNAI conclua esses estudos no prazo de um ano.

Nenhum estudo referente à ocupação tradicional da terra pelo povo Krenak foi até hoje realizado (concluído). Espaços sagrados (encantados) para os Krenak ainda não fazem parte da terra atualmente por eles ocupada. Portanto a dívida do Estado Brasileiro com esse povo ainda não findou (CALDEIRA, 2009, p. 59).

Um dos elementos (talvez o principal) que compõe a territorialidade tradicional Krenak e sua identidade, é o Rio Doce, com o qual mantém relação de ordem cosmológica, o que pode ser inferido, dentre outros motivos, pela crença de que fora a enchente do *Uatu*, em 1979, que os permitiu retornar ao seu lugar de origem. Para esse povo o rio, não é considerado apenas um elemento da natureza, mas é dotado de agência, atuando em seu favor em diversos momentos, e por eles considerado tão importante quanto estarem próximos do lugar onde seus antepassados estão enterrados como descrito pela anciã Krenak no trecho acima. Não só os anciãos sentem o rio dessa maneira, mas a população Krenak, de maneira geral assim o percebe, conforme relato de uma jovem que participou do grupo focal realizado nesta pesquisa:

Meu esposo estava falando comigo em casa: antigamente quando nosso povo passava necessidade o Rio que sustentou o nosso povo, e hoje, ele mesmo morto, ele ainda está sustentando o nosso povo, mesmo estando morto, porque, mesmo ele estando morto, por causa dele a gente tem um ganho, ele não deixou nós desamparado, mesmo que não seja da mesma forma, mas ele ainda está nos amparando, não da mesma maneira que antes era, mas está nos amparando. (Grupo focal, 20/12/2016, informação verbal)

---

<sup>11</sup> Decreto 1.775, de 08 de janeiro de 1996: Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.

<sup>12</sup> Portaria/FUNAI nº 14, de 09 de janeiro de 1996: Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas a que se refere o parágrafo 6º do artigo 2º, do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996.

Trazendo essa mesma reflexão Caldeira (2009), informa que para além da identificação como lugar de pesca, o rio Doce, denominado na língua krenak *Uatu*, é para esse povo um ente sagrado, elemento fundamental na composição da cosmologia nativa e da identidade étnica:

Para esse grupo étnico, os elementos da natureza – a montanha, a pedra, o rio, o fogo – todos possuem seus espíritos; espíritos estes com quem os Krenak se relacionam e dialogam. Estes espíritos oferecem proteção e ensinamentos ao povo Krenak.

Segundo a antropóloga Maria Hilda Paraíso os botocudos possuem quatro tipos de espíritos: os que vivem na esfera superior (*Maret*); os que vivem na esfera da natureza (*Tokón*); aqueles que vivem sob a forma de almas no interior dos corpos dos vivos; e aqueles que vivem no mundo subterrâneo. E é sob os ensinamentos dos *Maret*, dos *Tokon*, e dos demais espíritos, que os Krenak são protegidos.

São os *Maret* que orientam a vida do povo Krenak; e a proteção ofertada por eles exige uma relação de troca, em que os indígenas também possuem obrigações: respeitar e seguir os ensinamentos míticos. **Inviabilizar essa relação implica em causar o desequilíbrio que funda a sociedade krenak.** Nesse sentido, **o grupo étnico tem para si o rio Doce, como um bem Krenak, pois ao sacralizá-lo em um mundo encantado e regulado por forças míticas a que somente seu povo teria acesso, ele torna inviável qualquer intervenção que não aquela regida pelo conhecimento mágico nativo. Assim, o rio Doce, possui espaço e função mítica na vida do povo Krenak. Longe das águas do Rio Doce, nos exílios, a proteção divina tornou-se frágil.** (CALDEIRA, 2009, p.56 a 58, grifo nosso).

Estudos etnográficos conduzidos por antropólogos, conforme relata Barretto (2012), deram conta que a oposição entre natureza e cultura (por décadas um princípio central da antropologia) era insuficiente para explicar como povos não ocidentais expressavam suas percepções e interações com o entorno ou com o ambiente. Segundo o autor, esses povos muitas vezes atribuem disposições e condutas humanas a plantas e animais; além disso, no reino que, para o restante da sociedade, incluem-se organismos vivos, não humanos, tais povos incluem uma variedade de entes como espíritos, forças, entre outros; com atributos considerados tipicamente humanos, a saber: consciência, intencionalidade, capacidade de se comunicar. Essa é a relação dos Krenak com o *Uatu*, ente com o qual os Krenak se relacionam intimamente, que sempre lhes deu força e sempre guiou esse povo.

A relação dos Krenak com o Rio Doce vem sendo, há muito, amplamente descrita na literatura e na mídia. O Jornal do Brasil, por exemplo, trouxe publicações nos anos de 1973 e 1974 dando conta desse aspecto da subjetividade Krenak, enquanto se referiam ao exílio forçado na Fazenda Guarani:



[...] embora tenham estranhado muito a ausência, na região, de águas piscosas e cipós para seu artesanato, encontrados com fartura, no extinto Posto Indígena de Resplendor, no Vale do Rio Doce, de onde tiveram que sair porque suas propriedades eram frequentemente invadidas pelos brancos. (Jornal do Brasil, 03/03/1974, apud MPF, 2015 p. 46)

E os índios crenaques, que vieram para cá no ano passado porque suas terras eram constantemente invadidas no Vale do Rio Doce, já não conseguem esconder sua inquietação pela escassez de tudo o que lá encontravam em abundância: a terra fértil, a pesca farta, a caça variada, o pasto bom e a matéria-prima indispensável ao seu artesanato, hoje inexistente. (Jornal do Brasil, 09/12/73, apud MPF, 2015 p. 46)

Há registros de que muitos Krenak adoeceram física e psicologicamente durante os exílios, já que, distantes de seu território, espaço regido pela interação entre o natural e o sobrenatural, estavam sem a proteção divina – personificada no rio Doce. Na ACP movida pelo MPF, encontra-se o relato de que os Krenak não se adaptaram ao frio e as condições de vida na fazenda Guarani, sobretudo, pela falta de caça e pesca abundante que tinham, junto ao *Uatu* onde viviam. A referida ação anexa um relatório técnico psicológico que descreve a íntima relação subjetiva que os Krenak tinham com o *Uatu*. Relata, inclusive, casos de mortes por sintomas psíquicos acarretados pela distância daquele rio, como o caso do indígena Jacó Krenak.

De fato, Jacó fora uma importante referência de liderança para os Krenak, e seus descendentes (filhos e netos) exercem papel similar na contemporaneidade do povo. Conforme relata o parecer psicológico promovido pelo MPF, o caso emblemático da morte de Jacó na fazenda Guarani, representa a relação de sofrimento psíquico causado tanto individual quanto coletivamente aos Krenak. Consta que o ancião era, além de liderança política, uma liderança espiritual, mantendo forte relação com a cultura tradicional e, portanto, com o Rio Doce. O povo Krenak também se autodenomina povo do *Uatu* e essa relação está registrada por meio do depoimento de Douglas Krenak (neto de Jacó) no documento do MPF:

Meu vô tinha um relacionamento com o rio muito forte, com o Rio Doce. Então meu pai contou que quando ele teve que sair daqui pra ir pra Fazenda Guarani expulso, quando nós fomos exilados, meu vô sofreu demais. Dava cinco horas da manhã, meu vô já tava na beira do rio. Olhando as armadilhas, os peixes, ele gostava mais de pescar. De noite também, ele gostava de dormir nas pedras pescando. Então o que mais arreventou ele no exílio foi isso, a falta do rio Doce, de dormir nas pedras. Lá na Fazenda Guarani não tinha nada. (MPF, 2015).

A partir de tal relato, conclui o técnico responsável pelo estudo: “Dessa forma, torna-se nítida a relação entre o rio e a subjetividade de Jacó, para quem sua formação identitária – o ‘ser Krenak’ – estava intensamente ligada aos rios de sua terra ancestral [...]”. Essa relação de afeto com o Rio Doce, foi continuada nas gerações posteriores, o que pode ser percebido em diversos relatos colhidos durante o campo da presente pesquisa, inclusive com o próprio neto de Jacó, Douglas Krenak:

As ilhas mesmo, que nós utilizamos, a gente não utiliza mais, entendeu? Os animais que tinha nas ilhas sumiu tudo, as garças, os cágados, sumiu tudo, tudo. A ilha que era do meu avô, quando a gente ia pescar lá via as garças, os jabuti, acabou! Esses dias eu fui lá quando o rio deu uma baixada, pra dar uma olhada, porque é a única ilha que eu ia, quando eu ia pro rio pescar com meu irmão Giovane, eu ia lá na ilha do meu avô. Eu ia na ilha do meu avô porque, pra lembrar dos “trem”, conversar com os meninos também, falar com meninos, “seu avo morou aqui e tal”, e mudou tudo [após o desastre da Samarco/Vale/BHP] [...]

É por causa do respeito que o povo tem demais com rio, é muito grande. É um respeito, é um relacionamento assim que a gente tem também em outros espaços religiosos, mas o rio era uma coisa muito séria, muito forte. A gente tem a pedra da pintura, tem os Sete Salões, que também é importante demais, mas o Rio era diferente, era bem diferente. (Douglas Krenak, 09/12/2017, informação verbal).

A espiritualidade Krenak encontra na beira do rio seu lugar de expressão por excelência. O relatório psicológico do MPF (2015), explica que a ausência do rio Doce, o elo mais forte da ligação de Jacó com o território tradicional, era um fator de muita instabilidade emocional. Fica explícita mais uma vez a relação vital de Jacó com o rio, reproduzindo em sua vida a relação ancestral dos Krenak com o rio Doce. Para Jacó, estar sem o rio, sem a pesca e sem o conjunto de relações psicossocioafetivas comunitárias que tem como centro de expressão a espiritualidade própria aos Krenak foi um “golpe fatal”.

Enquanto índio Krenak – povo do *Uatu* – a vida na Fazenda Guarani concentrou uma série de elementos que foram determinantes para seu desgaste emocional e afetivo, acarretando um quadro de adoecimento psíquico que remete à hipótese diagnóstica de depressão, que proporcionou o aparecimento de outros sintomas físicos produzindo a sua morte. Para os Krenak, a distância do rio é tida como a causa determinante de adoecimento desse ancião – que personifica o sofrimento coletivo de todo povo. As entrevistas concedidas ao psicólogo do MPF sustentam tal afirmação:

Ele falava pra gente: ‘É, meus filhos, minha vida acabou, tiraram nós da nossa terra, tiraram nós da nossa cultura, **tiraram nosso sustento que era o**

**rio Doce. Antes a gente dormia na pedra [...].** Agora eles acabaram com nós, não sei o que vai ser daqui pra frente. Meu pai sempre questionava isso com a gente. (Oredes, apud MPF 2015, p. 59, grifo nosso)

Minha doença de asma eu peguei nos Guarani, adoeceu muita gente lá. O Jacó nem alcançou de tristeza [...]. Ele tava muito triste, muito arrasado. Porque tiraram ele daqui, porque tiraram nosso povo daqui. [Fala algumas frases na língua krenak]. **Ele gostava muito de um peixinho, dormir na beira do rio, fazer sua cultura na beira do rio. Todos nós né, a gente ficou revoltado.** (Dejanira, apud MPF 2015, p. 59, grifo nosso)

[Jacó] morreu de desgosto lá nos Guarani. Não era tempo dele morrer, não. Queria voltar pra trás. **Ele só falava** [fala frases na língua krenak e traduz] **que queria comer peixe com banana, não tinha capivara.** Chorava muito. (Zezão, apud MPF 2015, p.61, grifo nosso)

Minha mãe conta que ele reclamava muito, que ele queria voltar. **Quando ele estava doente, dizia que quero ver o rio Doce pela última vez.** Morreu apaixonado, morreu rápido, né. Bebia muito de tristeza. Ainda passava fome. O que eles comiam ainda era feijão brocado, fubá brocado pra não morrer de fome. Trocava por artesanato (Santa, apud MPF 2015, p.61, grifo nosso)

Conclui o relatório psicológico do MPF (2015), com base na observação de campo e nos relatos recolhidos, que Jacó (e o povo Krenak) estruturava sua subjetividade a partir de importantes ancoradouros estruturantes da identidade *Borun*, em especial a relação de extrema proximidade e intimidade com sua terra ancestral, **centralizada na relação com rio Doce.** Essa relação atravessava diferentes dimensões psicossocioafetivas: a convivência entre os parentes, pela troca mútua de peixe; as relações de trabalho como pescador para suprimento da cidade; o rio como espaço de lazer, sociabilidade e construção de afetos entre os Krenak; o papel central do rio na cosmovisão Krenak, em sua espiritualidade e concepção de humanidade. Afirma ainda que a interdição do acesso livre ao rio e ao território – impedindo as práticas culturais tradicionais e de lazer – foi produzindo um gradativo prejuízo psicoafetivo. Fica claro que na Fazenda Guarani, onde não havia mais o rio Doce, espaço por excelência de reprodução social da cultura Krenak e, portanto, da estrutura subjetiva de Jacó e dos demais membros do grupo, que o sofrimento se agravou sensivelmente. (MPF, 2015).

A relação dos Krenak com o *Uatu*, como já dito, é uma realidade para a população contemporânea que, até antes do desastre da barragem da Samarco/Vale/BHP, ancorava sua identidade, subjetividade e sociabilidade enquanto grupo culturalmente diferenciado, a essa proximidade e interatividade com o rio. Assim nos relata um jovem líder Krenak entrevistado:

Tudo em volta do rio que a gente faz frequentemente, hoje perdeu o sentido, você não pode pescar. A gente ia pescar, montava barraca, dormia na beira do rio, assava peixe, comia, dançava, cantava na beira do rio e hoje em dia

não vai mais, que não pode mais pescar no rio. Uns falam que tá contaminado, outros falam que não tem problema, outros falam que enquanto tiver essa lama não pode pescar, não pode comer o peixe do rio. Essa parte também de cantos de reunião na beira do rio, acabou, não tem mais. Tinha também a noite da lua, que a gente ia pra praia, e acabou também; a gente ia tudo junto pra beira da praia, ficava lá, agora não pesca mais, a gente fica na beira do rio, conversando dançando cantando, batendo papo. Se a lua fosse cheia agente ia pescar de tarrafa, fazia fogueira, assava peixe, cantava sentado lá, conversava dormia pelo rio, hoje não dá mais. Antes a gente ficava muitos dias, comia junto, hoje em dia não tem mais como fazer isso, tinha gente que vinha lá do Nego pra pescar aqui, agora, desse jeito, o peixe do rio nem sobe; afetou muito a cultura nossa, nosso meio de vida, afetou demais da conta. A gente cantava, caçava, pescava e conversava, se encontrava, fazia né, agora não faz mais. Fazia todo mês, toda a lua cheia a gente ia. O lugar de comer era um só, uns iam pescar de anzol, outros de tarrafa, outros caçar, outras esperavam nas trilhas; de dia espalhava todo mundo né, na hora de dormir juntava de novo, chegava com os peixes, aí juntava todo mundo limpava, assava e dormia. Agora as pessoas vão pra rua, ficam dois três dias lá pra rua; alguns consomem mais álcool, principalmente os jovens. Então assim, deu uma... não é perturbada, mas deu uma transviada, tipo um desvio; ao invés de estar cantando dançando, comendo peixe assado, agora vai pra rua, não tem mais o que fazer aqui, aí o índio vai pra rua. Vai beber, vai dançar, vai farrear na rua, talvez até mexer com outras coisas... no meio de muita gente a influência é grande né [...]

(Renaldo Krenak, 21/12/2016, informação verbal)

O sofrimento imputado aos Krenak pela distância do Rio Doce no período da ditadura militar em muito se assemelha aos sentimentos expressos pelos mesmos diante dos impactos do rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP. O luto inicial pela morte do seu parente *Uatu* (como relataram os Krenak), causado pelo desastre, tem sido substituído por um intenso processo de perturbação social coletivo e por inúmeras manifestações individuais de tristeza, depressão, dor e vazio. O rio continuava a ser para esse povo uma referência de socialização, espiritualidade, cultura, fonte de segurança alimentar, saúde, lazer, economia, entre outros, como pode ser apreendido na fala do indígena Renaldo Krenak. Os elementos psicossocioafetivos que sofreram os impactos das ações do período da ditadura militar, são similares aos relatados pelos Krenak diante das afetações ao *Uatu*, provocadas pelo rompimento da Barragem, isso ficou evidente também nas falas registradas no grupo focal conduzido durante o campo desta pesquisa Quadro 2)<sup>13</sup>:

Quadro 2: Respostas do grupo focal durante o debate da pergunta “qual a importância do *Uatu* para a saúde do povo Krenak?”

<b>P1</b>	Só pra você ter uma noção, esses dias tinha gente trazendo peixe lá da praia pra vender pro pessoal comer aqui, de tanta vontade que o pessoal tava de comer peixe, aí ele foi passear,
-----------	---

<sup>13</sup> Os participantes do grupo focal (durante a transcrição e análise dos dados) foram identificados com a letra P e numeração de 01 a 15 – P1, P2, P3 ...P15.

	e trouxe caixas de peixes pra vender, pra ajudar, porque o povo aqui tá morrendo de vontade de comer peixe, e ninguém tem confiança de comer peixe daqui, eu não como. Peixe é uma coisa muito importante pro Krenak. A questão da caça também, estão sentindo muita falta [...]
<b>P2</b>	Fulano [referindo-se a uma liderança da aldeia], a mesma coisa, eu cheguei, lá e ele tinha no congelador, acho que era um tambaqui, ele falou ‘esse eu não vou comer e nem dar, sabe lá quando é que a gente vai ter de novo isso daí, acabou né!’ A esposa dele falou que quando tinha rio, ele ia pescar, distraia, e agora ele está bebendo bem mais, voltou a beber bem mais. O Ciclano [que era um dos pescadores indígenas profissionalizados do Rio Doce] também voltou a beber bem mais agora.
<b>P3</b>	Se perdeu a forma de encontro das famílias na beira do rio, então se perdeu convívio, pra estar contando estórias, pra ter um momento de lazer, então ficou um pouco de isolamento principalmente das pessoal mais velhas. Então as pessoas mais velhas a gente nota que estão muito tristes, reclamando muito.
<b>P4</b>	Tem idosos que começam a chorar porque tinha o peixe que fazia o remédio, e agora não vai ter o peixe e o remédio mais. Então se perdeu essa alegria. As crianças à tarde viviam tomando banho de rio, saíam da escola e iam pros córregos, pros rios, hoje não vão mais.

Por todo o exposto, é possível afirmar que a ligação visceral dos Krenak com seu território, que tem no rio Doce sua referência, os possibilitou resistir durante as várias investidas desde o Brasil Colonial, o primeiro período da República, a ditadura militar. Esse povo passou por uma série de tentativas de genocídio/ etnocídio, como na “Guerra Justa”, nas remoções forçadas de seu território combinadas com a construção do presídio Krenak e as barbáries da ditadura a exemplo da ação da GRIN. A busca pela riqueza a partir da terra tradicional Krenak, e dos seus elementos sagrados, como o *Uatu*, remonta a chegada dos Portugueses ao Brasil, e se estende pelos séculos - colando a sua sustentabilidade sob ameaça para privilegiar o enriquecimento de grupos hegemônicos – culminando com a última investida, que foi o Desastre do Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP.

O rio Doce, e demais elementos da natureza, apresenta-se para os Krenak, dotado de significações e representações que determinam sua sustentabilidade enquanto grupo etnicamente diferenciado, garantem seu equilíbrio social, cultural, físico e espiritual. Entender essa série de ameaças e conflitos que permeiam a história Krenak, compreender sua relação com o *Uatu*, e buscar entre eles a sua própria definição e elementos necessários à sua sustentabilidade, é *sinequanon* para atuar em mais esse episódio desastroso para esse povo que trouxe as mais graves consequências desde a ação da Ditadura Militar. É descortinando esses pontos que será possível atuar na compensação dos impactos causados pelo Desastre da Barragem e buscar com os Krenak as suas possíveis soluções.

Os impactos do prenunciado desastre do Rompimento da Barragem da Samarco/Vale BHP, ao povo Krenak foram precedidos de outras consequências deletérias a esse povo em

decorrência de projetos da Vale. Como já citado anteriormente a Estrada de Ferro Vitória Minas, que cortou o território tradicional Krenak ao meio e possibilitou a extrusão dos Krenak de seu território, está instalada há poucos metros da margem direita do Rio Doce, em toda a extensão das margens correspondentes a TI Krenak atualmente demarcada e ao território dos Sete Salões (Figura 11). Desta forma a operação dessa ferrovia e o intenso transporte de minério por ela executado, traz diversos impactos à comunidade que até hoje não foram compensados ou mitigados conforme a legislação vigente. Há um estudo em curso, realizado a partir da emissão de Termo de Referência para o componente indígena, emitido pela FUNAI, no entanto o mesmo ainda não foi finalizado definitivamente, e os Krenak, portanto, nunca tiveram os danos socioambientais da construção e operação da ferrovia devidamente mitigados ou compensados.

Figura 11: Passagem do Comboio no território Krenak



Fonte: Greenpeace

Outro projeto da Vale que impactou a TI Krenak foi o da construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés (UHE Aimorés), à jusante da TI Krenak. Trata-se de um empreendimento realizado em Consorcio entre as empresas Vale e Cemig no município de Aimorés/MG, estendendo seu alagamento à Resplendor. O barramento construído, não levou em consideração a existência de uma comunidade indígena em sua proximidade, que vive as margens do rio que veio a ser utilizado no empreendimento. Os estudos iniciais de impacto não consideraram então a terra e o povo Krenak enquanto afetados, o que acabou ocasionando um conflito entre a comunidade e os empreendedores. O Ministério Público Federal e a FUNAI, após grande pressão do povo Krenak à Vale e Cemig, ingressaram com uma Ação

Civil Pública em favor dos Krenak. Tal ação foi suspensa após a assinatura de um Termo Extrajudicial de Acordo entre os partícipes da ACP, que teve como escopo a implantação de um Projeto de Pecuária Leiteira para o povo Krenak (Figura 12). O objetivo desse projeto de pecuária leiteira seria a definitiva sustentabilidade econômica do povo Krenak, que se pretendia – segundo o acordo – ser alcançada a partir da renda auferida à comunidade pela da venda do leite produzido pela universalidade das famílias Krenak à época. Não cabe neste trabalho entrar em discussão sobre os diversos problemas relacionados a esse projeto, que até os dias atuais encontra-se em andamento e que teve inclusive impactos com o desastre da Barragem, em especial pela diminuição da quantidade de leite produzida mensalmente na TI Krenak.

Figura 12: Projeto de Pecuária Leiteira inserido na TI Krenak



Fonte: FIOROTT, 2015

Culminando as diversas investidas sobre o território e o povo Krenak, no período colonial, imperial, se estendendo no período da república até os dias atuais, o desastre da Samarco/Vale/BHP, chegou para os Krenak, como uma avalanche de lamas soterrando os seus sonhos, projetos de uma vida próspera e sustentada na relação com o seu território tradicional e com o *Uatu*. A descrição do desastre suas causas e consequências, e principalmente os impactos à sustentabilidade do povo Krenak, serão abordados com mais detalhes no capítulo três. Antes porém é necessário compreender um pouco mais os conceitos de sustentabilidade que operam entre a etnia.

Como pode-se perceber ao longo da descrição desse capítulo, desde a chegada dos europeus ao Brasil os Krenak vem passando por uma série de violentas investidas que foram dizimando a sua população ao longo dos séculos, e usurpando seu território. Nos dois últimos

séculos as violências se intensificaram, primeiramente com a declaração de Guerra Justa por D. João VI, e, já no século XX, pela chegada de empreendimentos na região como a construção da EFVM, e a atuação sistemática dos órgãos de governo, como o SPI, e os governos Estaduais e municipais.

Na segunda metade do século XX, a violenta ação dos agentes de repressão da ditadura de Estado - por meio das remoções e exílios impostos aos Krenak, além da criação da GRIN, e pela construção do reformatório Krenak e do reformatório da Fazenda Guarani/Carmésia - tentou dizimar a já reduzida população Krenak e usurpar-lhes definitivamente seu território. Mas os *Borun* resistiram! Na virada do século XX para o XXI os Krenak reconquistam parte de seu território e finalmente os diversos *Borun* espalhados pelos exílios forçados começaram a se juntar novamente as margens do *Uatu*. Por fim as investidas dos empreendimentos contemporâneos trouxeram mais diversos impactos à sustentabilidade do povo Krenak, sobretudo o trágico desastre provocado pela Samarco/Vale/BHP. Mas o que viria a ser sustentabilidade? E para os Krenak, o que isso significa?



## 2 SUSTENTABILIDADE? DIÁLOGO INTERCULTURAL ENTRE O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E O CONHECIMENTO TRADICIONAL KRENAK

Figura 13: Representação do sonho Krenak



Fonte: Krenak, M., 1997, p. 44

Após a reconquista de parte de seu território, quando da homologação dos limites atuais da Terra Indígena Krenak, intensificou-se o retorno dos membros exilados para a TI, efetivando a reocupação do território. Um amplo trabalho de planejamento da ocupação e da gestão do território foi realizado junto aos indígenas, em especial por meio do processo de implantação das escolas indígenas e pela produção de materiais didáticos para as mesmas. Nesses materiais produzidos pelos Krenak, como nos livros *Rhitoc Krenak*, *Uatu Hoom*, entre outros, estão registrados histórias de vidas, etnomapeamentos e projetos de como os Krenak

planejavam usar o seu território, como pretendiam recuperá-lo e restaurá-lo após as devastações sofridas por anos de exploração pela pecuária extensiva praticada pelos invasores.

Na Figura 13, retirada de um dos exemplares produzido pelos professores Krenak, está representado o sonho desse povo de andar livremente, e pescar nas águas limpas do *Uatu*. Este sonho foi brutalmente interrompido com o desastre da Barragem da Samarco/Vale/BPH. Para os Krenak, após esse episódio, o entendimento é de que o *Uatu* está morto. Segundo os seus relatos, e conforme noticiado pela mídia na época da tragédia, eles velaram o rio, após a chegada da avalanche de lamas. A íntima relação com o Rio Doce, que os trouxe de volta do exílio forçado na Fazenda Guarani, foi extremamente afetada, trazendo além do sentimento de luto, a frustração, em pouco poder fazer diante de tamanha perda. Para os Krenak o sentimento que restou, para além da morte do rio, foi a sensação de morte do próprio povo junto com ele.

“[...] Nós estamos aqui velando o rio, já que ele está morto. Eles acharam que mataram só o rio, mas nos mataram também. (Itamar Krenak em entrevista ao Grupo Jornalistas Livres após o desastre). Esse relato encontra fundamento no texto de Manuela Carneiro da Cunha (2007), em que a autora discute as relações e dissensões entre saber tradicional e saber científico, e aponta que o **conhecimento tradicional opera com unidades perceptuais** [...], é a lógica das percepções, das qualidades sensíveis, que levou a descobertas e inovações notáveis, e a associações cujo fundamento talvez ainda não se entenda completamente. Entender a percepção dos Krenak de que o rio fora morto, requer compreender as suas íntimas relações com esse ente - fundamental à sua sustentabilidade – o que só é possível por meio do exercício do diálogo intercultural, para compreensão desse saber tradicional.

Pretende-se neste capítulo trazer uma discussão intercultural entre os conceitos de sustentabilidade encontrados na literatura publicada pelos especialistas sobre o tema com as percepções do povo Krenak sobre sustentabilidade, bem como sobre o que é necessário para esse povo continuar se reproduzindo física, social e culturalmente, garantindo a sua existência e a das gerações futuras.

O conceito de sustentabilidade tem sido amplamente discutido nas últimas décadas, e várias controversas permeiam essas discussões; além da apropriação do termo, muitas vezes - por setores diversos - para adjetivar suas ações, nem sempre éticas e responsáveis com o outro, com a natureza e com o planeta que habitamos. Importante para essa pesquisa, além de discutir sucintamente esse conceito, é tentar compreender um pouco o que os Krenak pensam sobre sustentabilidade, o que é necessário para garantir a sobrevivência desse povo, já tão

massacrado, para essa geração e para as futuras. Quais as percepções e sentimentos dos Krenak podem trazer descobertas, sobretudo a partir desse novo momento que vivem após o grave dano ao seu *Uatu*?

Bartholo e Bursztyn (2001), ao abordarem o tema da ciência e educação para a sustentabilidade, relatam pretendia-se superar o pessimismo Malthusiano - difundido no século XVIII que questionava a capacidade de produção de alimentos frente ao crescimento da população – com o desenvolvimento tecnológico e científico iniciado no século XIX, que “superava as limitações da natureza”, com o encurtamento das distâncias pelas ferrovias, correção dos solos, mecanização das lavouras, entre outras. Desse modo deu-se lugar a construção de uma utopia, na virada do século subsequente, de que os sucessos alcançados com a revolução tecnológica fossem produzir prosperidade material e a possibilidade distributivista e socializante de seus frutos.

Para os autores supracitados o século XX se inicia, testemunhando a acelerada corrida produtivista, acompanhada de outra corrida, a da ciência e das técnicas. Tais corridas se refletem no projeto de desenvolvimento pensado para Minas Gerais e para a região do Rio Doce, com a construção da Estrada de Ferro Vitória Minas, por exemplo. Os autores afirmam ainda que, “o mundo ocidental moderno tem buscado orientar suas decisões políticas e econômicas, no sentido de promover um processo de evolução dos negócios que assegure trajetórias de pouco risco e grande rentabilidade.” (BARTHOLO; BURSZTYN, 2001)

De fato as decisões políticas e econômicas têm gerado enorme rentabilidade para determinados grupos (como pode ser constatado nos relatórios de lucros de diversas empresas, bancos, etc), porém, à custa do sofrimento de outros tantos. O histórico de conflitos entre empreendimentos hegemônicos e o povo Krenak, como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, a exemplo da construção da Ferrovia – EFVM, que culminou o processo colonial de desterritorialização daquele grupo, demonstra a frustração da utopia de que os sucessos alcançados com a revolução tecnológica fossem produzir prosperidade material e principalmente a possibilidade distributivista e socializante. O que se pode inferir desse processo histórico é que a busca pela prosperidade material de determinados segmentos caracterizou-se pela subtração de recursos essenciais para a sustentabilidade de variados grupos étnicos e minoritários. O pretense “pouco risco” citado pelo autor é contrastado pela recente ocorrência do desastre da Barragem das empresas Samarco, Vale e BHP, que levou a morte de pessoas e afetou o povo Krenak no seu mais importante elemento de identidade e sustentabilidade étnica – o Rio Doce, soterrando com lama o seu sonho de andar livremente e pescar no *Uatu*.

Nascimento (2012), explica que a noção de Sustentabilidade tem duas origens, sendo uma ligada à Biologia, por meio da ecologia, relacionada à resiliência dos ecossistemas frente às ações antrópicas – ou seja sua capacidade de continuarem (r)existindo mesmo em condições adversas como fogo, desflorestamento, etc - ; e outra ligada à Economia, quando, na segunda metade do século XX, começou-se a observar que o padrão de produção e consumo, sempre em expansão, associados ao crescimento da população, não tem condição de perdurar.

Segundo Nascimento (2012), os debates em torno do conceito de sustentabilidade ganham força a partir da segunda metade do século XX, em decorrência das consequências do desenvolvimento e utilização das tecnologias atômicas e das chuvas ácidas principalmente nos países desenvolvidos, sobre o meio ambiente, o que fez com que estes pressionassem o cenário político mundial a criar uma agenda em torno do tema; as denúncias sobre o uso de pesticidas e inseticidas químicos corroboraram amplamente. Tal discussão foi marcada, segundo o autor, inicialmente pelo embate entre os polos ambiental e desenvolvimentista, visto que os países chamados subdesenvolvidos da época preocupavam-se em não sofrer restrições à possibilidade de exploração de seus recursos, defendendo que a “pobreza” seria a causa dos problemas ambientais.

Tem lugar então, a reunião de Estocolmo que considerou “o problema ambiental como decorrente de externalidades econômicas próprias do excesso de desenvolvimento (tecnologia agressiva e consumo excessivo), de um lado, e de sua falta (crescimento demográfico e baixo Produto Interno Bruto [PIB] per capita), de outro”. Dessa forma, a importância dos conceitos sobre, a questão ambiental até então, restritas ao meio natural, passavam a incorporar também o espaço social. “Graças a esse embate, o binômio desenvolvimento (economia) e meio ambiente (biologia) é substituído por uma tríade, introduzindo-se a dimensão social.” No, entanto as avaliações posteriores à reunião de Estocolmo não observaram grandes resultados, o que foi expresso no relatório Brundtland, de 1987. Esse relatório também propunha uma agenda global para a mudança que conciliasse preservação do Meio Ambiente com Desenvolvimento Econômico, o que ficou conhecido como Desenvolvimento Sustentável (DS), trazendo consigo a noção de intergeracionalidade, justiça social e valores éticos (compromisso com as gerações futuras) (NASCIMENTO, 2012, passim).

Segundo os *Borun* entrevistados, as relações entre as diversas gerações de pessoas do seu grupo pode garantir a continuidade do seu povo etnicamente diferenciado. Acreditam que por meio da intergeracionalidade poderá ser continuada a transmissão da sua língua materna e da sua cultura. Apesar de terem sido alvos de ataques à sua cultura e língua (sendo proibidos

de utilizá-la) em diversas tentativas de submissão do grupo ao longo da história, na percepção dos entrevistados, o idioma foi um dos responsáveis pela continuidade do grupo, se colocando como uma importante estratégia para a sua sustentabilidade, conforme as entrevistas que seguem:

Há muito tempo atrás eles retiravam os índios daqui, levavam de um lado pro outro, e sobrou um pouco que é as índias mais velhas, e eles nunca deixaram de ser Krenak, por quê? Quantos anos passaram e eles não perderam o idioma deles, (nosso, no caso); eu acho que é isso, que vai garantir (a nossa sustentabilidade), a gente tem que fazer igual as antigas. (Mayara Krenak, 2016, informação verbal)

Em continuidade a essa fala, outro participante do debate durante grupo focal complementa:

Igual ao tio Euclides que é um ancião que está indo embora, ele está levando com ele muita coisa que ele sabe principalmente a parte da saúde, que é os remédios do mato, cadê que alguém sabe? Dona Deja, Dona Laurita, a idade que elas têm (a gente até arrepia) e os jovens hoje tudo no celular moderno, pagando, lá fora pro branco! E a cultura, quem tá dentro da aldeia ensinando, cadê os índios? Cadê? A gente vê a minoria. Então tá tendo mais privilégio lá fora do que aqui dentro. Remédio, a mesma coisa [...] (“Di” Krenak, 2016, informação verbal)

Em momento diverso desse grupo focal uma das anciãs Krenak e seu filho, que é professor na aldeia, trazem explicações nesse mesmo sentido:

Quem tem que aprender a língua é menino pequeno, quando meus netos vêm, eu falo na língua com eles e ensino, se eles falam errado, eu corrijo, digo não é assim, e faço eles falarem de novo no idioma até sair certo. Porque aprende assim: quando o menino tá pequeno, algum dos mais velhos sabe um pouquinho e ensina. Eu mais minha mãe só conversava no idioma, ela falava pra eu pegar uma coisa, na língua, eu pagava e dava as coisas, e falava na língua (o nome daquilo), chamava pra tomar café: vamo tomar café? Falava: vamo tomar café, na língua; e assim ia aprendendo.

De primeiro eu morava ali [aponta para uma ilha próxima a sua casa], a água era funda ali, era uma ilha, o povo descia todo ali pra gente encontrar e conversar, conversava no idioma. Na época que os fazendeiros andavam, a gente ficava mais protegidos nas ilhas.

Eu sempre vivi no meio dos mais velhos, ouvia estórias, contava casos, falava idioma, ia na casa dos parentes. Semana passada eu fui lá na Maria Sonia. Ah! Na hora que ela me viu, ela ficou toda alegre, só falou no idioma eu mais ela, contando caso no idioma, agora eu vou lá no Euclides, a mesma coisa: fala tudo no idioma, ele chorando, chorando, e falando no idioma, e eu falando no idioma com ele pra pedir a Deus pra sarar e não pra chorar, e ele disse no idioma: é mesmo né Laurita – respondendo no idioma - e disse, você gosta eu também gosto – agora você conversa com esses mais novo

eles não entende, muitos cabeça dura, eles tem que aprender. (Laurita Krenak, 20/12/2016, informação verbal)

[...] esse ano, a gente tem que ter um pensando integral. Minha mãe fica aqui pensando no rio, e nós vamos começar com as escolas em tempo integral, então se construir uma cabana, agente pode trazer crianças aqui pra mãe contar história, ensinar a língua (Mauricio Krenak [Tito], 2016, informação verbal).

[...] o que nos faz diferente das outras pessoas **é nosso dialeto, nossa tradição nossa cultura**, porque governos aí sempre quis extinguir a raça indígena, então **o que nos mantém diferentes de outras pessoas, de outros povos é nossa tradição**, nossa cultura, nosso meio de viver, e isso ensinamos para os jovens, e com a com isso vamos manter nossa identidade (Renaldo Krenak, 2016, informação verbal)

[...] Isso aqui é conhecimento antigo, algumas coisas eu consegui pegar com meu pai antes dele morrer [...] além do meu pai gostar de falar muito das coisas nossas eu também gostava demais, até hoje eu sou apaixonado pela história do meu povo [...] mas tem muita coisa ainda pra eu poder aprender que está com esse velhos aí. (Douglas Krenak, 2016, informação verbal)

Pode-se perceber a importância dada por diversos dos entrevistados, em diferentes momentos do campo realizado, para o diálogo e a transmissão dos conhecimentos, da cultura e da língua Krenak, para a sua sustentabilidade. Importante observar que esses entrevistados representam uma amostra diversa quanto à idade - tendo desde jovens, adultos, até os mais velhos anciãos - e também uma diversidade no campo de atuação, ocupação interna e representação social, sendo professores, agentes de saúde e lideranças das diversas aldeias. Nota-se que a promoção dos diálogos intergeracionais é uma importante medida a ser implementada junto e pelos Krenak para a garantia de sua sustentabilidade enquanto grupo diverso.

O desenvolvimento sustentável - conceituado como o desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades - é colocado por diversos autores como um dos maiores desafios para o século XXI. Veiga (2005), ao tratar desse tema, procura explicar as noções de desenvolvimento e sustentabilidade, e traz reflexões importantes sobre esse desafio. O autor se utiliza dos conceitos de Sem e Mahbud, que dizem:

[...] só haver desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como conjunto das coisas que as pessoas possam ser, ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. Na ausência destas quatro, estarão indisponíveis todas

as outras possíveis escolhas. E muitas oportunidades na vida se tornarão inacessíveis. Além disso, há fundamental pré-requisito que precisa ser explicitado: as pessoas tem que ser livres para que suas escolhas possam ser exercidas, para que garantam seus direitos e se envolvam nas decisões que afetarão suas vidas” (VEIGA, 2005.p. 85).

O autor informa que o processo de desenvolvimento apresenta uma natureza multidimensional, que precisa ser levada em consideração quando da análise dos seus índices – geralmente avaliados superficialmente com números absolutos, obtidos por médias, a exemplo do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) – e que as principais dimensões a serem consideradas para avaliar o progresso mundial na realização do bem estar humano, são as capacidades que os indivíduos devem ter para **usufruir de uma vida longa e saudável**, conhecimento, **acesso aos recursos necessários para um padrão de vida digno** e participação na vida da comunidade.

O rio Doce e o território Krenak de Sete Salões colocam-se como importantes recursos para que os Krenak possam usufruir de uma vida longa e saudável. Como já citado, o rio é importante para o acesso a elementos para a manutenção da vida física dos Krenak como água e comida garantindo a sua segurança alimentar, para as atividades culturais e espirituais, que os diferem de demais grupos populacionais, para as suas relações sociais garantindo a convivência dos grupos, dentre diversas outras importâncias. Ou seja, as possibilidades de uma vida digna (inclusive com ampla socialização e participação na vida comunitária) estão diretamente afetadas com o desastre da barragem e a inviabilização do rio Doce, e ações precisam ser tomadas para que o sonho Krenak de liberdade e uso dos recursos naturais possa continuar motivando a esse povo na busca pelos seus direitos.

Veiga (2005), se utiliza da abordagem fundamentada por Ignacy Sachs, informando que a ideia de harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos pouco avançou nos vinte anos subsequentes à Conferencia de Estocolmo, seguida posteriormente pela Conferência do Rio de Janeiro em 1992. Argumenta que devem continuar sendo consideradas as recomendações de objetivos específicos para as oito dimensões do Desenvolvimento Sustentável: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional. Para ele, em relação às dimensões ecológicas e ambientais, os objetivos de sustentabilidade formam um tripé: 1) preservação do potencial da natureza para a produção de recursos renováveis; 2) limitação de uso dos recursos não renováveis; 3) respeito e realce para a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. Desta forma:

A sustentabilidade ambiental é baseada no duplo imperativo ético de **solidariedade sincrônica com a geração atual** e de **solidariedade diacrônica com as gerações futuras**. Ela compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramentas do economista convencional. Ele impele ainda buscar soluções triplamente vencedoras (Isto é, em termos sociais, econômicos e ecológicos), eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. Outras estratégias, de curto prazo levam ao crescimento ambientalmente destrutivo, mas socialmente benéfico, ou ao crescimento ambientalmente benéfico, mas socialmente destrutivo” (Sachs, 2004 apud Veiga, 2005, p.171-172).

O caso do rompimento da Barragem consegue ser tanto ambiental quanto socialmente destrutivo comprometendo as gerações atuais e futuras dos Krenak; na verdade esse empreendimento como diversos outros está pautado em um projeto de desenvolvimento do Brasil e de Minas Gerais, estruturado na exportação de *commodities* primárias de alto custo ambiental e social para sustentar os desígnios de uma sociedade de consumos, onde os modelos de sucesso são classificados pela quantidade que cada membro consegue acumular para consumir, não importando se o outro é tolhido de suas necessidades fundamentais para sobrevivência, como os Krenak e diversos outros povos atingidos o foram. No Brasil e em Minas continua-se a reproduzir esse modelo desde a colonização: foi-se o pau-brasil, o ouro e diamantes, e tantas outras riquezas; agora se vai o minério de ferro, sempre à custa da sustentabilidade dos povos indígenas.

Como pensar a sustentabilidade do desenvolvimento da sociedade brasileira, reproduzindo os ícones de um processo civilizatório, cujas conquistas erigiram-se na força do afogamento das pequenas civilizações, das nações, terras, culturas e saberes indígenas? Os intelectuais, políticos e técnicos dos países edificados sob os signos da conquista do Novo Mundo pelo Velho Mundo necessitam se reconciliar com os seus passados nacionais e continental e, de lá, reinventar um presente e um futuro sustentável na cartografia da globalização (STROH, 2002, p. 10)

Uma das alternativas para a sustentabilidade que tem se defendido é o deslocamento dos indicadores de desenvolvimento que ao invés de medirem crescimento (econômico, por exemplo) pudessem medir qualidade de vida. Nesse sentido, o recente relatório da ONU que prega a prosperidade sem crescimento tem mostrado que países desenvolvidos têm melhorado a qualidade de vida de suas populações produzindo e consumindo menos (VEIGA, 2010, apud NASCIMENTO, 2012). Para Nascimento (2012), um aspecto olvidado na definição do DS em três dimensões é a cultura. “Não será possível haver mudança no padrão de consumo e no estilo de vida se não ocorrer uma mudança de valores e comportamentos; uma sublimação



do valor ter mais para o valor ter melhor; se a noção de felicidade não se deslocar do consumir para o usufruir [...]”. Sugere que a sustentabilidade, não tenha três folhas (ambiental, econômica e social), mas cinco, incluindo-se as dimensões da cultura e do poder (política), e tendo a ética como princípio transversal com os excluídos de hoje para que não o sejam amanhã.

Zhouri (2008) expõe que, ao contrário da perspectiva, em geral, pela adequação dos processos produtivos, a ênfase é dada apenas numa possível “revolução da eficiência” – onde o foco está em produzir mais tentando impactar menos - em detrimento de um debate maior sobre a necessária “revolução da suficiência” - qual seja a mudança nos padrões de produção e consumo da sociedade - base então para pensarmos, de fato, a sustentabilidade. Para a autora é forçoso, pois, reconhecer que a adaptação tecnológica com vistas a uma maior eficiência na produção (no sentido do não desperdício no uso dos recursos ambientais e da diminuição das emissões), embora necessária, não é suficiente para garantir a sustentabilidade no sentido amplo – ambiental, social, política, cultural e econômica – de toda a sociedade.

Para Pacheco (2006), o ideal ético para o desenvolvimento sustentável consiste no respeito à diversidade da natureza e na responsabilidade de conservar essa diversidade. Da ética do respeito à diversidade do fluxo da natureza, emana o respeito à diversidade de culturas e de sustentação da vida, base não apenas da sustentabilidade, mas também da igualdade e justiça. Para que se possa atingir uma sustentabilidade com essa ética, alicerçada na ideia do mútuo respeito da diversidade natural e cultural do planeta, é necessário o respeito entre os povos, o reconhecimento mútuo. Assim, deve-se ir além da economia, mas considerar diversos outros elementos como a história, a religião, a política, e a ética dos diversos atores envolvidos, sejam eles imponentes ou minoritários, sofisticados ou singelos, complexos ou simples, pragmáticos ou mitológicos.

Ao contaminar o Rio Doce, as empresas Samarco, Vale e BHP, romperam com importante princípio ético para o povo Krenak – sua relação intrínseca com o Uatu, como já relatado. O rio, referência de identidade do Povo do Uatu, de sua cosmologia, religiosidade, “seu parente, seu pai e sua mãe” como os *Borun* se referem, fora morto. Elementos da história, da cultura e da própria essência do ser Krenak, foram destruídos, o que ameaça a sustentabilidade dessa etnia. Coloca-se como mais uma possível ação de genocídio vez que impossibilita o acesso a recursos fundamentais para a reprodução física e cultural Krenak, para essa e para as futuras gerações, ameaçando diretamente a sustentabilidade da etnia.

Zanetti (2006) destaca que a sustentabilidade está além das dimensões ambiental, econômica e social e chama a atenção para a sustentabilidade humana, enfatizando que o

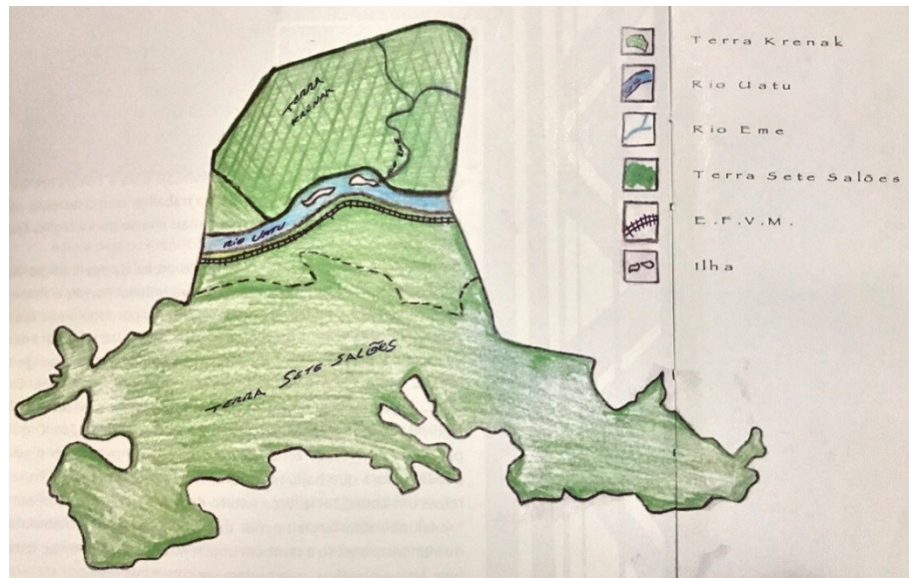
aumento da produção e o consumo exacerbado, associados à obsolescência dos produtos, agrava a crise ambiental com a geração de resíduos, piorando a qualidade de vida das populações. Propõe a luta pela vida humana e natural na terra, a articulação de todas as áreas da vida e a busca de equilíbrio e satisfação das necessidades humanas efetivas, como necessárias ao alcance da sustentabilidade, o que pode ser alcançado a partir da articulação de políticas públicas, educação ambiental e gestão compartilhada, para, dentre outros, o alcance da redução da poluição, dos danos ambientais, a melhoria na educação, no acesso à saúde e segurança. Enfatiza a necessidade de processos por meio dos quais indivíduos e coletividades construam valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências, voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida e à sustentabilidade.

O respeito ao outro, às alteridades, aos sentimentos e percepções, aos princípios outros, que operam em culturas diversas da ocidental, deve ser levado em consideração em uma sociedade que se pretende equânime, justa e sustentável. Se tais princípios e valores não forem incorporados à sociedade brasileira, para pressionar as decisões políticas de governo em favor de empresas e em detrimento das populações – em especial as minoritárias - o caminho para o país não será outro que a recorrência de desastres, conflitos e destruição de povos e culturas componentes da nossa sociedade plural.

Nascimento (2012), chama a atenção para os signos emblemáticos do século XXI - **da contradição**: “a contradição entre os indícios de crescimento da crise ambiental e a fragilidade das medidas adotadas”; **da incerteza**: “a incerteza quanto ao futuro da humanidade no acirramento das crises econômica e ambiental” e **da esperança**: “a esperança de que transformações sociais ocorram, mudando – para melhor – o padrão civilizatório a que estamos prisioneiros”.

## **2.1 Território dos Sete Salões e Sustentabilidade Krenak**

Figura 14: Mapa mental da TI Krenak e território dos Sete Salões



Fonte: KRENAK, I. S. F., 2009, p. 74 e 75

Pensar em sustentabilidade para os povos que sobreviveram à colonização depende da proteção dos recursos naturais, mesmo que fora das terras já demarcadas. Os indígenas necessitam dos rios, das matas, dos animais, dos elementos da natureza para garantir a continuidade de sua tradição. “Eles sabem viver na mata, deixando-a viver por milênios. Sua adaptação ecológica é um extraordinário exemplo de sabedoria dos povos da floresta” afirma Darcy Ribeiro (2009). Identificar as áreas ocupadas por seus antepassados, os antigos locais sagrados e os recursos naturais que lá ocorriam será mais um argumento para a proteção de novas áreas, e poderá reconduzir os povos à sua utilização, sem contar que os estudos de sensoriamento remoto apontam que áreas ocupadas por povos indígenas apresentam mais eficiência na conservação da vegetação e da biodiversidade, sendo as terras indígenas os locais mais preservados no país, o que se torna benéfico para a sustentabilidade de toda a sociedade (NEPSTAD et. al., 2006, apud MARTINS, 2010).

Nesse sentido os Krenak são enfáticos em afirmar que, principalmente agora a partir do desastre, o que poderá garantir a sua sustentabilidade é a demarcação, conforme os princípios constitucionais, do seu território tradicional, efetivando a sua posse aos elementos identitários e sagrados que se encontram na área dos Sete Salões<sup>14</sup> (Figura 14). Essa é uma responsabilidade constitucional do poder executivo do Estado Brasileiro - o de demarcar as terras tradicionais dos povos indígenas - e no caso Krenak essa medida se torna ainda mais

<sup>14</sup> O território em questão trata-se de uma Unidade de Conservação Estadual do grupo de Proteção Integral (Parque Estadual), conforme Decreto nº 39.908, 22 de setembro de 1998. Na prática não possui efetivamente um sistema de controle e fiscalização e grande parte do mesmo encontra-se ocupados por posseiros.

urgente diante do desastre provocado pela Samarco/Vale/BHP, que poderá - ou deveria - ser acionada para garantir, se necessário, os meios para acelerar esse processo, compensando os indígenas pela perda de elementos fundamentais a sua territorialidade e sustentabilidade, causadas por sua ação desastrosa.

As entrevistas transcritas a seguir demonstram o posicionamento dos Krenak quanto à necessidade de demarcação de seu território tradicional:

Os jovens e as pessoas aqui hoje não tem alternativa pra trabalhar, pra fazer mais nada; eu nunca parei de fazer minhas coisas, eu pescava, comecei a criar gado e continuei pescando até esse crime aí da Samarco, mas e agora como é que vamos fazer? A nossa terra é pequena, gera até conflito interno porque o espaço e os recursos é curto pra todo mundo, as famílias estão crescendo, mas é problema, a área é pequena. Então precisa de uma área maior pra agora e pro futuro [...] os Sete Salões. (Basilio Krenak, 2016, informação verbal)

Eu me pergunto: o povo nosso não tem como pensar em sustentabilidade por conta desses problemas dessas empresas, e é uma coisa que a gente tem esbarrado muito aqui, não tem como pensar em sustentabilidade aqui, como é que a gente vai pensar em sustentabilidade aqui? Igual, a gente também fez o estudo da demarcação da TI, o mapa da TI que a FUNAI pede (de gestão e planejamento), não tem como a gente imaginar as coisas, a forma como a gente vai usar? Não tem como prever algumas coisas, por conta dos impactos das empresas que mudam a todo o momento, ai não tem como a gente pensar em sustentabilidade mas tem como pensar em demarcar o nosso território e tentar proteger o nosso território para o nosso povo, e ai depois de demarcado, protegido pensar de que forma a gente vai utilizar esse território de forma sustentável, mas primeiro tem que tornar esse território sustentável, nesse território só que a gente está aqui hoje, e nas condições que estamos, não tem como o povo Krenak pensar em sustentabilidade dentro da cultura Krenak, aqui não! Nos Sete Salões, tem como ensinar essas crianças, meus filhos, e aplicar os conhecimentos tradicionais e tornar uma coisa sustentável. (Douglas Krenak, 2016, informação verbal)

Terra é essencial pra nossa sustentabilidade, tendo a terra, não só os indígenas, mas a FUNAI também tem a obrigação de mobilizar o povo de fora a valorizar a parte indígena. Internamente nós temos nossa sustentabilidade. A causa indígena é pouca gente que apóia, então o problema é lá fora, quando vamos reivindicar as coisas lá fora, igual a terra, aí é mais complicado. Então precisamos de mais apoio das partes governamentais pra manter o índio na terra, pra ele conseguir tirar o sustento da terra, equilibrado, essa forma [...] Por exemplo, eu gosto de plantar, se tivesse um órgão sei lá que me desse condições de tocar os plantios de milho, ou de arroz ou de feijão, de mandioca, que fosse, que é vocação minha de plantar ou de outro, aí agente ia tocar o projeto tranquilo sem ter dor de cabeça. também e tem que ter apoio das entidades; eu mesmo, sou mais plantar do que criar boi, aqui atrás é tudo plantado aqui da casa aqui, é cheio de roça, (Figura 15) eu mexo com gado porque dá renda, mas só isso aí não é o suficiente pra ter sustentabilidade. (Renaldo Krenak, 2016, informação verbal).

Figura 15: Quintal enriquecido com frutíferas na casa de Renaldo Krenak



Ao fundo território dos Sete Salões.

Fonte: FIOROTT, 2015

Outra coisa é com relação à demarcação dos Sete Salões: precisa fazer também um levantamento das ilhas da comunidade que são ilhas que o povo utilizava bastante e que foram territórios perdidos, as margens todas do rio e colocar essa demanda de terra que a gente perdeu como um ponto de reivindicação da demarcação do Sete Salões como urgência. Mapear essa terra toda que o povo perdeu por causa da lama, dizer também que os Sete Salões é uma demanda principal, a gente tem que ter mais espaço pra poder andar. É colocar essas áreas de impacto da lama que antes a gente usava e que hoje não usa mais. A demarcação dos Sete Salões vai suprir a falta dessas ilhas e dessas margens do rio. É agilizar a demarcação do território pelo menos no que diz respeito a FUNAI (Douglas Krenak, 2016, informação verbal)

Conforme relatam os Krenak, não é possível pensarem em sustentabilidade em uma Terra Indígena diminuída, com uma população que vem crescendo (pelos novos nascimentos, casamentos, e retornos de outros Krenak de diversas áreas em que se encontram dispersos por consequência dos exílios), e que está abalada social e espiritualmente. Terra essa extremamente impactada por empreendimentos como a UHE Aimorés, EFVM e por fim afetada pela lama do desastre da Samarco/Vale/BHP. Por isso demandam, e agora com mais urgência, a demarcação dos Setes Salões, onde entendem que poderão ensinar sua cultura para as crianças, pensarem uma gestão sustentável do território, retomarem antigas áreas de caça e coleta de materiais (como as ilhas citadas na entrevista acima) e retomarem os lugares sagrados para o povo como a caverna dos Sete Salões, a pedra da Pintura, entre outras.

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força, conforme defende Almeida (2004). Para o autor, uma base física considerada comum, essencial e inalienável, firma um conjunto de regras e laços solidários e de ajuda mútua. A noção de

“tradicional” incorpora as identidades coletivas numa mobilização continuada. No entanto o autor explica que a efetivação dos novos dispositivos da Constituição Federal de 1988, contraditando os velhos instrumentos legais de inspiração colonial, tem se deparado com imensos obstáculos, que tanto são tecidos mecanicamente nos aparatos burocrático-administrativos do Estado, quanto são resultantes de estratégias engendradas por interesses de grupos que historicamente monopolizaram a terra. Ou seja, mesmo com as garantias constitucionais do direito à terra tradicional pelos povos indígenas – como os Krenak em relação aos Sete Salões - continua-se a associação de mecanismos estatais e de governo com o interesse privado (como em todo o período pré-constitucional) para suprimir esse direito desses povos.

O autor supracitado evoca a ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, promovida pelo Estado Brasileiro por meio do Decreto 5.051 de 19 de abril de 2004, para explicar o direito sobre as terras tradicionais aos povos indígenas e tribais:

O Art.14 assevera o seguinte em termos de dominialidade: Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os **direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam**. Além disto, o Art.16 aduz que: sempre que for possível, **esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais** assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento. **Este direito de retorno se estende sobre um sem-número de situações distribuídas por todo País, que resultaram em deslocamentos compulsórios de populações inteiras de suas terras por projetos agropecuários**, de plantio de florestas homogêneas (pínus, eucalipto), **de mineração, de construção de hidrelétricas, com grandes barragens, e de bases militares**. O texto da Convenção, além de basear-se na auto definição dos agentes sociais, reconhece explicitamente a usurpação de terras desde o domínio colonial, bem como **reconhece casos de expulsão e deslocamento compulsório** e amplia o espectro dos agentes sociais envolvidos, falando explicitamente em “povos” em sinonímia com “populações tradicionais”, ou seja, situações sociais diversas que abarcam uma diversidade de agrupamentos que historicamente se contrapuseram ao modelo agrário exportador que se apoiava no monopólio da terra, no trabalho escravo e em outras formas de imobilização da força de trabalho (ALMEIDA, 2004, p. 14, grifo nosso).

A reivindicação dos Krenak quanto à demarcação do seu território tradicional - como forma de garantir a sua sustentabilidade enquanto povo etnicamente diferenciado - encontra respaldo nos dispositivos jurídicos nacionais. Por vezes, retirados forçadamente de seu território por projetos agropecuários, de mineração, bases militares, e finalmente impactados com o desastre da Samarco/Vale/BHP, os Krenak têm o direito ao usufruto do seu território tradicional, até como forma de reparação a todas as investidas que vêm sofrendo ao longo da

história, o que se tornou ainda mais urgente com os impactos do desastre. Conforme descrevem Barretto e Correia (2009), a Convenção 169 da OIT exorta os governos, quando da aplicação das disposições da Convenção que trata sobre as terras, a “respeitar a importância especial que, para as culturas e valores espirituais dos povos interessados, possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação”.

Cumprido ressaltar que na Convenção supracitada, o conceito de território é empregado de modo sistemático e alternado com a noção de terra, e que enfatizando a dimensão coletiva da apropriação dá uma visão holística ao conceito. É possível observar, que o emprego do termo terras “deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma”. A convenção, portanto, engloba qualquer tipo de uso e/ou forma de ocupação e considera tanto a adaptação a uma dada parcela da biosfera (habitat) quanto a importância cultural e os valores espirituais (BARRETTO e CORREIA, 2009).

Outro importante dispositivo que garante aos Krenak o direito ao seu território tradicional para a garantia de sua sustentabilidade, é a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)<sup>15</sup>. Política pública decretada pelo Estado Brasileiro no dia do meio ambiente do ano de 2012, logo após a Conferência das Nações Unidas (ONU) para o DS (Rio mais Vinte), realizada no Rio de Janeiro. Fruto de anos de pressão e diálogo dos povos indígenas para que a pauta entrasse na agenda política, é considerada uma conquista porque se trata de uma política pública do Estado brasileiro para a gestão ambiental e territorial das terras indígenas. O primeiro dos sete eixos da política trata justamente da proteção territorial e dos recursos naturais necessários à sustentabilidade das terras e povos indígenas. (BAVARESCO e MENEZES, 2014)

Nesse sentido Sousa (2015), relata que nas discussões da PNGATI sempre houve destaque para a importância da garantia da integridade física das Terras Indígenas, e de seus recursos, como elemento básico para fortalecimento dos modos e qualidade de vida dos povos indígenas. Segundo o autor:

---

<sup>15</sup> O Decreto n 7.747/2012 que instituiu a PNGATI foi estruturado em um documento que contém um objetivo geral, as diretrizes, os objetivos específicos, a governança e as disposições finais. De acordo com o art. 1º do decreto, o objetivo principal da PNGATI é: garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

Este aspecto da PNGATI destaca que, para a gestão territorial, representa elemento fundamental a proteção do território. Portanto, indica que a base para se pensar a gestão do território é **ter esse território** garantido e protegido, evitando-se espoliações, invasões e exploração irregular de seus recursos, e garantindo a extensão territorial e os recursos naturais necessários para a reprodução física e cultural dos povos indígenas. Desta forma, **dentre as atividades de garantia e proteção territorial são importantes tanto àquelas voltadas para a demarcação**, como as que visam à vigilância territorial. (SOUSA, 2015, p. 43, grifo nosso)

Uma das experiências mais marcantes dessa pesquisa foi a incursão, junto aos Krenak, no território dos Sete Salões, em especial a visita realizada à gruta de mesmo nome. O roteiro etnoecológico para visita a essa área foi acompanhado por um grupo familiar composto por um ancião, dois casais adultos e quatro crianças; sendo eles avô, filhos e netos; e, também de um servidor da FUNAI. Durante toda a caminhada foi possível perceber o conhecimento e domínio, que os Krenak têm desse território por eles reivindicado. Em diversos momentos do percurso o ancião parava para mostrar aos seus filhos e netos, espécies vegetais utilizadas para a medicina tradicional, para artesanato, entre outros. Demonstrando a possibilidade que o território cria para a transmissão dos conhecimentos tradicionais dos mais velhos para os mais jovens.

Na gruta dos Sete Salões foi possível participar com os Krenak de momentos ritualísticos, tanto fora quanto dentro da gruta, e sentir junto com eles a presença e ação dos *Marét*, na proteção dos Krenak e do próprio lugar (Figura 16).

Figura 16: Momento de ritual na gruta Sete Salões



Fonte: FIOROTT, 2016

Demarcar esse território é garantir que os Krenak tenha assegurado o direito de praticarem sua espiritualidade, sua cultura; de fortalecerem os laços entre as gerações e



também garantir aos mais jovens e às gerações futuras a possibilidade de continuarem reproduzindo sua identidade. Na verdade o roteiro realizado junto com os Krenak, permitiu a este profissional/pesquisador a sensação de estar dentro da sustentabilidade desse povo, compreendendo-a um pouco na prática, em seu pleno exercício.

## **2.2 Autonomia e projetos de sustentabilidade**

A autonomia e o protagonismo indígena são abordados por Sousa (2015) ao discutir o tema da gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas do Brasil. A política de tutela estabelecida pelo Estado Brasileiro antes da constituição cidadã de 1988, delegava ao órgão indigenista oficial a decisão pelas ações desenvolvidas dentro das Terras Indígenas, o que resultou em projetos fadados ao insucesso em diversas terras indígenas do Brasil. Muito embora essa relação de tutela tenha sido superada por meio dos mecanismos jurídicos atuais, a herança da imposição de projetos não foi vencida na prática das ações de muitas intuições públicas e privadas junto aos povos e terras indígenas, o que é relatado pelos Krenak ao abordarem o tema da sustentabilidade de projetos desenvolvidos em seu território. Sousa (2015), reforça a necessidade de valorizar e manter a participação indígena na tomada de decisão para todo e qualquer processo, projeto ou ação pública ou privada junto a esses povos.

Durante as entrevistas, diversas falas sobre a temática da sustentabilidade relacionaram-se às experiências anteriores de projetos dentro da aldeia, os quais os Krenak queixam-se que não levaram em consideração e, menos ainda, terem promovido a autonomia do povo. Essa queixa é ainda mais contundente quanto ao projeto de pecuária leiteira desenvolvido pela Vale, em decorrência dos impactos da Hidrelétrica de Aimorés. As colocações eram de que os projetos são pensados fora da aldeia e chegam prontos, sem considerar e respeitar as perspectivas dos Krenak e sua relação com o território para uma gestão sustentável, o que acaba trazendo ainda mais impactos.

Se você olhar a ação da Hidrelétrica de Aimorés, não foi feito nada com relação aos impactos que ela causou, e o projeto é de “Sustentabilidade da Economia Krenak”, mas com relação aos impactos que ela causou nada foi feito, e eles julgaram que a sustentabilidade tava relacionada a economia do povo Krenak, e os impactos que eles causaram foram com relação a coisas que hoje não foram contempladas, é só ler os estudos, você aí se perguntar: mas o que eles fizeram com relação a esses impactos? Mas a sustentabilidade pra eles era aquilo, e pro nosso povo não era. (Douglas Krenak, 2016, informação verbal)

O projeto de auto sustentabilidade só andou pra trás; parece uma palavra em inglês. Tentaram fazer algo que seria pra melhoria, mas que acabou criando

outras coisas dentro do território que trouxe até mudança de pensamento. O projeto que tem aqui que se chama de autossustentável, acabou incentivando algumas coisas que não condiz com a realidade nossa, por exemplo, o que eu me entendo enquanto povo tradicional, é que a gente é protetor da natureza, e esse projeto que veio pra ser autossustentável, acabou mudando a ideia de praticamente todo mundo; algo que fosse sustentável, acabou trazendo mais prejuízo; antes tomaram a terra, devolveram ela sem nada, e hoje em dia nós mesmos temos que abrir áreas pra fazer pastos, tirar árvores, tirar matas pra fazer pastos, então isso não é sustentável, um projeto desse que era pra ressarcir um dano acaba trazendo mais dano. (Marcelo Krenak, 2016, informação verbal)

O entendimento, preocupação e demanda dos Krenak é que a sua autonomia e participação sejam levadas em consideração, com vistas à garantia da sustentabilidade do povo, em ações e projetos que terão de ser desenvolvidos em compensação aos impactos do desastre da Samarco/Vale/BHP, e que erros anteriores de projetos não venham a ser replicados. Consideram também necessário que os projetos sejam dialogados e seja dada a oportunidade de cada pessoa ou família para desenvolver ações conforme sua afinidade, diferentemente do projeto de pecuária que tinha em seu escopo a totalidade das famílias Krenak trabalhando com a pecuária leiteira.

Uma coisa importante nos projetos é pegar as pessoas na comunidade que tem as mesmas afinidades pra trabalhar os mesmos projetos. (Douglas Krenak, 2016, informação verbal)

Pra essa sustentabilidade falta esses apoios, falta quem financia, quem apoia. Se colocar os projetos certos nas pessoas certas, tenho certeza que vai embora. A gente consegue tocar, desde que seja do jeito que a gente queira; os projetos que vem pra cá vem de cima pra baixo, por isso não dá certo. Eles elaboram o projeto lá em cima lá e joga pra cá, não dá certo, chega aqui não tem ninguém preparado, não tem ninguém treinado nessa área. (Renaldo Krenak, 2016, informação verbal)

Porque a maioria dos projetos aí que a gente tem experiência, eles chegam plantam e largam pra lá, eles chegam constroem e largam pra lá. Nosso povo não têm experiência em criar essas coisas em cativeiro, isso demanda tempo; pra você ter uma ideia, até hoje a gente tá aprendendo a lidar com o gado, que é uma coisa criada em cativeiro, e tem problema todo o santo dia. Então se a gente for cair nessa mesma armadilha nós estamos perdidos, como a gente vai criar planta em cativeiro? Animal em cativeiro? Peixe em cativeiro? E esses animais em cativeiro eles vão produzir tudo que eles tinham que a gente utilizava, e em cativeiro eles vão comer o que? Tudo industrializado, então a gente não sabe de que forma[...] (Douglas Krenak, 2016, informação verbal)

Outra consideração importante é com relação ao tempo necessário à comunidade para conseguir se reorganizar, repensar as decisões para promoção de sua sustentabilidade,

garantindo a participação do povo no processo. Queixam-se da pressão que é imposta pelas empresas e governos para tomadas de decisão – que na maioria das vezes perpassa por um complexo mecanismo interno que envolve as variadas visões e interesses dos diversos grupos dentro da aldeia - o que compromete a sustentabilidade das ações e do próprio povo, para essa e para as gerações futuras.

[...] por isso é importante a gente conversar porque esses projetos propostos aí para os impactos é chover no molhado, com esse monte de água poluída; peixe precisa de água, caça precisa de água, além da gente que vai precisar da água, de que forma que a gente pode tornar esses projetos sustentáveis? Poços artesianos? Como vai ser? Vai ter furar a terra? Qual o impacto disso? Você fura aqui, mas tinha uma nascente lá no alto que daqui a pouco tá secando, porque você furou aqui em qualquer lugar, então tem que começar a mapear isso, e não é uma coisa, rápida. A natureza faz de uma forma, e a gente faz de outra: a natureza faz as nascentes, a gente ao invés de preservar as nascentes quer furar poços artesianos, mas a natureza quer que preserve as nascentes, e não quer que fure os poços artesianos. Nós aqui na aldeia estamos sendo obrigados a partir pra isso: tem proposta de furar poços artesianos, mas não tem propostas de recuperação das nascentes, é recuperação de fato, e não tem recuperação de fato. Poço artesiano é fácil, né, é rápido. Não teria como de repente fazer o poço artesiano e recuperar as nascentes? Às vezes a gente tá assinando a nossa sentença de morte e não tá sabendo, nem nossa, mas dos nossos netos. O meu medo que esses projetos são de cinco dez anos, e passa rápido (Douglas Krenak, 2016, informação verbal).

[...] Por exemplo, esse reflorestamento aí é nosso, e não do projeto da pecuária, hoje já percebemos que os cinquenta metros em torno da nascente é pouco porque o impacto do pisoteio (do gado) é muito grande, então eu tô fazendo por conta própria: as áreas de água boa potável eu tirei o gado, tô fazendo um corredor, e lá em cima vou aumentar a circunferência de proteção da mina e aqui vai ser um corredor de árvores que boi não anda, boi come por fora, longe. Só que isso demanda tempo, e o pessoal (as empresas) precisa demonstrar que o impacto que ele causou aqui já foi compensado, então isso que regaça, porque a gente já tem experiência de um projeto muito ruim e massificante; por exemplo, o Thiago vai mexer com Gado, o Kaká [motorista que nos acompanhava] e Douglas também, enfim todos, monocultura de projetos, então não adianta. Porque, essa área minha mesmo aqui esta sendo protegida, mas dependo do projeto que vier eu tenho que desproteger se não eu vou ficar sem projeto e eu não quero ficar sem o projeto e foi assim que aconteceu. (Douglas Krenak, 2016, informação verbal)

### **2.3 Entendimentos dos Krenak de como interpelam o conceito hegemônico de Sustentabilidade**

Harmonia, tranquilidade, cultura, língua, autonomia, equilíbrio, espiritualidade, território (Sete Salões), são palavras, sentimentos e percepções relacionadas ao conceito de sustentabilidade pelos Krenak, que os organiza em sistema de pertencimento e

sustentabilidade. Para os Krenak, ambiente e natureza não são elementos estáticos, são componentes de um sistema de organização em que as pessoas (os *Borun*) estão inseridas, dele compartilham, sofrem impactos e precisam ser recuperados conjuntamente, conforme pode ser apreendido nos trechos das entrevistas a seguir:

A importância de recuperar o ambiente, junto com as pessoas, recuperar recuperando. Recuperar as pessoas é o principal né, tem que estar no mesmo compasso as pessoas e a natureza, **sustentabilidade é isso, é estar em harmonia**. (Douglas Krenak, 2016, informação verbal, grifo nosso)

Então pra sustentabilidade, é a gente trabalhar junto com o meio, **com equilíbrio**, de preservação, de **tentar melhorar nosso meio, nossa situação, pra isso precisa estar tudo equilibrado**, tanto financeiro, quanto saúde né, mente, tudo em equilíbrio, não adianta só ter uma renda financeira se sua cultura está acabando, se você está ficando ocioso na cultura, é ruim. Não adianta só ter dinheiro se você não pode ter o lazer da cultura, de tá lá com seus irmãos, primos parentes, alegres na beira do rio, fazendo o que a gente gosta de fazer. Pra essa sustentabilidade falta esses apoios, sustentabilidade é mais ou menos isso, não é muita coisa não, é pouca coisa. (Renaldo Krenak, 2016, informação verbal, grifo nosso).

Uma das críticas que se tem ao conceito de sustentabilidade é que no sistema de organização capitalista que estamos inseridos, a dimensão econômica (ou melhor, o interesse financeiro de grupos hegemônicos de poder) sobrepõe as demais dimensões como o ambiente, a cultura, a ética, sendo essas relegadas a um segundo plano de interesse, muitas vezes apenas para “maquiar” escolhas, projetos, ações ou decisões não comprometidas com o bem estar desta geração e das futuras. Os Krenak apontam para a necessidade de ter todas as dimensões em equilíbrio, conforme trecho da entrevista transcrito:

Então assim, muita coisa que o pessoal tem como alimentação, nutrição e sustentabilidade não é a mesma coisa pra nós. Porque a sustentabilidade engloba a questão de alimentação, bem estar e tudo; com relação a alimento, alimentação tradicional, que ajuda demais o povo, pra mim a sustentabilidade engloba isso tudo, não é só ingerir alimento, **é uma tranquilidade**, uma coisa tranquila, **não é só quantidade, é qualidade; e a qualidade pro povo Krenak tem a ver com essa questão mais espiritual também né, porque o Rio mesmo, você já ouviu vários depoimentos nosso, não era só comida, entendeu?** Porque às vezes o cara vai pro rio, ele volta, ele vem comer na casa dele, cinco horas da tarde, e ele não tá morrendo de fome não; tá ali num ambiente muito bom; sustentabilidade! (Douglas Krenak, 2016, informação verbal, grifo nosso).

O tempo também é relacionado como um importante fator a ser considerado pelos Krenak, para pensarem a sua sustentabilidade. Manter as relações sociais com o território e seus elementos sagrados, estar em equilíbrio com meio, com a espiritualidade, quando o povo

e o território são impactados por interferências externas - como as dos empreendimentos e desse desastre - desequilibrando essas relações, requer tempo para que aquele sistema de pertencimento e vivência se reorganize. Não é o tempo, como questionado por Douglas Krenak, determinado pelas empresas e pelas sociedades ocidentais – o de mostrar resultados rápidos – de mostrar pra sociedade e governo que se está compensando os impactos causados de maneira imediata, afinal o interesse privado é continuar explorando a natureza para dela auferir e acumular lucros. É o tempo necessário para se restabelecer o equilíbrio homem, natureza, cultura, impactado por um grande desastre.

É isso que está acontecendo, por isso que tem esses distúrbios mental de saúde e a tendência é aumentar, e de que forma a gente coloca isso dentro dessa proposta de sustentabilidade? Pra responder isso **tem que ter paciência, mas a empresa quer pressa, ela tem que provar pro governo e pra sociedade que o impacto que ela causou já foi sanado ou está em vias desse processo.** Como a gente prova pra eles que **o problema que eles causaram é muito mais além que tornar a água do rio clara?** E tem a ver com a sustentabilidade do povo, com a vida, vida mesmo. (Douglas Krenak, 2016, informação verbal, grifo nosso)

Acselrad (2014), prefaciando uma coletânea sobre Direito e Justiça ambiental descreve sustentabilidade como:

[...] categoria pela qual, a partir da última década do século XX, as sociedades têm problematizado as condições materiais da reprodução social, discutindo os princípios éticos e políticos que regulam o acesso e a distribuição dos recursos ambientais. Por condições materiais da reprodução social, refiro-me aqui à forma histórica de duração dos elementos necessários à realização das práticas dos diferentes grupos socioculturais. Isto posto, cabe reconhecer – na contramão do senso comum difundido nos meios de comunicação correntes – que os processos socioecológicos são intrinsecamente conflituais. **Trata-se, em geral, de discutir e arbitrar, por exemplo, se vamos assegurar a reprodução das águas de um rio como meio de sobrevivência de ribeirinhos ou como meio de produção de energia hidrelétrica. Não se trata, pois, de considerar a reprodutibilidade no tempo de um rio abstrato, mas, sim, das práticas sociais concretas que lhe dão sentido.** Assim, variando conforme os atores sociais e as respectivas situações conflituais, a pergunta-padrão, que caberia ser feita é: vamos sustentar as práticas de apropriação do rio pelos pescadores ou as práticas propugnadas pelo setor elétrico? Tal pergunta não tem sido, nos diferentes âmbitos em que se configuram conflitos ambientais – seja o da atmosfera, dos corpos hídricos ou dos sistemas vivos –, devidamente formulada e, conseqüentemente, pouco debatida na esfera pública brasileira. (ACSELRAD, 2014; p. 7).

Para os Krenak, o rio não é um ser abstrato, muito pelo contrário, *é seu parente, seu pai e sua mãe*, dotado de agência e significados, que são atualizados conforme as relações sociais que o povo estabelece com o mesmo, e aos eventos fortuitos que acontecem pela ação de terceiros. Nesse sentido, similarmente ao supracitado por Acserald (2014) a discussão que deve vir à tona nos espaços de debate e deliberação referentes ao caso Samarco, inclusive sua relação com os impactos aos *Borun* e demais povos afetados, é para o que servirá o rio Doce e seus recursos? Para garantir a reprodução física e cultural dos povos que dele dependem, ou para satisfazer os desígnios econômicos de grupos hegemônicos? Não há como postergar tal discussão entre sociedade, governos e empresas, uma vez que, após o desastre, os recursos da Bacia do Rio Doce tornaram-se ainda mais escassos, e mesmo que as ações de pretensa recuperação não demorassem décadas para ter efeito, a disputa por tais recursos é fonte de conflito entre esses diversos segmentos. Uma mudança paradigmática sobre a utilização e importância do *Uatu* deve ser promovida, para garantir a sustentabilidade do próprio rio e dos povos que dele dependem e com ele se relacionam.

Fundamentalmente, um desenvolvimento sustentável só será possível com o que SACHS (2002) qualifica como consentimento pacífico dos diversos atores e pensamentos, globais e locais. Conquistado em negociações resultantes do diálogo e compromisso pelas diversas partes. Mas para isso é necessário conhecer o diferente, para um posterior reconhecimento das qualidades similares e respeito às suas peculiaridades. Nesse sentido para dialogar com os Krenak e atuar junto aos mesmos - governos, empresas, consultores, voluntários, entre outros - precisam compreender e reconhecer todas as violações a que foram impostos, entender as suas relações com o *Uatu* e seus significados, compreender a importância desse rio, e da territorialidade que ele representa para o povo, bem como sua relação com o Território Sagrado dos Sete Salões e ainda respeitar sua autonomia e garantir sua participação, em especial quando da realização de projetos, principalmente nos desdobramentos dos impactos relacionadas ao desastre da Samarco/Vale/BHP.

A fala de Douglas Krenak, expressa os sentimentos e percepções do povo sobre a sustentabilidade - e a forma como a mesma tem sido afetada - e interpela a forma como tem sido pensada a sustentabilidade de ações e projetos com eles desenvolvidos, preocupando-se já com os projetos que virão para compensar os impactos do desastre:

**Então não tem como o povo nosso pensar em sustentabilidade com a cultura nossa do jeito que está [...], e foi da onde que começou a ter uma discussão sobre como a gente vai compensar uma coisa que a gente não enxerga, não tem como palpar? Como o próprio cara da CEMIG um dia nos**

falou, o advogado: ‘eu não consigo entender isso, eu não tenho como compensar uma coisa que eu não vejo, que eu não pego, eu preciso ter essas coisas pra quantificar’. E é da onde que o povo vai sofrer muito com relação aos projetos da lama, aos impactos da lama, porque a sustentabilidade pra nós tem que incluir essas questões: porque **não tem como o povo desenvolver um projeto sendo que espiritualmente ele não tem nem ânimo pra poder fazer aquilo**. (Douglas Krenak, 2016, informação verbal, grifo nosso).

Conforme pode ser percebido, a sustentabilidade para os Krenak, não se trata apenas de elaborar projetos que compensem os danos físicos ou ambientais que sofreram. É necessário compreender, reconhecer e dar valor aos impactos subjetivos vividos pelo povo Krenak. Quanto VALE a morte de um rio? Quanto VALE a morte de um parente? Douglas continua a fala problematizando a possível sustentabilidade para o seu povo:

O povo tá doente e eles querem que a gente faça os projetos, trabalhe nos projetos, mas os problemas que eles causaram pro nosso bem estar, pra nossa vida social, espiritual, tá todo regaçado, mas eles querem que o índio vai lá trabalhe no projeto, gere dinheiro e tudo. É isso que tá acontecendo, meu povo tem que trabalhar, tem que gerar dinheiro, produzir comida, produzir água. Mas o que eles fizeram, regaçaram o povo todo, ninguém olha [...] tem que ir pra reunião amanhã, tem que ir, tem que decidir, isso é em dois anos, isso é em cinco [...] e o povo tá assim [...] por isso que eu falo que sustentabilidade pra nós está muito longe, porque isso eles não querem enxergar esse problema pra gente poder começar a desenvolver. **O negócio não é só o que o povo vai colocar na boca, ou o que vai receber no bolso, o povo tem que ter preparação pra ingerir o que eles estão propondo de sustentabilidade, e o recurso também, a gente tem que tá tranquilo pra poder trabalhar esses projetos sustentáveis, e o povo tá doente ué, não tem como você fazer nada doente não**. E a gente só tem saída pra essas coisas, o projeto de sustentabilidade que eles propõem pra nós é isso, e é **um genocídio cultural a médio prazo**, não vou falar a longo não, é médio prazo. Eu queria ver cientificamente como a gente coloca, porque eles falam de dificuldades de trabalhar essas questões porque a matemática não consegue trabalhar esse tipo de coisa, e a gente tem que ver uma forma de demonstrar isso. (Douglas Krenak, 2016, informação verbal, grifo nosso)

O tema sustentabilidade é extremamente abrangente, cheios de conceitos, definições e diretrizes associadas. A matéria é amplamente estudada na atualidade e milhares de publicações abordam o tema. A descrição trazida no presente capítulo, tanto da literatura ocidental quanto das falas dos Krenak sobre o assunto, objetivou aproximações iniciais de um diálogo intercultural sobre a temática, na perspectiva de aprender com os Krenak um pouco do vasto entendimento que têm do assunto. Buscar compreender a visão dos *Borun* sobre sustentabilidade e quais as associações fazem com o tema é necessário para a compreensão da percepção que têm sobre os impactos do desastre da Samarco/Vale/BHP, e nos traz novas visões e descobertas sobre essa tão almejada sustentabilidade.

No futuro os Krenak poderão contar para os não-indígenas como resistiram e se mantiveram fortes, mesmo tendo todos os seus elementos fundamentais suprimidos (água, terra, cultura, sociabilidade, espiritualidade, etc); pois se não houver uma mudança nos paradigmas de nossa sociedade de consumo, mais desastres irão acontecer e todos (não só mais os indígenas e populações vulneráveis) passaremos por situação semelhante a que os Krenak passam hoje, de extrema escassez dos recursos que são fundamentais. E para não esquecer o Desastre da barragem de mineração da Samarco/Vale/BHP, a seguir será retomado o assunto trazendo a descrição da tragédia e os impactos percebidos pelos Krenak.



### 3. O DESASTRE DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA MINERADORA SAMARCO/VALE E BHP E OS IMPACTOS PERCEBIDOS PELOS KRENAK

No dia 05 de novembro de 2015 o Brasil presenciou o maior desastre ambiental de sua história – o rompimento da Barragem de Fundão da Mineradora Samarco/Vale/BHP Billiton, no município de Mariana-MG. Os impactos ocasionados por essa tragédia foram sem precedentes para todo o país, trazendo prejuízos ambientais, sociais, econômicos, políticos, culturais, humanos, entre outros. Suas consequências trouxeram pânico à população local, e desceram com a avalanche de lamas ao longo dos municípios, povoados e terras indígenas da bacia do Rio Doce, com desdobramentos que só serão possíveis de serem mensurados definitivamente com o passar do tempo.

A barragem rompida, segundo o relatório preliminar do IBAMA (2015), continha 50 milhões de m<sup>3</sup> rejeitos de mineração de ferro. Destes, 34 milhões de m<sup>3</sup> foram lançados no meio ambiente, e 16 milhões restantes continuaram sendo carregados, aos poucos, e em direção ao mar, no estado do Espírito Santo. Inicialmente, esse rejeito atingiu a barragem de Santarém logo a jusante de Fundão (Figura 17), causando seu galgamento e forçando a passagem de uma onda de lama por 55 km no rio Gualaxo do Norte até desaguar no rio do Carmo. Neste, os rejeitos percorreram outros 22 km até seu encontro com o Rio Doce. E foi através do curso deste importante rio, que a lama chegou a Terra Indígena (TI) Krenak, descendo posteriormente, rumo à foz, até o Oceano, alcançando o município de Linhares, no estado do Espírito Santo, em 21/11/2015 (onde também impactou os indígenas Tupiniquim e Guarani) totalizando 663,2 km de corpos hídricos diretamente impactados, e suas adjacências.

Figura 17: Barragens de Fundão, Germano e Santarém



Fonte: Força Tarefa de Minas Gerais, 2015

Ao longo de todo esse trajeto, vários foram os danos ao meio físico (solo e rios), ao meio biótico (fauna, flora), e ao socioeconômico, afetando as populações habitantes da região, a infraestrutura das cidades, distritos, comunidades e propriedades rurais, unidades de conservação, terras indígenas, e territórios de outros povos tradicionais. Distritos inteiros foram soterrados pela avalanche de lamas, como Bento Rodrigues em Mariana-MG. Os impactos ainda estão em desenvolvimento, pois as consequências do desastre vão se revelando a cada dia com a percepção dos danos pelas populações atingidas e na medida em que estudos técnicos e acadêmicos vão sendo publicados. São danos que terão efeitos de longo prazo e muitos deles serão irreversíveis e de difícil gestão. Logo de imediato foram identificadas dezenove (19) pessoas mortas com a tragédia.

Os desastres são acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa, as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade. Isso implica a integração da situação em si, a crise social aguda, e o processo no qual a situação é produzida, isto é, a crise social crônica. Elementos explicativos da “crise aguda” precisam ser buscados numa dimensão histórica mais ampla. No caso brasileiro, remetem ao processo de vulnerabilização social que obstruiu recursos das vozes daqueles que estão em persistente fragilização ao passo que desresponsabiliza os sujeitos geradores dessas descompensações sociais (ZHOURI et al.; 2016, p. 36).

A classificação do evento como Desastre, tem sido encarada com crítica por pesquisadores da área uma vez que, desde 2013, já havia recomendação do MPF, baseada em perícia realizada na Barragem de Fundão, para que houvesse o periódico e sistemático monitoramento dos diques e da barragem e que fosse implementado um plano de contingência para as situações de risco ou acidente. Desta forma, Zhouri et al (2016), alerta que “classificar o evento como desastre tecnológico (em que seria atribuído ao todo ou em partes a uma intenção humana, erro, negligencia, ou resultado de uma falha de um sistema humano) resultando em danos - ou ferimentos - significativos ou mortes”, a partir de uma interpretação enviesada por parte do Estado, posiciona a Samarco/Vale/BHP (responsável [is] pela tragédia) como uma das demais vítimas das circunstâncias. Isso porque o emprego da palavra desastre, ainda que qualificado com o adjetivo tecnológico, remete a ocorrência de evento de causa natural (enchentes, terremotos, etc) mais presente no cotidiano de ação do Estado e na vida da sociedade. Segunda a autora, uma armadilha que a narrativa de desastre “natural” cria é tratar o *pós colapso* de barragens como *pós desastre*, assim permitindo o desaparecimento do causador da tragédia.

Um exemplo emblemático desta narrativa foi a publicação do Decreto Presidencial 8.752, de 13 de novembro de 2015 que “considera também como natural o rompimento de barragens que ocasione o movimento de massas, com danos a unidade residenciais”. Tal decreto foi justificado pela necessidade de liberação do Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FGTS), para os atingidos; porém, revela o problema que a falta de um sistema próprio de classificação de desastres traz para o Brasil, para que sejam dados os encaminhamentos e responsabilizações adequadas quando da ocorrência desses eventos: criando a absurda possibilidade da vítima (se trabalhador formal) pagar com seus próprios recursos os danos causados por outrem. Mais revelador dessa falha do sistema de classificação foi o Decreto de 12 de novembro de 2015 que classificou como meras repercussões as ocorrências na bacia do Rio Doce, circunscrevendo o desastre em si ao local de sua origem como se o mesmo estivesse contido apenas nas obras civis que não tiveram o adequado funcionamento (VALENCIO, 2016).

Os desastres são uma conjugação insuportável de inúmeros, graves e simultâneos danos e perdas coletivas caracterizando um imenso sofrimento social em relação ao qual é esperada, e exigida a mobilização imediata de diversos sujeitos para prover o resgate e a reabilitação dos vitimados sobreviventes, o manejo de cadáveres e a busca por desaparecidos, seguidos por medidas recuperativas correspondentes [...]

Tem raízes na tolerância com o espraiamento de práticas econômicas de grande escala, que atentam contra a qualidade socioambiental do meio circundante e interferem politicamente para deslegitimar o modo de vida dos lugares ameaçados.

Assim, se o desastre é uma situação insuportável para a coletividade afetada, sua cronicidade pode estar atrelada ambigualmente a complacência social diante dos processos indutores de tragédias, cujas sementes se espargem pelo país na forma de megaprojetos imobiliários, agropastoris, madeireiros, esportivos, hídricos, hidrelétricos, petroquímicos, minerários e similares. (VALENCIO, 2016, p.42)

### **3.1 Tragédia anunciada: aspectos socioeconômicos e possíveis causas do desastre**

O Desastre do Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP não foi um fato isolado na história da mineração no Brasil, nem tampouco em Minas Gerais. Nesta unidade da federação há uma recorrência de incidentes de variados portes no processo de mineração, o que revela problemas que vão desde o modelo de consumo da sociedade atual (altamente minério-dependente), o modelo de desenvolvimento e posicionamento adotado pelo país na economia mundial, a deficiência na gestão dos processos de licenciamento ambiental e fiscalização das barragens de rejeitos. Também revela problemas técnicos ou omissão da empresa nos quesitos de segurança para evitar rompimentos e acidentes, e, ainda as diretrizes

estratégicas por ela adotada de abrupta ampliação da produção em momentos de crise do mercado, objetivando manter os níveis lucrativos de seus acionistas. Mostra ainda a ausência ou ineficiência de planos de contingência efetivos para lidar com a ocorrência deste tipo de desastre. Ou seja, estivemos diante de um evento de múltiplas causas (FREITAS, SILVA e MENEZES, 2016).

Um cenário fértil para a ocorrência de desastres no Brasil em que anormalidades são cotidianamente transformadas em normalidades é constituído por políticas frágeis e instituições públicas de controle e prevenção desestruturadas. Em estudo que analisou 147 incidentes em barragens de mineração, Freitas, Silva e Menezes (2016), apontam um conjunto de causas que, combinadas a afirmação anterior, aumentam o risco para a ocorrência desses eventos, são elas: manutenção deficiente das estruturas de drenagem; ausência de monitoramento contínuo e controle durante construção e operação; crescimento das barragens sem adequado procedimentos de segurança; sobrecarga a partir de rejeitos de mineração, além de falta de regulamentação sobre critérios de projetos específicos.

As causas do desastre da Samarco/Vale/BHP ainda estão sendo investigadas, porém, algumas hipóteses são lançadas para tentar explicar o acontecimento: a) entupimento do sistema de drenagem de líquido; b) existência de uma ruptura prévia devido ao aparecimento de uma trinca; c) aumento do ritmo da deposição de rejeitos principalmente entre os anos de 2009 e 2014, quando a deposição aumentou 83%; d) conforme alegação da empresa a ocorrência de um tremor de terra que teria acontecido próximo da barragem. (FREITAS, SILVA e MENEZES, 2016).

Na época do rompimento, a Licença de Operação (LO)<sup>16</sup> da empresa estava em fase de renovação. Muito embora a LO tenha sido concedida em 2005, várias alterações no projeto foram implementadas a partir de 2012, em especial para que a barragem de Fundão recebesse rejeitos de outras atividades da Vale, além de que pudesse também cumprir o plano de expansão da própria SAMARCO. Em junho de 2015, cinco meses antes do rompimento, a empresa recebeu as Licenças Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) para ampliação da Barragem. A motivação da Samarco para a ampliação da sua capacidade de operação foi

---

<sup>16</sup> LO (Licença de Operação), assim como LP (Licença Prévia) e LI (Licença de Instalação) são as fases do Processo de Licenciamento Ambiental no Brasil regulamentado pela lei 6.938/81 e pelas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97. Além dessas, recentemente foi publicado a Lei Complementar nº 140/2011, que discorre sobre a competência estadual e federal para o licenciamento, tendo como fundamento a localização do empreendimento. O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente e possui como uma de suas mais expressivas características a participação social na tomada de decisão, por meio da realização de Audiências Públicas como parte do processo. (IBAMA, 2017) <https://ibama.gov.br/licenciamento/> <acesso em 19/03/2017>.

pautada pela lógica privatista e individual de aumento de produção para manutenção de seus lucros diante de um cenário de crise econômica, com quedas do preço do minério no mercado mundial. Assim, para manter o lucro, aumentou-se exacerbadamente a operação da empresa, sem as devidas medidas de segurança, e ainda sem a condição dos órgãos de controle estadual e federal, exercerem seu papel, visto o sucateamento que tal setor vem sofrendo nos últimos anos. (FREITAS, SILVA e MENEZES, 2016).

Muito embora várias hipóteses tentem explicar as causas do maior desastre em quantidade de material lançado no ambiente, extensão, número de mortes e atingidos já registrado na história da mineração do Brasil, é extremamente importante compreender os aspectos econômicos e políticos ligados ao cerne desta tragédia. Segundo o relatório do grupo POEmas<sup>17</sup>(2015), o rompimento da Barragem de Fundão caminha para se tornar um símbolo do fim do “megaciclo de *commodities*”<sup>18</sup> e, em particular, a forma como o Brasil se inseriu nele. O grupo aponta que a crescente demanda por minério recaiu sobre poucos países e regiões no mundo, tendo o Brasil se colocado como o segundo fornecedor desta matéria prima; coloca ainda que o minério de ferro corresponde a 92% de todo o minério exportado pelo Brasil. Ou seja, a própria economia Brasileira tornou-se dependente dessa exportação, isso seja nos níveis nacional, regional (Minas Gerais e Espírito Santo) e local (municipal/Mariana).

Ocorre que, conforme aponta os relatórios do grupo PoEmas e os próprios relatórios de expansão da Samarco, mesmo e principalmente em um período de crise financeira mundial e de queda do preço do minério, a opção da empresa foi aumentar seus lucros com o aumento da sua produtividade, ou seja, ela aumentou a sua capacidade de extração de minério e consequentemente de produção de rejeitos, sem no entanto conseguir preparar-se adequadamente para o tratamento dos mesmos sem a ocorrência de um desastre; a opção da empresa foi não diminuir a renda de seus acionistas.

Em 2014, ano anterior ao desastre, a Samarco aumentou em 37% sua capacidade de produção, tendo produzindo naquele ano 25.075 milhões de toneladas de pelotas de minério (15% a mais que no ano anterior) conforme aponta o seu Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras, publicado em 31 de dezembro de 2014. O mesmo relatório aponta queda significativa do preço da tonelada de minério a partir de 2011.

---

<sup>17</sup> Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS).

<sup>18</sup> O megaciclo pode ser associado ao período entre 2003 e 2013 quando as importações globais de minério saltaram de US\$ 38 bilhões para US\$ 227 bilhões (um aumento de 630%). Em particular quando a tonelada de minério de ferro passou de US\$ 32 (jan./2013) ao pico de US\$ 196 (abr.2008) e, a partir de 2011, iniciou uma tendência de queda, chegando a US\$53 (out./2015). (WANDERLEY. L.J et. al, 2016, p.30).

Segundo afirma Wanderley et al (2016), episódios de rompimento de barragens de rejeitos não deveriam ser vistos como eventos fortuitos, mas como inerentes à dinâmicas do setor mineral, internos a processos capitalistas de acumulação e de reprodução ampliada do capital. As estratégias de investimento e financiamento da Samarco, nos últimos anos explicita bem a centralidade da dimensão financeira dos acionistas na configuração das operações da empresa, refletindo na expansão de suas atividades, como forma de manutenção dos níveis de remuneração dos acionistas.

Três elementos merecem maior ênfase a partir desta descrição: i. a ampliação da escala operacional da empresa nos últimos anos condicionou e interagiu com os determinantes fisiográficos da reserva, intensificando sua depleção mineral quantitativa e qualitativa e, portanto, impulsionando a expansão significativa da geração de estéril e rejeitos de minério; ii. essa expansão demandou, conseqüentemente, ampliações correspondentes da capacidade de disposição de estéril e, principalmente, rejeitos, determinando o aumento exponencial do uso de recursos naturais (em especial da água, nos processos de beneficiamento primário e disposição) e da escala dos riscos associados à opção preferencial da empresa por barragens; iii. finalmente, esses elementos mantêm uma orientação exclusivamente exportadora, definida em função de estratégias privadas e públicas de acesso a recursos minerais escassos, assim como do próprio Estado brasileiro na entrada de divisas e equilíbrio da Balança Comercial. (POEMAS, 2015; p.9)

Somados ao aumento da produtividade das empresas, tem-se a opção pela disposição de rejeitos em barragens, forma mais barata, porém de maior risco de desastres, em especial para as populações vulneráveis – principalmente populações tradicionais, que tem seus territórios no caminho das áreas escolhidas para a drenagem desses rejeitos. Além disso, o sucateamento dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e pelo licenciamento ambiental das barragens, que desta forma não cumprem seu papel fiscalizador de maneira adequada em especial diante da pressão por aumento dos empreendimentos em momentos de necessidade do crescimento da economia, formam parte do cenário para explicar fenômenos como o desastre do Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP, e determinam a tendência de aumento da ocorrência desses desastres. Outros elementos como a terceirização de serviços, sobrecarga de funcionários públicos e privados, financiamento de campanhas partidárias por empresas do setor minerário, principalmente a Vale, falhas técnicas nos projetos, também podem se juntar a essa explicação.

Por fim, conforme noticiado pela mídia<sup>19</sup>, a Polícia Federal conclui inquérito sobre o desastre da Barragem, em meados de 2016, e detalhou as causas que contribuíram para o rompimento de Fundão. Segundo o delegado responsável pelas investigações, a Samarco assumiu o risco e privilegiou o lucro em detrimento da segurança. A empresa estava ciente de diversas falhas que a estrutura apresentava. A Polícia Federal comprovou os crimes, já que a barragem de Fundão estava sendo utilizada de uma forma inadequada, acima da sua capacidade. Ela apresentava problemas desde sua construção, com utilização de material de baixa qualidade, depois, modificações sem projeto, e conseqüentemente sem a devida fiscalização dos órgãos ambientais, problemas de drenagem, entre outros.

### **3.2 Impactos do Desastre sobre a Bacia do Rio Doce**

Segundo informações disponibilizadas no site do IBAMA<sup>20</sup>, laudo técnico concluído em 26 de novembro de 2015, aponta que “o nível de impacto foi tão profundo e perverso ao longo de diversos estratos ecológicos que é impossível estimar um prazo de retorno da fauna ao local”. O desastre causou a destruição da cobertura vegetal, incluindo Áreas de Preservação Permanente (APPs). Dezenove pessoas morreram na tragédia. Foram identificados ao longo do trecho atingido diversos danos socioambientais: isolamento de áreas habitadas; desalojamento de comunidades pela destruição de moradias e estruturas urbanas; fragmentação de habitats; destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa; mortandade de animais domésticos, silvestres e de produção; restrições à pesca; dizimação de fauna aquática silvestre em período de defeso; dificuldade de geração de energia elétrica pelas usinas atingidas; alteração na qualidade e quantidade de água; e sensação de perigo e desamparo da população em diversos níveis.

Dentre os principais impactos ambientais destaca-se a degradação da qualidade do solo, com comprometimento da infiltração da qualidade da água, perda da vida microbiana, da fertilidade, aumento dos processos erosivos, com conseqüente assoreamento e contaminação dos rios ao longo de toda a bacia do rio Doce, incluindo o oceano atlântico. Toda a cadeia trófica do rio Doce foi contaminada com metais pesados como alumínio, níquel, cádmio, cobre, cromo, manganês, arsênio, chumbo, mercúrio, alguns destes em níveis 1000 vezes acima dos permitidos pela legislação (FREITAS, 2016).

---

<sup>19</sup> <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/06/pf-conclui-inquerito-da-tragedia-de-mariana-e-indicia-8-pessoas.html>>

<sup>20</sup> <<http://www.ibama.gov.br/informes/rompimento-da-barragem-de-fundao>>

Análises de bioacumulação em peixes (roncador, linguado e peroá) e crustáceos (camarão rosa e sete barbas) apresentaram níveis de metais como chumbo, cádmio, manganês e arsênio acima do estabelecido pela legislação ambiental. Em 75% das amostras de camarão rosa e em 100% das amostras analisadas de peroá foram constatados níveis elevados de arsênio, segundo o relatório apresentado pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). Morreram e/ou foram contaminados diversos outros animais como anfíbios, reptéis, aves, animais de grande porte - silvestres e domésticos. Foram danificados 1.587 hectares de cobertura vegetal, quilômetros de mata ciliar e nascentes soterradas pela lama, cursos e fluxos d'água foram danificados e soterrados (ICMBio, 2016).

De fato os impactos dessa tragédia foram sem precedentes na história do Brasil, comprometendo sobremaneira a já degradada Bacia do Rio Doce, o resultado é a potencial extinção de espécies típicas do rio, exigindo décadas para a recuperação da biodiversidade e do assoreamento. Além disso, graves danos à saúde da população, à economia das famílias, empresas, e entes públicos são consequências da tragédia que levarão anos para serem reparadas (FREITAS, 2016).

No que tange às terras e povos indígenas os primeiros impactados foram o povo Krenak, que tem sua terra nas margens do Rio Doce. Ao chegar ao oceano, a lama levou suas consequências aos povos Tupiniquim e Guarani, em três terras indígenas no Espírito Santo: Tupiniquim/Guarani, Comboios e Caeiras Velhas II. Outros povos presentes na bacia do Rio Doce, como os Pataxó que vivem nos municípios de Carmésia, Açucena, Guanhões e Governador Valadares, além do Povo Mocuriñ em Campanário, como toda a população da bacia foram afetados; as possíveis especificidades dos impactos a esses últimos citados ainda não foram dimensionadas. Quanto aos povos do Espírito Santo e os Krenak, relatórios e estudos demonstram como foram impactados, e, a própria manifestação dos mesmos ensejou ações da Vale/Samarco/BHP, em suas terras.

Diante de todo esse cenário de destruição, o foco desse trabalho foram os impactos sofridos pelo povo Krenak, diante do Desastre. Para tanto é necessário reconstruir alguns episódios desde o desastre relativos ao povo Krenak, e posteriormente trazer as percepções desse povo sobre os impactos à sua sustentabilidade.

### **3.3 Os impactos do desastre sobre sua sustentabilidade na visão dos Krenak**

Um dos povos mais atingidos por esse desastre é também um dos que há mais tempo habita a bacia do rio Doce – os autodenominados *Borun* – remanescentes dos Botocudos,



amplamente conhecidos como Krenak, cujas terras encontram-se as margens desse rio, o qual denominam *Uatu* (rio sagrado/rio grande/Rio Doce).

### **3.3.1 Reconstruindo os fatos desde o desastre**

Antes mesmo de a lama chegar ao seu território, os Krenak dirigiram-se à Governador Valadares para procurar os representantes da Empresa Samarco - que se encontravam naquela cidade para resolver as questões sobre a enxurrada de lama que vinha descendo o Rio Doce - a fim de lhes entregar uma carta questionando aos responsáveis sobre ações que deveriam ser tomadas quanto ao seu povo e seu território diante do desastre. Por duas vezes houve recusa em ser atendidos; no entanto, as lideranças conseguiram acesso aos representantes da empresa em uma reunião que estava acontecendo, no dia 11/11/2015 junto a Região Integrada de Segurança Pública daquele município, mas a resposta inicial que tiveram da Samarco foi o desprezo. A carta que fizeram foi jogada em cima da mesa e nem ao menos lida pelos representantes da empresa naquele momento.

No dia 12/11/2015, os Krenak publicaram uma Carta Aberta (Anexo 1) onde solicitavam providências com relação aos danos causados pelas empresas ao Rio Doce, e demandavam uma reunião no dia seguinte com seus representantes. Solicitavam ações emergenciais como “a distribuição de água para beber; água para suprir as necessidades diárias com distribuição de 140 caixas d’água; manutenção do gado do Krenak; e, retirada imediata do gado da aldeia devido ao uso constante das margens do rio pelo gado”. Além da publicação nas redes sociais dos Krenak, essa carta foi enviada via Coordenação Regional da FUNAI Minas Gerais e Espírito Santo (CR-MGES) – unidade do órgão que tem por missão a proteção e a defesa dos direitos dos povos indígenas - às empresas responsáveis. Mesmo diante da urgência do assunto, a resposta que obtiveram da empresa Vale, é que só poderiam se reunir no dia 16/11/2016 (na semana seguinte).

A cena era de luto e revolta na TI Krenak nesses dias: homens, mulheres, crianças e anciãos choravam copiosamente a beira do *Uatu*, não acreditando na enxurrada de peixes e animais mortos que desciam precedendo a enxurrada de lamas que ainda estava descendo lentamente (Figura 18).

Figura 18: Enxurrada de peixes mortos boiando no Rio Doce, no território Krenak, após o despejo da lama de rejeitos no *UATU*



Foto: Sebastião Rodrigues da Cunha Filho (Kaka – motorista da FUNAI) cedida ao autor, 2015

Diante da inércia dos responsáveis pelo Desastre em dialogarem com os Krenak sobre que ações iriam ser tomadas, e as recusas e postergações para se reunirem com os indígenas, no dia 13/11/2015 toda a população Krenak atravessou para a margem oposta do Rio Doce (o lado reivindicado do Território dos Sete Salões) e ocuparam os trilhos da Estrada de Ferro Vitoria Minas (Figura 19) impedindo a passagem do minério de Ferro da Vale, que por ali escoava para os portos do Espírito Santo e de lá para o comércio exterior. Imediatamente as equipes da Vale apareceram na região para dialogar.

Figura19: Protesto dos Krenak na EFVM



Fonte: iO statig, 2015

Na verdade as equipes da Vale tomaram como primeira medida uma ação judicial contra os Krenak. Ingressaram com uma Ação de Reintegração de Posse da EFVM; tal ação teve decisão liminar favorável à empresa e os indígenas teriam que sair da linha férrea (que corta seu território tradicional/sagrado) em 48 horas ou seria usada força policial. Os Krenak estavam dispostos a lutar, não sairiam dali enquanto não fossem ouvidos pelos representantes das empresas e tivessem suas demandas resolvidas.

Eu cheguei em Resplendor no dia 13/11/2015 à noite, os índios já estavam na Ferrovia, fui acompanhado do Procurador Federal Dr. Natan de Oliveira Mattos e do Motorista da FUNAI Sebastião Rodrigues da Cunha Filho; chegando lá fomos direto para os trilhos da EFVM. Já havia presenciado diversas manifestações de indígenas pela luta por seus direitos, mas aquela era diferente: havia um silêncio angustiante, um luto no semblante dos Krenak, uma dor atravessada no olhar de cada um, crianças, mulheres (inclusive grávidas), caciques, anciãos, jovens, homens, estavam todos ali unidos pela dor da morte do *Uatu*, chorando com ele, lutando por ele. Também tinha algumas pessoas do entorno prestando solidariedade aos Krenak. Conversamos: eles disseram que dali não sairiam enquanto não tivessem suas demandas atendidas, e assim nos entregaram mais uma manifestação escrita, e pediram que entregássemos aos representantes da empresas; seríamos os mediadores daqueles difíceis e longos dias, que certamente foram de muito aprendizado (Figura 20).

Figura 20: Mediação do conflito na EFVM



Fonte: Portal Aconteceu no Vale, 2015

Os representantes da Vale enviados à Resplendor para lidarem com a situação, não tinham autorização da alta direção da empresa para irem até a linha do trem dialogar diretamente com os índios (na verdade a recomendação dada pela direção da Vale era de não fazê-lo), conforme informaram naqueles dias. Desta forma eles ficavam no escritório da empresa ao telefone conversando e negociando com os diretores sobre as demandas dos

indígenas e sobre o conflito. O grande problema para a Vale era que o minério não passava, o que representava ter milhões de reais em produtos parado em cima dos trilhos. Os índios por sua vez não iam à Resplendor, e a negociação tornava-se quase impossível sem as partes se encontrarem.

Das demandas que os indígenas apresentaram, a Vale se resumia a dizer que mandaria água; porém, já no segundo dia da ocupação, enviou um caminhão pipa vazio para a aldeia, o que acirrou ainda mais os ânimos. Os indígenas aumentaram as exigências.

A Vale então começou a divulgar por meio da mídia que seus vagões estariam com uma grande quantidade de água potável para serem levadas para Governador Valadares – água esta intercaladas entre diversos vagões de minério – numa clara tentativa de colocar a opinião pública contra os Krenak, visto que toda a região clamava por água potável – já que diversos municípios que captavam água direto do Rio Doce tiveram o abastecimento interrompido por vários dias. Tal afirmativa não foi confirmada na época pelos gestores da crise hídrica de Governador Valadares, ninguém confirmava que estavam aguardando essa água chegar pelos vagões. A solução para a água em Governador Valadares, foi temporariamente resolvida com a utilização do polímero acácia negra<sup>21</sup>, para a redução da turbidez.

No domingo, já no terceiro dia de negociações, após a Vale sinalizar positivamente para atender algumas demandas apresentadas pelos indígenas, os Krenak resolveram então aceitar uma reunião com os empreendedores na cidade de Resplendor, para a segunda feira (16/11/2015). Cumpre ressaltar que apenas neste dia, chegou uma advogada da Samarco, que por seu total despreparo para lidar com a situação de conflito envolvendo povos indígenas, quase colocou a reunião de negociação a perder e foi solicitada a se retirar pela própria representante da Vale, o que revelava também a falta de organização entre as empresas para lidarem com a situação.

A reunião de negociação entre Vale e os Krenak, que teve a mediação da FUNAI, ocorrera numa pequena sala da prefeitura de Resplendor; os Krenak compareceram pintados para a guerra e externaram sua revolta contra a empresa pelos danos que causaram ao Rio Doce e mostraram como estavam se sentido. Levaram uma garrafa *pet* com a lama da Samarco/Vale/BHP que pegaram no Rio Doce e distribuíram em copos para que os representantes da empresa pudessem beber; levaram também um saco com peixes mortos que pegaram no *Uatu* e colocaram no meio da sala para que todos pudessem sentir o mal cheiro

---

<sup>21</sup> Substância coagulante chamada polímero de acácia negra, que acelera o processo de decantação, permitindo a separação dos resíduos. Fonte <http://aconteceunovale.com.br/portal/?p=73032>

que estavam tendo que sentir na aldeia; e assim transcorreu toda a reunião que se iniciou pela manhã e durou até à tarde (Figura 21).

Figura 21: Reunião do Acordo Emergencial Vale x Krenak



Detalhe da lama distribuída em copos descartáveis  
Fonte: FIOROTT, 2015

As reuniões com a Vale são desgastantes, pois os representantes enviados geralmente não comparecem com poder de decisão para negociações definitivas (pelo menos as que eu participei até hoje); o modelo de governança da empresa, composto de diversas diretorias e conselhos de administração requer que o representante enviado faça diversas ligações pra tentar explicar aos superiores o escopo do que está em negociação e a gravidade do conflito que está acontecendo, para assim obter as autorizações do que está negociando, demonstrando com isso desrespeito com as populações que são impactadas com suas ações. Assim depois de diversas conversas, pausas, ligações e retomadas da reunião, a Vale e os Krenak assinaram um termo para o cumprimento de nove ações emergenciais (Quadro 3) diante do terrível desastre ambiental do Rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP.

Quadro 3: Acordo Emergencial Krenak x Vale<sup>22</sup>

01	Distribuição de água mineral diário para 600 pessoas na proporção de 5L/pessoa;
02	Distribuir 140 caixas d água com capacidade de 2000L/cada;
2.1	Fornecer abastecimento de água para suprir as necessidades diárias de abastecimento a cada dois dias por caminhão pipa;
3.1	Fornecimento de adicional de 21 sacos de rações para 108 famílias;
3.2	Fornecimento de Alimentação Volumosa de 2,4 ton. para cada uma das 100 famílias;
3.3	Fornecimento adicional de 03 sacos de sal mineral por família/mês;
4.1	Aquisição de 01 reservatório de 2000L para cada um dos 15 currais e abastecimento de

<sup>22</sup> A numeração desse quadro corresponde aos números e forma como foi descrito os itens do acordo emergencial.

	água a cada dois dias
4.2	Aquisição de 100 bebedouros 100L para 100 famílias;
5	Apoio para instalação de 120 cisternas de captação de água da chuva;
6	Apoio pecuniário por família/mês até o restabelecimento das condições da água do Rio Doce <i>Uatu</i> ;
7	Destinação, para ações de saúde, no montante de R\$ 20.000,00 como fundo emergencial;
8	Aquisição de duas embarcações de pequeno porte como motor de polpa;
9	Instalação de uma cerca ao longo da margem do rio Doce no interior da Terra Indígena Krenak

A assinatura do termo emergencial, em 16/11/2015, possibilitou a liberação da ferrovia pelos Krenak sem a necessidade do uso da força policial, mas não pôs fim ao conflito, pois os danos do desastre ainda continuam acontecendo. Inclusive ajustes às ações acordadas tiveram que ser (e ainda estão sendo) implementadas ao longo do monitoramento das mesmas, o que requereu exaustivas outras reuniões entre as partes, confecção de relatórios pela FUNAI, e manifestações escritas dos indígenas. Algumas medidas não estão sendo executadas – por problemas diversos – da forma como foram acordadas, exemplo disso pode ser verificado na fala dos entrevistados ao queixar-se da falta de abastecimento de água, em dias de chuva na região:

[...]deu a chuva, cortou o abastecimento da aldeia, porque que não tem como entrar, mas o acordo foi pra eles abastecer, independente de qualquer coisa, não teve como entrar e tudo, mas não teve previsão disso? A gente não quer saber, a gente quer saber que foi combinado da gente abastecer nosso povo com água, se está chovendo ou não, isso não é um problema da comunidade, o que eles fizeram pra amenizar a situação ou um paliativo a esse abastecimento? Foi mais de oito dias sem abastecimento de água. (Douglas Krenak, 2016, informação verbal)

Quanto as ações emergenciais, está sendo cumprido em partes, a estrada como é que tá, tá complicado, tem dia que fica dois três dias sem ter água por conta da estrada. (Renaldo Krenak, 2016, informação verbal)

Figura 22: Caminhão pipa impedido de transitar devido as chuvas



Fonte: FIOROTT, 2015

Após a ocorrência do Desastre grande foi a mobilização em torno da questão, de modo que diversas manifestações, ações e movimentos começaram a ocorrer tanto da parte do poder público, mas em especial de movimentos sociais e seus apoiadores. O Governo de Minas publicou, no dia 20 de novembro de 2015, o Decreto nº 46.892/2015, que instalou uma Força-Tarefa para avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento das Barragens de Fundão e Santarém, localizadas no subdistrito de Bento Rodrigues, no Município de Mariana. Os trabalhos reuniram representantes de órgãos e entidades do Estado e de municípios afetados, e foram coordenados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU (FORÇA TAREFA/MG, 2016).

O relatório apresentado por tal grupo, foi utilizado como um dos documentos que embasou a assinatura de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) entre os governos supra citados, a Samarco, a Vale e a BHP. Aos movimentos sociais, e os atingidos pelo desastre foi relegado em alguns momentos apenas a escuta quanto aos danos, mas não lhes foi dado a oportunidade de participação na construção e assinatura do TTAC, o que, por óbvio, ensejou diversas críticas à medida.

No que tange aos impactos sobre os Krenak, a força tarefa tomou por referência um relatório preliminar elaborado por técnicos da CR-MGES e da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai (DPDS). Esse relatório fora realizado como medida da Funai diante do desastre, para avaliação inicial dos danos causados para responsabilização das empresas Samarco, Vale e BHP.

O TTAC foi construído pelo governo e empresas, como já dito, sem a participação dos atingidos, inclusive sem a participação dos indígenas afetados. No entanto o acordo, que cria

o Comitê Interfederativo (CIF)<sup>23</sup> e a Fundação Renova<sup>24</sup>, traz uma subseção que trata da proteção e recuperação da qualidade de vida dos povos indígenas; abaixo segue a transcrição do trecho do termo que trata do programa:

SUBSEÇÃO 1.3: Programa de proteção e recuperação da qualidade de vida dos povos indígenas;

CLÁUSULA 39: A FUNDAÇÃO deverá executar um programa para oferecer atendimento especializado aos povos indígenas do território KRENAK e das terras indígenas de COMBOIOS, TUPINIQUIM e CAIEIRAS VELHAS II.

PARÁGRAFO ÚNICO: O PROGRAMA deverá ser construído em conjunto com os indígenas, em tratativas e negociações que contem com a participação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

CLÁUSULA 40: O atendimento a que se refere este PROGRAMA deverá respeitar as formas próprias de organização social, costumes, usos e tradições dos povos indígenas KRENAK, TUPINIQUIM e GUARANI.

CLÁUSULA 41: Deverão ser previstos mecanismos para a realização de consulta e a participação dos povos indígenas em todas as fases deste PROGRAMA.

CLÁUSULA 42: Deverá ser prevista a supervisão, a participação e a validação da FUNAI e da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde - SESAI em todas as fases deste PROGRAMA, no âmbito de suas competências.

CLÁUSULA 43: As seguintes ações deverão ser desenvolvidas pela FUNDAÇÃO em relação ao povo KRENAK, no Estado de Minas Gerais, sem prejuízo do que restar acordado diretamente com os indígenas:

I. Manutenção das medidas de apoio emergencial previstas no acordo de 16/11/2015 celebrado com a VALE S.A.;

II. Monitoramento contínuo das seguintes situações, previstas no acordo de 16/11/2015 celebrado com a VALE S.A.:

- a) abastecimento de água;
- b) qualidade da água;
- c) bovinocultura;
- d) apoio financeiro mensal às famílias;
- e) saúde; e

f) atualização das necessidades em diálogo com os indígenas KRENAK.

III. Contratação de consultoria independente, conforme Termo de Referência a ser apresentado pela FUNAI, para elaboração de estudo circunstanciado dos impactos socioambientais e socioeconômicos do EVENTO sobre os KRENAK;

IV. Detalhamento de um Plano de Ação Permanente, com base no estudo previsto no inciso III;

V. Execução, monitoramento e reavaliação das ações componentes do Plano de Ação Permanente.

---

<sup>23</sup> O Comitê Interfederativo (CIF) foi criado em resposta ao desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em 05/11/2015, no município de Mariana (MG). Sua função é orientar e validar os atos da Fundação Renova. O CIF é presidido pelo IBAMA e composto por representantes da União, dos governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, dos municípios impactados e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

<sup>24</sup> Fundação Renova, instituída pela Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton, para gerir e executar as medidas de recuperação dos danos resultantes da tragédia.



PARÁGRAFO PRIMEIRO: As medidas previstas nos incisos I e II, caso não tenham sido iniciadas, deverão ter início no prazo de até 10 (dez) dias da assinatura deste Acordo, devendo ser mantidas até a entrada em vigor do Plano de Ação Permanente;

PARÁGRAFO SEGUNDO: A contratação da consultoria referida no inciso III deverá ser feita em até 90 (noventa) dias, a contar da apresentação do Termo de Referência a ser apresentado pela FUNAI. O Termo de Referência deve ser entregue pela FUNAI em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do Acordo. PARÁGRAFO QUARTO: As ações previstas no inciso V deverão ser mantidas durante toda a duração do Plano de Ação Permanente referido nesta Cláusula.

No que diz respeito ao atendimento das cláusulas do TTAC, a manutenção das ações acordadas emergencialmente continuam acontecendo, ainda que algumas vezes, apresentando problemas. Foi elaborado pela FUNAI, em conjunto com os indígenas, um termo de referência, para fins de contratação de uma consultoria, pelas empresas Vale/Samarco/BHP, para estudo dos impactos do desastre sobre a vida dos indígenas e a construção do Plano de Ação Permanente. Tal estudo está por se iniciar, provavelmente ainda no primeiro semestre de 2017.

O Ministro do Meio ambiente, após pressão dos indígenas em Brasília, propôs e solicitou à Presidenta do IBAMA que fosse criada uma Câmara Técnica sobre a questão indígena no âmbito do Comitê Interferderativo. Essa câmara técnica ainda não foi instalada, devido a dificuldade de operacionalização, inclusive de recursos, por parte do governo (FUNAI). Outro ponto importante é que os Krenak entenderam como não suficiente a criação da Câmara Técnica, para suprir sua necessidade de participação nos espaços de deliberação relativos ao desastre.

Após o desastre foram realizadas duas reuniões ampliadas para avaliação do cumprimento do termo emergencial (Anexo 2), entre a Vale, os Krenak, com participação da FUNAI. Outra com o mesmo objetivo foi realizada apenas entre a FUNAI e os indígenas na aldeia. Nas duas reuniões em que havia representantes das empresas, houve discussões e desentendimentos entre os mesmos e os indígenas. Os Krenak são categóricos em afirmar que a responsabilidade pelos danos causados é da Vale e esse foi um dos pontos de maior discussão nestas reuniões, vez que no entendimento da empresa, com a assinatura do TTAC, as ações relativas ao desastre deveriam ser atribuídas à Fundação Renova. Conforme o relatório do grupo Poemas a responsabilidade jurídica sobre as operações da Samarco recai sobre a Vale:

A análise da constituição da Samarco Mineração S.A. (1973) revela uma estratégia de ingresso no Brasil definida pelo grupo BHP Billiton, com a criação de sua subsidiária, BHP Billiton Brasil Ltda. (1972). Desde o início, esta estratégia objetivou a ‘desresponsabilização operacional’ do grupo, se revelando plenamente a partir do ingresso da Vale S.A. (2000) e de sua reestruturação societária como **um modelo de *joint venture* no qual a responsabilidade jurídica sobre as operações da Samarco recai exclusivamente sobre a Vale**. Entretanto, os arranjos de propriedade e controle de ambos os grupos apresentam estruturas acionárias pulverizadas e financeirizadas, revelando uma rede ampla de responsabilidade sobre o desastre tecnológico da Samarco/Vale/BHP. A cadeia de controle operacional da Vale, que se estende à Valepar S.A. e a Litel Participações S.A., explicita estes elos de responsabilidade, abrangendo grupos financeiros nacionais (Bradesco), intermediários comerciais internacionais (Mitsui), o Estado brasileiro (BNDESPar e Tesouro Nacional) e fundos de pensão de trabalhadores (Previ, Petros e Funcef). (POEMAS, 2015, p. 8)

A proposta da presente pesquisa foi destacar como os Krenak vêm percebendo os impactos do desastre da Samarco/Vale/BHP, sobre a sua sustentabilidade, sobre sua vida. Dessa forma, os resultados apresentados a seguir buscam demonstrar por meio dos trechos transcritos dos dados coletados as percepções e sentimentos dos Krenak relativos aos impactos do desastre.

### **3.3.2 Impactos sobre a Dessedentação**

Um dos primeiros impactos físicos que afetou a população Krenak foi a supressão e inviabilidade da principal fonte de dessedentação humana e animal na Terra indígena, o próprio Rio Doce. Essa foi uma das primeiras preocupações expressadas pelos Krenak imediatamente após o desastre, conforme a publicação da carta aberta que fizeram na época já citada neste trabalho (Anexo 01). O abastecimento hídrico na aldeia já era um problema grave que se tornou ainda mais latente com o desastre. Mesmo que diversas ações tentando resolver a questão da distribuição da água já tenham sido realizadas, essas também apresentam falhas e dificuldades e não atendem a demanda de todos na aldeia de modo que, muitas famílias dependiam de água do Rio Doce, em especial as que residem nas margens do Rio, conforme pode ser percebido no trecho da entrevista abaixo:

A comunidade toda aqui bebia a água do rio, não tem água, só usava a água do rio. A água do rio criou nós tudo, eu bebo essa água desde menino, morei na beira do rio só usando essa água do rio pra beber, eu morava lá na beira; lá era só pegar água do rio, botava na talha, no filtro pra gente tomar, só tomava água do rio mesmo, depois que a FUNASA veio e arrumou um jeito de canalizar a água lá, mas ela nunca deu conta pra abastecer todo mundo, pois era pouca, então de todo jeito a comunidade sempre usou a água do rio. Lá no Rondon, a água que capitava aqui não chegava lá, eles usam água do

rio, todos os moradores que moram lá na beira do rio: Zezão, Lidiane, Dal, o pessoal ali tudo. (Basílio Krenak, 2016, informação verbal)

Em trecho da história de vida de Dona Laurita Krenak ela lamenta a falta de água e a perda da autonomia para a dessedentação:

[...] eu ia lá no rio beber água, agora só água engarrafada. [pausa angustiada]. Onde eu vou eu fico pensando na água. De primeiro a gente usou, eu cresci tudo aqui, ó...essa água, já teve muito calorão aqui. Cadê a água boa agora? Agora só essa água que trazem aí...com mais cloro do que tudo, vai lavar o cabelo, o cabelo fica duro, eu lembro da água...mesmo quando a água do rio ficava sujo a gente usava, ficava sentado na água, usava pra beber, agora esse barro, está maltratando nois, **acabou!** Eu com tanta água aqui, mandar buscar um litro pra eu beber, lá no estrangeiro? (Dona Laurita, 2016, informação verbal, grifo nosso)

Após o desastre toda água consumida na TI Krenak está sendo levada de fora, em caminhões pipa e vasilhames plásticos pela Vale, conforme restou acordado no acordo emergencial. Essa é uma atividade que produz outros impactos como a excessiva circulação de veículos pesados e pessoas estranhas na aldeia, além do extremo acúmulo de resíduos sólidos provenientes das garrafas *pet* de água mineral, distribuídas. Além disso, como a ação é extremamente dependente das condições das estradas, em vários dias de chuva, como já relatado, os Krenak ficaram sem água pra sua dessedentação, e para outros usos, inclusive para os animais. Já nos dias de sol a poeira produzida pelo intenso tráfego de caminhões tem gerado o aumento dos problemas respiratórios na aldeia.

Diversas têm sido as discussões entre a FUNAI, SESAI, indígenas e as empresas sobre o tema do abastecimento de água, sem até o momento ter sido alcançado o êxito de superar a distribuição de água por carros pipas. Esse é um grande desafio a ser enfrentado pelo governo, pelas empresas e pelos indígenas. É extremamente necessário em termos de sustentabilidade garantir a autonomia das famílias no abastecimento hídrico em quantidade e qualidade, sendo esse um direito de todos e um dever do Estado, que deverá fazer cumprir o seu papel de cobrar soluções da empresa, vez que a mesma, com o desastre, complicou ainda mais as possíveis soluções para essa questão na TI Krenak. Durante as entrevistas foi citado o problema crônico do abastecimento de água e possível solução para a questão.

Nos já furamos um monte de poço aqui, e a água dá contaminada, furou vários poços e não conseguimos água boa, uma hora dá calcário demais, outra da ferro. A Copasa, a Sesai aí, já olhou, faz exame, mas nada; ali eu tenho uma mina pequena, mas dá pouca água; Tá tudo contaminado aí, eles tinham que tratar, mas não conseguem. **O único meio é só do outro lado do**

**Rio, só pro lado de lá, no território do Sete Salões que tem água, não tem até a água mineral Krenak lá? Já buscamos muita água lá no latão. Se quisermos tomar água boa mesmo é lá.** Foi até encanada pra cá, mas tem pouco tempo, quem criou nois mesmo foi o rio Doce. Do lado de lá também tem mata, pra cá não tem nada, só tem pasto. (Basílio Krenak, 2016, informação verbal, grifo nosso)

A demarcação dos Sete Salões, conforme relatou o entrevistado pode garantir aos Krenak acesso a fontes de água limpa e potável.

### 3.3.3. Impactos sobre a pesca, a caça e os artesanatos

Os Krenak têm a pesca como atividade tradicional de sua etnia. O *Uatu* era o lugar de exercer essa atividade. Pescadores por excelência, mesmo buscando alternativas de renda desenvolvendo outras atividades, continuavam praticando a pesca como forma de assegurar alimento, obter renda e se socializar. Alguns Krenak se orgulham em identificar-se como pescadores profissionais. Conforme os relatos colhidos e a vivência proporcionada pelo trabalho junto à etnia, sabe-se que essa era uma atividade inerente a todos na aldeia. Em entrevista de história de vida com um dos pescadores profissionais da aldeia, o mesmo relata os impactos do desastre sobre essa atividade:

[...] a minha profissão, a nossa profissão era pescar né, eu vivia só sobre o peixe, vivia pescando, e hoje não tem como pescar mais. Você tá vendo aí como é que essa lama trouxe, causou esse problema todo aí no rio que a gente não pode comer o peixe, a gente não pode pescar mais, agente não sabe quando que vai poder pescar porque continua descendo essa lama dentro do rio. Todos os índios aqui pescam e gostam de comer peixe, vai para a beira do rio pescar, hoje não pode, então está sendo muito difícil pra nós. A gente quer comer um peixe e não tem. Eu nunca parei de pescar, toda vida eu pesquei, posso estar mexendo aqui no curral, eu acabo de tirar o leite e vou pro rio, agora que não tem jeito mais. Sou profissional, tenho carteira de pesca. A gente pescava pra consumo, e comercializar também só parei depois da lama né, meu bote está lá no seco lá, no pasto, puxei ele pro seco deixei ele lá [pausa angustiada]. (Basílio Krenak, 2016, informação verbal)

O relato revela angústia do entrevistado com o fato de não poder mais exercer a pesca, e de não poder comer o peixe. O sentimento de frustração por terem os peixes contaminados e não poderem mais se alimentar com seu alimento tradicional, foi relatado em vários momentos, por diversos entrevistados. Chama atenção a dificuldade ainda presente nos Krenak para falarem dos impactos do desastre, devido ao sentimento de dor expressado e também percebido nas pausas, palavras e lágrimas derramadas durante as entrevistas, assim foi na entrevista de história de vida com Dona Laurita Krenak (Figura 23):

Agora eu [...] da lama? [pausa angustiada, lágrimas nos olhos]  
 Nós sempre tinha água pra beber, tomar banho, pra mim foi o pior...acabou tudo que a gente tinha [voz trêmula ao abordar o assunto] tem peixe, mas uns falam que os peixes estão doentes, uns falam isso e eu penso assim: água não teve melhora boa pra nois não! Eu sempre penso mas não falo nada, fico calada, porque eu não gosto de ficar puxando esse assunto. Ah...eu fui lá perto ver, eu acho que não mais melhora né... sinto, mas, o que que vai fazer? Voltar como era? Não volta mais não! Ah eu não gosto de falar não. Minha cabeça dói, desculpa...não pede pra falar isso....porque quando a água tava boa tudo era bom pra gente, agora piorou tudo, agora piorou tudo pra nós, eu queria que isso aí melhorasse, bem, mas não melhora não.(Laurita Krenak, 2016, informação verbal)

Figura 23: Entrevista de História de Vida com Dona Laurita Krenak



Fonte: arquivo pessoal, 2016

A pesca no Rio Doce proporcionava aos Krenak além da segurança alimentar e renda, o fortalecimento das relações sociais, vez que a atividade era feita, muitas vezes, também de maneira coletiva, principalmente nas noites de lua cheia e envolvia diversos membros dos variados grupos dos Krenak. Para os *Borun*, a pesca estava diretamente relacionada com sua cultura e relações sociais, conforme nos relata Renaldo:

Tudo em volta do rio que a gente faz frequentemente, hoje perdeu o sentido, você não pode pescar. A gente ia pescar, montava barraca, dormia na beira do rio, assava peixe, comia junto, dançava, cantava na beira do rio e hoje em dia não vai mais, que não pode mais pescar no rio. Se a lua fosse cheia a gente ia pescar de tarrafa, fazia fogueira, assava peixe, cantava sentado lá, conversava dormia pelo rio, hoje não dá mais. Antes a gente ficava muitos dias, depois quando veio o projeto do gado a gente ia e voltava na hora de ir pro curral, e depois voltava pra lá, hoje em dia não tem mais como fazer isso, tinha gente que vinha lá do Nego pra pescar aqui, agora desse jeito o peixe do rio nem sobe; afetou muito a cultura nossa, nosso meio de vida, afetou demais da conta (Renaldo Krenak, 2016, informação verbal).

Outra atividade tradicional prejudicada, relatada pelos Krenak, foi a caça. Mesmo que a disponibilidade de animais para essa atividade não fosse mais abundante como em tempos passados, os Krenak ainda a praticavam. Além da morte de diversos animais silvestres com a passagem da lama, eles têm percebido que alguns animais parecem estar doentes conforme relato do ancião Lírio:

Outro dia mesmo eu tava mostrando o Di, lá na beira do rio lá uma capivara, não tem nem pelo; pelada a cacunda do bicho, ali é a água, a lama que fez isso ali. Como é que você vai comer peixe? Como é que você vai matar uma capivara pra você comer? Não tem como, você olha pra cara do bicho e vê que está doente. Basta você olhar que você vê, que o bicho tá com defeito. (Lírio, 2016, informação verbal).

Conforme pode ser percebido nos relatos acima, existe uma grande insegurança também quanto ao consumo de peixes e animais devido à possibilidade de estarem contaminados, mostrando um impacto subjacente aos já relatados que é a insegurança e o medo que permeia a população.

Os Krenak perderam também espécies de plantas que utilizavam para fazer artesanatos e que se encontravam nas matas ciliares do rio. Exemplo disso foi relatado pelo casal Lírio e Dejanira durante a entrevista de história de vida que concederam:

Outro dia eu fui olhar, fui buscar o material pra fazer a flecha, “o obá”, que dava na beira do rio, secou tudo! Não trouxe nada... É uma cana, um tipo de cana que dá na água, na beira do rio, a gente tira o pendão dele pra fazer artesanato, fazer flecha, acabou tudo, não tem mais nada. Tinha muito, antes tinha muito. Agora acabou (Lírio, 2016, informação verbal)

Eu fui mais ele caçar o material pra fazer flecha de obá, fui lá caçando, e não vê nada, eu falei com ele, ixi!! Como é que nós faz? Éh, eu vou caçar pra esses córregos aí pra dentro, lá que tem né. aqui nós não temos as coisas de fazer artesanato, lá nos Sete Salões tem. Tem “zói de cabra”, de fazer colar, “zói de pombo”, olho de vaca, açai. (Dejanira Krenak, 2016, informação verbal).

Os “*córregos aí pra dentro*” citados por dona Dejanira, referem-se tanto aos afluentes do Rio Doce, na TI demarcada, quanto aos córregos do território tradicional reivindicado dos Sete Salões. Segundo relataram, e conforme nos foi mostrado na caminhada que fizemos àquela área, uma grande variedade de sementes, cipós e outros materiais importantes para a produção de artesanatos são ali encontradas. (Figura 24)

Figura 24: Exemplo de semente para o artesanato na área dos Sete Salões



Fonte: FIOROTT, 2016

### 3.3.4. Impactos sobre o projeto de pecuária e sobre os plantios

O projeto de pecuária leiteira desenvolvido pelos Krenak fruto de um acordo extrajudicial entre os indígenas e a Vale, por conta dos danos trazidos pela Hidrelétrica de Aimorés (de propriedade consorciada da Vale e Cemig), é, para muitas famílias, importante meio de renda. Mesmo que não seja uma atividade tradicional, são anos de comprometimento de vários Krenak com o desenvolvimento dessa atividade. O rio Doce era essencial para o sucesso desse projeto; a preocupação primeira dos Krenak foi com a contaminação dos animais ao ingerirem a água contaminada pelos rejeitos da lama. A solução inicial encontrada foi a construção de uma cerca ao longo dos aproximados sete quilômetros de margens do Rio, para impedir o acesso dos animais; assim relatou Basílio Krenak:

Claro que a lama que traz impacto pra pecuária, pois o gado não pode tomar a água do Rio Doce; tem esse problema, lá em baixo lá diz que cercaram a área, cercaram a margem pro gado não ir no rio, mas assim mesmo infelizmente sempre toma né, não tem como. (Basílio Krenak, 2016, informação verbal)

Ao ser questionado se houve queda na produtividade Basílio respondeu:

Muita uai! E aí e somado a seca né, eu nunca vi uma seca igual à desse ano. O pasto acabou tudo. E esse recurso emergencial está sendo bom, está sendo aproveitado, a gente está aproveitando. Ai! Ai! Se não fosse esse recurso (Basílio Krenak, 2016, informação verbal)

O desastre piorou ainda mais as já adversas condições para o desenvolvimento da atividade pecuária na TI Krenak. O limitado espaço territorial, a devastação da terra, e a seca somam-se para agravar as condições para o desenvolvimento do projeto. Avaliações comparativas da produtividade de leite antes e depois do desastre precisam ser realizadas, para melhor mensurar esse impacto.

As áreas agricultáveis às margens do rio Doce foram contaminadas pelos rejeitos da mineração, e muito embora essa não seja uma atividade principal na TI Krenak, ela é desenvolvida por algumas famílias em seus quintais, ou mesmo em roças maiores próximas ao rio. Dessa forma as cheias do Doce que antes tornavam mais férteis essas áreas agora, com a contaminação pelos rejeitos, podem inviabilizar o uso do solo pelas famílias.

Somados, os impactos à pecuária leiteira, à pesca, à produção dos artesanatos refletem um grande impacto à sustentabilidade econômica do povo Krenak.

### 3.3.5 Impactos ao lazer

O *Uatu* era o lugar de lazer do povo Krenak. Suas águas e praias testemunharam momentos de alegria e socialização entre os *Borun* e também com parentes de fora, como na realização dos jogos indígenas de Minas Gerais, um ano antes do desastre, o que já não é mais possível (Figuras 25 e 26). As crianças, ao saírem da escola sempre iam para o rio nadar e brincar, como foi relatado. Os trechos das entrevistas transcritos a seguir demonstram como os Krenak têm percebido essa situação:

Figura 25: Jogos indígenas na margens do *Uatu* em 2014



Fonte: FUNAI, 2014 – adaptação do autor.

Figura 26: Margens do *Uatu*, depois da lama



Fonte: FUNAI, 2015 – adaptação do autor.

Pra nós aqui, dentro da comunidade, você não pode tomar um banho no rio que é onde os índios iam tomar banho, o pessoal tudo ia pra praia lá tomar banho na beira do rio hoje não pode mais. (Basílio Krenak, 2016, informação verbal)



As crianças, à tarde viviam tomando banho de rio; saíam da escola e iam pros córregos, pros rios, hoje não vão mais. (Aparecida Krenak, 2016, informação verbal)

Em relação a nossa cultura ela foi muito afetada, hoje em dia o meninos me chamam direto pra ir pro Rio, a minha menina mesmo fala, vão lá pro rio, ela era acostumada a ir pro né, mas a gente não pode, então a cultura indígena foi muito afetada. Nossa relação com rio para o lazer era muito ampla, nossa relação com rio é muito grande, perdemos muito nessa questão Essa parte também de cantos de reunião na beira de rio, acabou, não tem mais. (Renaldo Krenak, 2016, informação verbal)

O lazer - assim como a pesca, a caça e a coleta - são relacionados pelos Krenak à sua cultura, identidade e socialização, desse modo é possível inferir que impactando os primeiros, as consequências se estendem aos segundos, ampliando as percepções dos impactos que se acumulam e se potencializam, trazendo assim mais sofrimento.

### 3.3.6 Impactos à Cultura e às relações sociais

Para além da relação supracitada das atividades de pesca, caça e coleta, relativas à cultura Krenak, como relatado no Capítulo 2, os Krenak apresentam uma íntima relação de ordem espiritual e cosmológica com rio Doce. Como discutido naquele capítulo o rio Doce é lugar sagrado para os Krenak, local de morada dos *Marét*, que com o desastre deixaram de habitar o rio. Na cartilha *Ithok Ererré*, produzida pela associação do grupo *Atorân* para o ensinamento da língua nativa às crianças, os Krenak explicam sobre os *Marét*:

Em um lugar muito particular habita uma numerosa geração de espíritos chamados *Marét*. Os *Marét* têm a forma e o tamanho como uma pessoa comum e vivem nesse lugar em riqueza e muita abundância. Para os *Marét* não há doença nem morte. Sabe-se que certa vez um *Borun* de muitos poderes fez uma derrubada e a queimou. Depois de feito isso, chamou sua mulher e se mudou para outro lugar. “Você não vai plantar na sua derrubada?” perguntou a mulher. “Não preciso plantar nada”, respondeu o homem. Foram embora. Alguns meses depois o homem mandou seu parente, da aldeia, ver como estava a derrubada. “Por que você mandou seu primo para a roça sendo que não plantaste nada?” Quando o primo do homem chegou à roça, achou vários frutos que lá cresciam. O primo voltou para a aldeia, cheio de frutos e coisas da roça. E a mulher ficou admirada e grata. Porém o marido da mulher disse: “viu como são as coisas mulher, os *Marét* fizeram tudo por nós. Basta ter força espiritual e acreditar!”

O trecho acima demonstra a relação de confiança que a cultura Krenak estabelece com os *Marét*, e por consequência com o *Uatu*, um dos lugares de sua habitação. São os *Marét* quem provêm os recursos necessários àqueles que têm força espiritual e acreditam.

Proporciona tranquilidade aos *Borun* quanto à provisão de suas necessidades. Sem esse importante ente, a cultura e a espiritualidade Krenak, elementos da identidade do povo, encontram-se duramente afetadas.

Outro importante patrimônio cultural Krenak, a chamada Ilha da Resistência foi impactada com a passagem da lama de rejeitos da Samarco. Segundo Itamar Krenak (2009), no livro *Uatu Hoom*, esse lugar, permitiu que alguns indígenas ficassem escondidos, refugiados – ali formando uma aldeia – na época das diásporas a que foram impostos. Com esse refúgio, e a permanência de alguns no território, na concepção dos Krenak, os *Marét* agiram, possibilitando o retorno posterior de outros Krenak, e a reconquista da terra. Para os Krenak se não fosse esse a Ilha da Resistência, possivelmente tinha sido extinta a sua aldeia e sua população.

Em entrevista de história de vida, Dona Laurita relembra essa ilha, e as relações sociais que ali compartilhava:

De primeiro eu morava ali, a água era funda ali, era uma ilha, o povo descia todo ali pra gente encontrar e conversar. Na época que os fazendeiros andavam, a gente ficava mais protegidos nas ilhas. Fui acostumada com um monte d'água; olho lá no rio, e lembro do povo tudo na beirada do rio, pescando, bebendo água, cantando o toré na beira da água, e agora cadê? (Dona Laurita, 2016, informação verbal)

Além da importância para a memória cultural do povo Krenak, as ilhas e o rio Doce também eram lugar de socializações. A convivência permitida pelas atividades diversas na beira do rio (como as pescarias, as caçadas e os rituais em noites de lua cheia) promovia o fortalecimento das relações sociais internas, o que também foi, dessa forma, impactado. Para Renaldo Krenak, como nos relatou na entrevista, com a cultura impactada outras consequências se somam afetando ainda mais os Krenak:

[...] ao invés de estar cantando dançando, comendo peixe assado, agora vai pra rua, não tem mais o que fazer aqui, aí o índio vai pra rua. Vai beber, vai dançar, vai farrear na rua, talvez até mexer com outras coisas. No meio de muita gente a influencia é grande né. Pra mim não adianta só ter o dinheiro se você não pode ter o lazer da cultura, de estar lá com seus irmãos, primos, parentes, alegres na beira do rio, fazendo o que a gente gosta de fazer (Renaldo Krenak, 2016, informação verbal).

Renaldo aborda ainda a impossibilidade de realização dos rituais de batismo, que eram realizados no rio, inicializando as crianças na cultura Krenak:

A nossa tradição que a gente tem sobre o rio, nossas danças, o banho que as crianças têm que tomar: tem muita criança que nasceu depois que o rio foi poluído, ficou sem ser feito. Quando a criança nasce nós banha ela no rio né, pra lavar, pra crescer, ser limpa, toda uma cultura dessa natureza em torno do rio. Então como o rio está agora, que não pode ser acessado, essa parte aí da nossa cultura perdeu, tem muita criança que nasceu depois que o rio ficou sujo, então essa parte de tradição não foi feita, então é uma perda muito grande (Renaldo, 2016, informação verbal)

Renaldo explica também a forma e os significados do ritual para a cultura do seu povo:

A índia mais velha pega a criança e vai no rio e lava, banha né, como sinal de vida longa, prosperidade, limpeza dos pecados, sai uma criança nova, é um ritual muito sagrado pra gente, todas as crianças devem passar. Ritual nosso que todas as crianças nossas aqui foram feito esse ritual, e agora com esse rio assim não dá pra fazer. Era feito assim que nasce, que a mãe já pode andar já leva no rio. Ou, quando nasce no hospital, quando chega aqui, assim que a mulher pode andar leva pro rio também. Então isso esse perdeu. (Renaldo, 2016, informação verbal)

Como pode ser percebido nos relatos, os impactos à cultura e à sociabilidade também se relacionam com a saúde, tanto de adultos quanto das crianças. Para os primeiros as perturbações sociais parecem estar gerando um aumento do uso de bebidas alcoólicas. Já as crianças tornam-se mais vulneráveis a doenças ao não passarem no ritual que inaugura a sua vida enquanto *Borun*. Diversos outros impactos à saúde tem sido relatados, e é o que passaremos a discutir.

### 3.3.7 Impactos sobre a saúde Krenak

Uma das áreas mais afetadas na vida dos Krenak foi com relação à sua saúde. Essa foi outra preocupação presente entre eles desde as suas reivindicações emergenciais ante ao desastre. O rio Doce era considerado extremamente importante para saúde física, mental e espiritual dos Krenak. Segundo uma das entrevistadas durante a pesquisa, saúde para os Krenak está relacionada às condições e recursos proporcionados pelo *Uatu*:

Saúde é ter tudo que nosso: hoje não temos nosso sagrado *Uatu*, não tem “*bok*” (peixe), não tem “*rimbon*” (capivara), não temos matas, não temos saúde e nossa vida cultural. (Aparecida Krenak, 2016, informação verbal)

No grupo focal realizado sobre o tema, uma das perguntas norteadoras questionava por que o *Uatu* é importante para a saúde do povo Krenak, no Quadro 4 estão sistematizadas as relações que os participantes, representantes Krenak, fazem entre sua saúde e o rio.

Quadro 4: Importância do *Uatu* para a saúde

<b>Por que o <i>Uatu</i> é importante para a Saúde do Povo Krenak</b>		
Porque é dele que caçamos, pescamos e vemos a alegria das nossas crianças;	Porque ele é tudo;	Pesca, alimentação saudável;
Ele é importante em vários pontos: pesca, caça, lazer, cultura;	Porque através do <i>Uatu</i> é que nos traz a alegria, amor, paz e o nosso sustento;	Porque o <i>Uatu</i> é vida;
Porque sem ele não vivemos;	União;	Alimentação Saudável;
Porque quando nós íamos para o rio nós tomava banho, pescava, ajudava no psicológico do povo. Hoje não tem como distrair os pensamentos. Era um ponto onde todos conversavam, se encontrava, distraía, nadava;	Alimentação Saudável;	Permite encontros, saúde mental;
Sempre foi pai e mãe do povo Krenak;	Ervas medicinais;	Água é vida! Peixes, caças, lazer e bem estar.
Banho, natação;	Cultura, Esporte;	Porque é sagrado, é insubstituível, é vida Krenak.

As respostas perpassam pela segurança alimentar, pela cultura, socialização, lazer, pela medicina tradicional Krenak, demonstrando a visão ampliada de saúde que opera entre a etnia. Sendo assim, com todas as áreas da vida impactadas com o desastre, logo, pode-se perceber que a saúde, enquanto conceito de bem estar e equilíbrio, físico, mental e espiritual, fora amplamente afetada pelo desastre.

Uma das grandes queixas que os Krenak têm relatado é quanto aos impactos à saúde mental da população. Diversos têm sido os relatos de medo, depressão, estresse, ansiedade e aumento do uso abusivo de bebidas alcoólicas. Esses sintomas podem ser observados em trecho de entrevista transcrita abaixo:

Agora as pessoas vão pra rua, ficam dois três dias lá pra rua; alguns consomem mais álcool, principalmente os jovens, então assim, deu uma... não é perturbada, mas deu uma transviada, tipo um desvio, não é bem uma perturbação é tipo um desvio. (Renaldo Krenak, 2016, informação verbal)

Outro entrevistado relata o caso de um dos pescadores da aldeia:

[...] ele quase tinha parado de beber antes, e agora bebeu muito, ele queimou a tarrafa de pescar, ele comia cascudo só com sal dentro da água, e agora ele tá bebendo todo dia. (Douglas Krenak, 2016, informação verbal)

Os sintomas de depressão, como tristeza, apatia, medo também tem sido relatados, demonstrando a gravidade dos impactos à saúde mental coletiva dos Krenak. Conforme relatos das profissionais da Equipe de Saúde Indígena e representantes Krenak, participantes do grupo focal, esses sintomas tem sido percebidos com frequência na aldeia:

Se perdeu a forma de encontro das famílias na beira do rio, então se perdeu convívio, pra estar contando estórias, pra ter um momento de lazer, então ficou um pouco de isolamento principalmente das pessoal mais velhas. Então as pessoas mais velhas a gente nota que estão muito tristes, reclamando muito. (Dentista da Equipe, 2016, informação verbal)

Tem idosos que começam a chorar porque tinha o peixe que fazia o remédio, e agora não vai ter o peixe e o remédio mais. Então se perdeu essa alegria. (Aparecida Krenak, 2016, informação verbal)

Muitos relatos coletados durante a pesquisa informam a frustração e dor dos Krenak, como se estivessem exilados no próprio território. Para muitos também o sentimento é de que, o desastre não matou só o rio, mas os Krenak junto. Trechos dessas falas já foram transcritas em momentos anteriores neste texto, e serão retomados a seguir, mas é importante registrar aqui também esses sintomas de impacto à saúde mental dos Krenak.

Em reuniões de acompanhamento do acordo emergencial os indígenas demandaram à Vale e à SESAI, acompanhamento de psicólogos e psiquiatras, para atendimento e intervenção diante desse quadro. Apenas por parte da SESAI visitas pontuais de profissionais de psicologia foram feitas. Foi exigido da Samarco/Vale/BHP que a equipe de consultoria contratada para fazer os estudos de impactos, fosse também composta de profissionais dessa área para intervirem junto à aldeia.

Outro importante aspecto de impacto à saúde refere-se à medicina tradicional Krenak. Diversos remédios vindos da vegetação ciliar, extremamente importante, para os processos de cura, foram perdidos com a passagem da lama, e os Krenak entrevistados indignam-se com mais essa perda:

Na beira do rio tinha remédios. Tinha muito, muitas coisas a gente achava, tinha pra fazer chá; pela altura que lama passou contaminou tudo também, é assim, acabou! Como é que você vai socorrer? Como ir lá e buscar um remédio agora, pra fazer uma chá pra gente tomar? Não tem jeito mais! (Dejanira Krenak, 2016, informação verbal)

Foi a Vale que causou esses problemas todos aí! Como é que eles vão voltar essa questão do peixe aí que é utilizado na medicina tradicional? É uma questão que nós temos que discutir. As plantas medicinais que tínhamos aqui, endêmicas, como a cidreira do rio Doce, como as outras que tinha, né,

pra questão da saúde, como eles estão pensando isso? (Dejanira Krenak, 2016, informação verbal)

Para além das plantas de uso medicinal, os Krenak têm o hábito de utilizarem como medicamento tradicional uma “pedra” (um tipo de calcificação) existente na cabeça de determinados peixes que eram encontrados no Rio Doce, assim nos relatou Dona Dejanira:

A Curvina serve pra remédio, ela tem uma pedra na cabeça, e aquela pedra serve pra remédio pra gente, pra dor de bexiga, a gente cozinha ela e bebe, e serve pra remédio. Serve pra quando está com dor por dentro, é um antibiótico. A gente sempre guarda as pedras dos peixes. Hoje a gente não tem mais. A gente conhece vários remédios da beira do rio, mas agora a gente não acha mais nada, morreu! (Dejanira Krenak, 2016, informação verbal)

Outro aspecto da saúde tradicional Krenak que não está mais sendo realizado, são os batismos das crianças no *Uatu*, como relatado quando foram abordados os impactos à cultura. Para os Krenak esse é um processo também de purificação que permite às crianças crescer livres de problemas de saúde.

O rio Doce era fonte de comida tradicional para a população Krenak, uma diversidade de alimentos, que para os Krenak eram fornecidos pelo *Uatu*, hoje não podem ser acessados. Dentre esses foi destacado pelo grupo focal uma grande quantidade de espécies de peixes e outros animais além de plantas das matas ciliares e ilhas: “pacumã, sairú, cascudo, tucunaré, viola, pintado, tilápia, lagosta, capivara, paca, jacaré, tatu, sapucaia, erva cidreira, capim santo, caratinga”. A caratinga era uma espécie de tubérculo muito apreciada pelos Krenak, conforme relata Dejanira Krenak:

A caratinga, a comida do índio, era o alimento do índio antigamente, aqui a gente não acha mais. A gente comia cozida, assada, é muito gostoso, é bem nutritivo, forte. A gente fala, “*amão*”, na língua, eu vou achar a semente dele pra plantar. (Dejanira Krenak, 2016, informação verbal)

A caratinga dava nas ilhas, daí atrapalhou, e a gente comia, era a comida do índio, parece cara, cara-moela. (Aparecida Krenak, 2016, informação verbal)

A perda da alimentação tradicional ocasionada por impactos de empreendimentos e agravadas pelo desastre da Samarco/Vale/BHP, tem promovido o aumento do consumo de alimentos industrializados, o que está relacionado ao exacerbado aumento de casos de hipertensão, diabetes e obesidade entre os Krenak, sendo esses os principais problemas de saúde da população, conforme apontado nas entrevistas e no debate do grupo focal. Inclusive

o aumento da cárie dentária pelo maior consumo de industrializados, também tem sido observado:

Os nossos principais problemas de saúde aqui, é hipertensão, obesidade, diabetes, que estão ligados, a sustentabilidade, segurança alimentar. (Douglas, 2016, informação verbal)

Tem aumentado recentemente, hipertensão, tem aumentado o consumo de produtos industrializados. (Enfermeira da Equipe de Saúde, 2016, informação verbal)

O índice de cáries, devido ao aumento de produtos industrializados, também tem aumentado nas crianças nesse último ano. (Dentista da Equipe de Saúde, 2016, informação verbal)

Além dos agravos já relatados, o aumento do consumo de produtos industrializados tem acumulado uma grande quantidade de resíduos sólidos na aldeia, aumentando a quantidade de mosquitos, o que coloca os Krenak em maior risco de infecção por doenças que têm mosquitos como vetor, tais como dengue, chikungunya, zika e febre amarela, as chamadas arboviroses. Até o momento da pesquisa esses agravos ainda não haviam sido identificados pela equipe de saúde, conforme relataram os profissionais. O aumento do acúmulo de lixo é agravado pela distribuição de garrafas *pet*, para o fornecimento de água mineral diária, conforme ficou acordado no termo emergencial dos indígenas com a Vale.

A água mineral distribuída pela empresa é acondicionada em garrafas *pet* de 1,5 litros. Dessa forma, fazendo uma conta rápida, como o acordo determina a entrega de cinco litros por pessoa por dia, tendo como parâmetro o número de seiscentas pessoas, isso totaliza a quantidade de três mil litros de água mineral por dia. Estes, acondicionados em garrafas de 1,5 litros, representam a entrada na aldeia de 2.000 garrafas por dia; 60.000 garrafas por mês; e, 720.000 garrafas por ano, o que, por si só já significa um grande impacto de poluição na TI Krenak. Isso explica a grande quantidade de resíduos sólidos, principalmente garrafas *pet* espalhadas pela aldeia, como observado durante a pesquisa (Figuras 27 a 30).

Figura 27: Acúmulo de resíduos sólidos da TI Krenak



Fonte: FIOROTT, 2016

Outro fator que favorece o acúmulo de resíduos são as embalagens de complementação alimentar para o rebanho bovino. No acordo emergencial ficou determinado que a Vale fornecesse alimentação volumosa (silagem) e sal mineral. Esses vêm acondicionados em embalagens plásticas que acabam por acumular mais lixo na aldeia, como pode ser observado na foto a seguir (Figura 31).

Figura 28: Acúmulo de embalagens de complementação animal da TI Krenak



Fonte: FIOROTT, 2016



Segundo os relatos colhidos durante o debate do grupo focal também foi citado o aumento dos casos de infecções de pele e ouvidos, e acredita-se que essas possam estar relacionadas ao mau acondicionamento da água potável distribuída pela Vale, e armazenadas em caixas d'água de 2000 litros. Essas caixas ficaram inicialmente, no chão ao lado das casas, e após ajustes do acordo emergencial, estão sendo feitas estruturas para suspendê-las.

Como pode ser observado ao longo dos relatos, diversos são os impactos à saúde da população Krenak, nesse sentido é extremamente importante o acompanhamento das autoridades sanitárias para cobrarem das empresas as ações que mitiguem tais impactos. Mais uma vez é necessário que os empreendedores, consultores, agentes governamentais, entre outros, compreendam a concepção de saúde dos próprios Krenak, como ela está relacionada com o *Uatu*, e em que medida se reflete ou se associa no que o povo entende por sustentabilidade para que se tenham ações efetivas de proteção, promoção e cura desses processos, causados ou agravados pelo desastre.

### 3.3.8. A morte do *Uatu*, exílio Krenak em seu próprio território

Conforme já abordado, os Krenak velaram o Rio Doce quando da passagem da lama, vez que em sua visão o rio fora morto. Um dos maiores impactos percebidos durante a presente pesquisa foi a extensão do luto dos Krenak, passado mais de um ano da chegada da lama na TI. A falta de informação adequada sobre o desastre e seus desdobramentos acaba gerando mais frustrações, desconfiança e desesperança em meio a essa população. Nos trechos destacados das entrevistas, apresentados a seguir, são nítidos a angústia e insegurança dos *Borun*, agravadas pela ausência de informações adequadas:

O principal problema tem sido a falta de informação, cada um fala uma coisa com relação ao rio, uns fala que tem muito metal pesado, outros falam que não tem, e não tem uma entidade que faça um estudo detalhado sobre isso. Falam que enquanto tiver essa lama não pode pescar, não pode comer o peixe do rio (Renaldo Krenak, 2016, informação verbal)

Hoje a gente come peixe, **mas é com medo**, também não sabe de onde vem, até a água do mar é contaminada, o peixe também é contaminado. Então a gente não sabe onde vai arrumar peixe pra comer, e tá difícil, então o povo ainda come esses peixes ainda, o pessoal, come. Eu falo: você pode comer, você pode beber, você pode tomar banho: hoje não vai te acontecer nada, mas que vai te prejudicar primeiro, vai judiar da sua saúde primeiro, aí depois que vai acabar com você (Lírio Krenak, 2016, informação verbal, grifo nosso)

[...] na beira da água, e agora cadê? Quem vai passar lá perto pra ficar

doente? não pode ficar lá que pega doença. (Laurita Krenak, 2016, informação verbal)

O medo e a insegurança sobre os possíveis impactos que já ocorreram e que ainda poderão acontecer em decorrência da ação desastrosa da Samarco/Vale/BHP, tem permeado o sentimento dos Krenak, configurando-se como impactos subjetivos provocados pelo desastre.

Outro sentimento expresso pelos Krenak é a saudade. As anciãs Krenak ao falarem do tempo em que o *Uatu* estava limpo assim expressam:

[...] ele falou: mas eu tava com **saudade** de peixe do tempo de antigamente, do peixe do *Uatu*!”(Dejanira referindo-se a fala de seu irmão Euclides antes do seu falecimento, 2016, informação verbal, grifo nosso)

O ser humano vai fazendo represa, ele pensa que tá bem feito, mas Deus vai, e destrói a qualquer momento, mas quem cabou com nosso rio não foi Deus, foi o ser humano, que soltou a água, represou, poçou, aí cabou tudo! **Mas eu fico com saudade.** (Dejanira Krenak, 2016, informação verbal, grifo nosso)

Nóis antigos já estão morrendo tudo né. Muitos estão aí doente...mas a gente pensa muito, como diz: *kraí* - homem branco - não escuta! Acha que não sujou pra hoje, mas *Borun* morre de **saudade** (Laurita Krenak, 2016, informação verbal, grifo nosso)

A recorrência do uso do termo saudade remete aos períodos em que os Krenak estiveram exilados em outras terras longe do *Uatu*. No entanto, agora, apesar de não terem sido removidos para outro local, os Krenak relatam a saudade que sentem do Rio Doce e do tempo em que a vida Krenak era baseada nas ações e relações que envolviam esse rio. Exilados no seu próprio território, sem acesso ao seu parente mais caro, o *Uatu*, e ainda sem o direito de usufruírem do seu território tradicional dos Sete Salões, a situação dos Krenak é de exílio forçado, sem paredes físicas ou agentes da ditadura para prendê-los, mas com os pés atolados e apreendidos na lama despejada pela Samarco/Vale/BHP em seu território, parados no tempo, como relatou um dos entrevistados:

Parece que o tempo parou depois que essa lama veio, que agente nunca que esperava que ia acontecer esse problema de tudo que aconteceu ai. Antes do acontecimento a vida era outra: tinha caça, tinha peixe, tinha muitas coisas aqui pra nós, hoje não; hoje nois tão parado (Lírio Krenak, 2016, informação verbal, grifo nosso)

Os sentimentos de medo, desesperança e saudade, acompanham outro sentimento expressado pelos Krenak em diversas entrevistas: o de que agora está tudo difícil, ou de que tudo acabou, que não tem mais volta, e que a morte se aproxima:

Esse rio, acho que nunca mais vai voltar ao normal, toda vida agora ficou contaminado (Basílio Krenak, 2016, informação verbal)

Mas é difícil moço. Eles falam que daqui mais uns anos vai melhorar, vai acabar, e água vai voltar ao normal. Essa água nunca vai voltar ao normal, nunca! (Lírio Krenak, 2016, informação verbal)

Que nossa água mesmo de verdade aqui mesmo acabou; essa aí não tem volta, pra nunca mais! Mas faz muita falta viu! Muita falta esse rio aí. Rio é sagrado! Tem hora que eu fico sentada assim pensando, gente porque que acabou? Acabou com nosso Rio? Nossos índios acabou tudo! Agora pra piorar acabou nosso rio, acabou nosso peixe, acabou tudo! Mas dá muita tristeza viu! Porque que aconteceu isso? (Dejanira Krenak, 2016, informação verbal)

A gente que é velho que era acostumado, aí morre e já acabou; eu ia lá no rio beber água, agora só água engarrafada. Eu fico pensando, voltar a água? Não volta mais, esta cada vez mais sujando, ainda bem que a gente esta véio... (Laurita Krenak, 2016, informação verbal)

Diante desses sentimentos, para muitos, não há ainda o que responder quanto ao que fazer daqui pra frente:

Pra mim tá muito difícil, a situação pro nosso povo está muito difícil, eu não sei como vamos fazer até agora no momento assim, eu não sei. Ah é muito difícil né, essa explicação é difícil. Como é que nos vamos fazer? Ficar bebendo água mineral e tomando... só bebendo essa água? Fazer o que? tá difícil! Parece que não tem outra alternativa pra gente sobreviver, parece que vai ser só na água mineral, até enquanto a Vale tiver dando, na hora que cortar, aí vai dar problema. (Basílio Krenak, 2016, informação verbal)

Ao ser questionado sobre possíveis impactos para as gerações futuras em decorrência do desastre, um dos entrevistados responde:

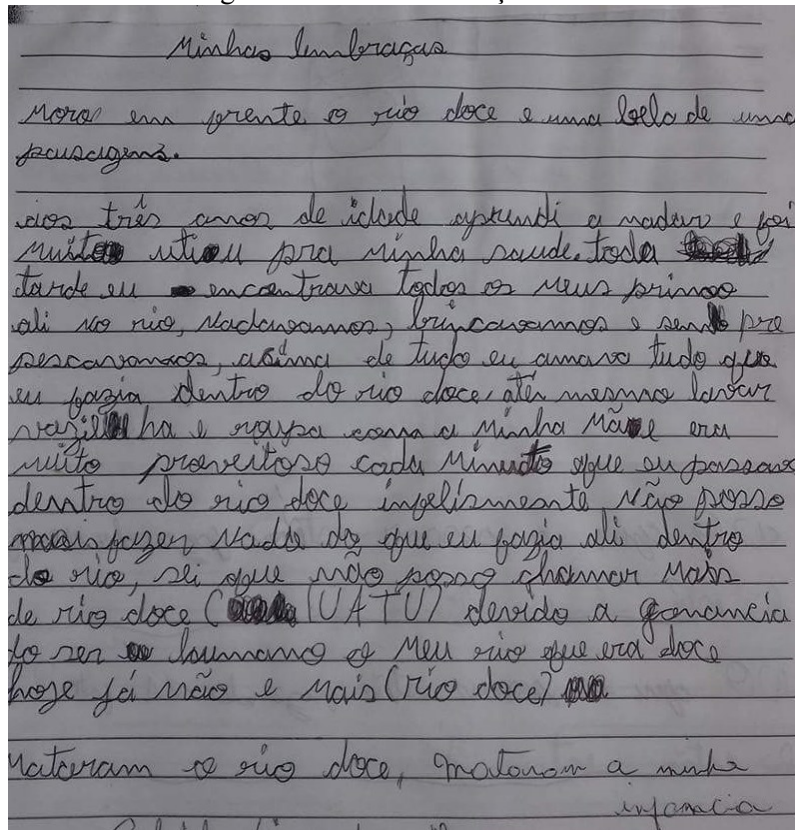
Vai perder o apego pela preservação. A gente tem um apego, não só pelo rio, mas pelas águas, árvores, pelo meio onde a gente vive. Isso tudo vai ser desvalorizado, podem perder o vínculo com o meio onde vivem. Quando agente está vinculado na terra, no meio onde está vivendo a gente cuida, preserva, agora quando perde esse vinculo, começa a não querer cuidar, não tem apego, o meu **medo** é esse. Que essa juventude que está começando a crescer agora não ter mais esse contato diretamente com rio, que engloba tudo, e passar a não cuidar mais do meio onde está vivendo, do nosso território. (Renaldo Krenak, 2016, informação verbal, grifo nosso)

Nesse mesmo sentido Dona Laurita argumenta:

Os índios novo não vai saber o toré do rio, então pra eles não é a mesma coisa. (Dona Laurita, 2016, informação verbal)

Mesmos as crianças Krenak relatam a morte como sentimento relacionado ao desastre da Samarco/Vale/BHP. Conforme pode ser lido no texto abaixo escrito por uma criança Krenak a partir de atividade proposta pelos professores indígenas (Figura 32)

Figura 29: Texto de criança Krenak



Fonte: FIOROTT, 2016

Ora, se o “ser” Krenak está relacionado a uma íntima relação espiritual com o *Uatu*, as novas gerações correm o risco de “não mais ser”. Reforça a ideia de que o desastre deve ser classificado em uma relação de genocídio/etnocídio, para com os *Borun*. Com a morte do rio, para os Krenak, para além do seu sentido físico, mas na dimensão espiritual, esse povo encontra-se hoje exilado em seu próprio território, sem as referências de identidade, subjetividade e sustentabilidade necessárias à reprodução física e cultural do ser *Borun*. O desastre parece ter buscado a morte ontológica da etnia pela supressão de elementos fundamentais para a constituição do ser Krenak, do ser *Borun do Uatu*.

### 3.4 Ações para superar o desastre: projetos de futuro, os Krenak Resistem

Mesmo com todo esse cenário de impactos, os Krenak apontam possíveis soluções para superar a tragédia do rompimento da barragem. Diversas articulações com outras instituições

de atingidos, universidades, pesquisadores nacionais e internacionais, os Krenak têm feito, buscando soluções diante dessa tragédia. Mesmo que ainda atordoados com tudo o que lhes aconteceu, os Krenak têm agido em prol da busca pela sustentabilidade da sua existência. Durante a pesquisa apontaram possíveis soluções para os problemas que vêm enfrentando com os impactos do desastre. Com relação à questão da água e dos peixes, por exemplo, algumas sugestões foram apontadas pelos entrevistados:

Vamos ter que pensar nessa questão de produção de água, a gente vai ter que produzir água, e hoje existem projetos de incentivo pra quem produz água. Tem um colega nosso que mostrou, chama Produtores de Água, a galera recebe um troco pra produzir água. De que forma agente traz isso pra dentro da aldeia? Aqui, a gente tem nascente aqui dentro. E a gente tem como produzir barraginhas aqui dentro, então tem como agente produzir água aqui dentro, (Douglas Krenak, 2016, informação verbal)

[...] eu fiz essa represa aí, eu vou por peixe nela, vamo ver se agente vai ter peixe aí daqui uns dias pra comer, que a gente não pode ir no rio. (Basilio Krenak, 2016, informação verbal)

O rio acabou, nós estamos acostumados em comer peixe, então podia pensar em projeto pra gente voltar a comer peixe, não precisa nem ser pra vender, mas pra gente poder ir e pescar e comer. Eu tinha interesse um dia se tivesse oportunidade de criar. (Lírio Krenak, 2016, informação verbal)

Conforme abordado no capítulo dois, uma das estratégias dos Krenak para garantirem a sua sustentabilidade é a proteção e transmissão da língua *Borun*. Alguns entrevistados sugeriram ações que caminham nessa direção:

Eu queria fazer uma cabana aqui pra falar encontrar, falar e ensinar a língua, mas não acha capim, sapé. A Deja fez uma lá... (Dona Laurita Krenak, 2016, informação verbal)

O conselho que eu daria é pra manter o futuro, tocar pra frente, aprender ne, e proteger, porque não pode acabar! Ensinar o jovem também! (Dejanira Krenak, 2016, informação verbal)

É importante que o Museu do Índio atue no projeto da Língua Krenak, que a UFMG e Secretaria de Educação atue também nesse projeto, na edição de cartilhas e materiais didáticos, pra gente poder contar a historia de como o Rio era usado, de como era a língua. Antigamente nós fizemos um trabalho que envolve a comunidade inteira que pensava o passado, presente e futuro, precisa retomar isso. (Tito Krenak, 2016, informação verbal)

Durante as atividades na TI Krenak, em uma das etapas desta pesquisa, foi proposto a realização de um cinema na aldeia (Figura 30). A maioria dos filmes exibidos foi produzida pelos próprios Krenak quando da realização desse projeto supracitado pelo professor indígena

Tito (do passado, presente e futuro). Participaram da atividade do cinema cerca de cinquenta pessoas, dos variados grupos e de diversas faixas etárias. Ao reverem suas produções, o planejamento realizado quando reconquistaram a TI Krenak, por meio dos seus próprios filmes, os olhos dos Krenak voltaram a brilhar (pelo menos naquele momento), o sorriso e a nostalgia no semblante de muitos estava estampado (Figura 30). A retomada desses planejamentos por meio de atividades que integrem e divirtam os Krenak, pode ser um caminho a ser seguido.

Figura 30: Exibição de filmes na TI Krenak



Fonte: FIOROTT, 2016

Uma das proposições relatadas durante a pesquisa, que também envolve o cuidado com a juventude e a criação de alternativas para os seus projetos de futuro é apontada por Marcelo Krenak:

Desde que eu comecei a participar das reuniões eu colocava a necessidade de um projeto social: o que seria esse projeto social? Hoje a gente vê os nossos jovens: ninguém quer estudar, por isso eu sempre falei de um projeto social de estudo mesmo, uma bolsa na faculdade, um transporte, incentivar o estudo, fortalecer o conhecimento. Quando você tem o conhecimento, é melhor; existe a bolsa do governo, mas tem que ir pra fora, e nosso povo não gosta de ir pra longe; então, com uma bolsa, o transporte, ia incentivar mais nossos jovens a estudar. (Marcelo Krenak, 2016, informação verbal)

Criar possibilidades para que os jovens consigam frequentar curso superior, sobretudo nas faculdades da região, é um dos caminhos apontados que podem promover mais autonomia e auxiliar os Krenak em seu reposicionamento a partir dos impactos do desastre.

A cultura Krenak, impactada pelo desastre, é um elemento de constituição do próprio povo Krenak. Alguns entrevistados destacaram a importância de ações que protejam e promovam a sua cultura possibilitando que os jovens também dela usufruam e que por meio

dela fortaleçam sua identidade *Borun* e orgulho de ser quem são. Os diálogos intergeracionais para transmissão da língua, do conhecimento e da cultura são apontadas como possíveis medidas para o plano de futuro dos Krenak, conforme relatado abaixo:

Esses meninos novos, não passaram o que os mais velhos passaram, e então temos que repassar pra eles, o que realmente eles têm que fazer, enquanto esses índio mais velhos tá vivo, que os mais velhos daqui uns dias vai embora. Então daqui em diante, se os mais novos de hoje em dias querem continuar do jeito que tá, eles tem aprender pra continuar, pra levar a vida, pra mostrar pros filhos, pros netos, e assim por diante; porque não adianta, eles falar nois tem que fazer de outra forma, não tem jeito de eles fazer. Primeiramente, eles tem que estar firme na cultura, eles tem que estar firmes na origem, ninguém aqui pode ter vergonha de falar que é índio, de praticar a cultura, então pra continuidade, tem que ser firme na religiosidade e na cultura, e mostrar a nação quem ele é. Aquele que tiver animado tem que levar a cultura, pra não acabar. (Lírio Krenak, 2016, informação verbal)

A segurança alimentar também é um fator importante que aponta para um caminho de vida mais sustentável e com qualidade de vida, e é motivo de perspectiva de futuro:

Plano de sustentabilidade a partir de ações como essa, preparar o terreno primeiro pra depois pensar em projetos, ver os problemas ambientais, de segurança alimentar, que nosso povo não tem, aí tudo esta voltado ao seu entorno mas se tivesse um trabalho intensivo com relação a segurança alimentar, de horta, ou ervas medicinais, então muita coisa que eu poderia tá comendo aqui eu evitaria de comprar lá fora (Douglas Krenak, 2016, informação verbal)

Dona a Dejanira aponta que a solução para segurança alimentar pode estar nos Sete Salões:

A caratinga tem a casquina dela que parece o maxixe cheio de espinhozinho só que é branca. Lá no Sete Salão tem dela; lá também tem córrego, tem lambarizinho, bagrinho. Sempre um reclama, porque que a gente não tem córrego, porque o nosso córrego não tem peixe no Sete Salão tem; lá a gente acha, os remédio, os peixes, e também a caratinga (Dejanira Krenak, 2016, informação verbal)

A demarcação do território tradicional dos Sete Salões é um dos projetos de futuro que mais trazem esperanças para os Krenak. Tido como fundamental para a sustentabilidade do povo Krenak (capítulo dois), o projeto de futuro é planejarem a gestão do território para que possam ter a mata, para praticarem a sua cultura, estarem próximos dos *Marét* que habitam as cavernas, retomarem sua saúde, conforme relata dona Dejanira:

A gente vai conversar com o pessoal tudo direitinho, pra conservar o Sete Salões, vigiar, porque tem a mata, o único lugar que tem a mata é o Sete Salões, o resto você não acha mata mais, acabou. Então tem proteger, pra fazer cabana, cultura, sagrada, e lá já tem, que é a caverna, lá nessa época que tá chovendo vai ter muitas flores, orquídeas, e muito remédio, tem remédio até pra dor de dente também. (Dejanira Krenak, 2016, informação verbal)

O tema da demarcação dos Sete Salões como pôde ser observado, perpassa por todas as dimensões da vida e da Sustentabilidade Krenak, desde a questão ambiental, cultural, espiritual, do convívio social, da economia, segurança alimentar, saúde, entre outras. Sendo uma medida de vital importância de ser equacionada para os Krenak continuarem se reproduzindo física e culturalmente. O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) - primeira fase do processo de regularização fundiária de terra indígena - está sendo elaborado pela FUNAI, com previsão de conclusão neste ano.

Este capítulo preocupou-se em trazer à baila informações sobre o desastre e o caminho percorrido pelos Krenak após a lama até a assinatura do acordo emergencial. Procurou também mostrar, segundo o entendimento e as falas dos Krenak, a percepção do desastre sobre suas vidas. Finalmente foram registrados os projetos de futuro apontados por alguns dos entrevistados.

Os impactos socioambientais provocados pelos empreendimentos nas terras indígenas, são controlados por legislações específicas e tratados no âmbito da legislação referente aos licenciamentos ambientais<sup>25</sup>. Diante de um empreendimento, conforme a legislação vigente, o empreendedor contrata uma equipe multidisciplinar para fazer os estudos de impactos relacionados ao seu projeto. Com a assinatura do TTAC, esse também foi o encaminhamento dado para o caso. Desta forma é extremamente necessário que estudos conduzidos por equipe multidisciplinar sejam realizados para levantamentos e sistematização, de acordo com a legislação, levando porém em consideração todo o sentimento e visão Krenak sobre esse terrível fato que impactou suas vidas.

---

<sup>25</sup> Mais informações sobre os Licenciamentos Ambientais na Terras Indígenas podem ser encontradas em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoas/licenciamento-ambiental>



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desastre do rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP, o maior já ocorrido no Brasil, impactou profundamente a vida do povo Krenak em todos os seus aspectos. Para os Krenak o desastre causou a morte do *Uatu*, um ente sagrado para essa etnia, com o qual mantinham uma relação ancestral, física e espiritual, que permitia a continuidade da existência do grupo, mesmo diante de todos os ataques que sofreram desde o período da colonização. Tal desastre, numa perspectiva maior, é consequência da maneira com a qual a nossa sociedade se relaciona com a natureza, com o meio, reduzindo-os a categoria de recursos necessários para o enriquecimento de grupos dominantes, e desta forma vem sendo forjado há séculos, e se coloca como uma tentativa última de dizimação dessa população.

Diante da situação de vulnerabilidade decretada aos Krenak a partir do desastre, a preocupação desta pesquisa foi compreender como os Krenak percebem ter sua sustentabilidade ameaçada. O que eles tinham ou têm que os possibilita existir enquanto grupo etnicamente diferenciado e que fora impactado com a tragédia. Para isso, foi necessário num primeiro momento, regressar ao passado e buscar compreender o histórico de violências a que o povo foi submetido, o que foi feito a partir do diálogo da literatura ocidental com a historiografia própria dos Krenak, relacionando-as às histórias de vida da população contemporânea, o que revelou os sentimentos e percepções que o povo tem sobre esse histórico de violência a que vêm sendo submetidos.

Desde a chegada dos colonizadores os projetos hegemônicos de desenvolvimento, sejam de interesse público ou privado, e principalmente a associação desses dois grupos de poder, relegaram aos Krenak seus direitos territoriais, ameaçando a sua sustentabilidade e sempre os colocando em uma situação de vulnerabilidade e conflito, como descrito ao longo da presente dissertação. Esse povo, que têm no *Uatu* sua referência de territorialidade, ancestralidade e cosmologia, chegando a denominá-lo de “*seu pai e sua mãe, seu parente*”, resistiu a séculos de ataques em defesa do seu território, o que foi possível justamente pela forma como se relacionam com o rio, que sempre garantiu as condições necessárias para a sua vida, tanto física, quanto material e principalmente espiritual.

As investidas dos empreendimentos contemporâneos trouxeram mais diversos impactos à sustentabilidade do povo Krenak, sobretudo o trágico desastre provocado pela Samarco/Vale/BHP. Diante de mais esse ataque, da situação de risco a que foi submetida à população Krenak e da necessidade de encontrar caminhos junto aos mesmos que lhes permitam novamente resistir a essa investida, a proposta da presente pesquisa buscou compreender o entendimento dos Krenak sobre a sua sustentabilidade, os significados e

percepções que operam entre a etnia sobre o tema, e o que entendem ser necessário para uma vida digna, com possibilidade da continuidade de sua existência enquanto grupo etnicamente diferenciado, para então se pensar em ações e projetos necessário à compensação, mitigação e mesmo indenização dos Krenak diante do desastre.

Nesse sentido entende-se que é preciso hoje assegurar a qualidade de vida das gerações futuras. Para tanto, as diretrizes apontadas pelos Krenak (relatadas ao longo da presente pesquisa e em demais oportunidades de discussão do tema) para a superação e reposicionamento da comunidade, na perspectiva de terem compensados e mitigados os impactos do desastre - com vistas à manutenção da sustentabilidade da sua existência enquanto povo culturalmente diferenciado – devem ser levadas em consideração no desenrolar das ações a serem encaminhadas pelos responsáveis nos próximos momentos.

Para começar, é necessário que governos e empresas aprendam com os erros do passado para não os repetir. Isso pode ser alcançado por meio do respeito à autonomia dos *Borun*, especialmente na proposição e realização de projetos de compensação à sua etnia. Nesse sentido é preciso compreender e reconhecer todas as violações a que foram impostos, entender as suas relações com o *Uatu* e seus significados, compreender a importância desse rio, e da territorialidade que ele representa para o povo, bem como sua relação com o Território Sagrado dos Sete Salões. Isso requer o exercício da interculturalidade como caminho para se estabelecer uma relação justa com os Krenak.

Para os *Borun* o entendimento de sustentabilidade se relaciona à harmonia, tranquilidade, cultura, língua, autonomia, equilíbrio, espiritualidade, diálogos intergeracionais, território (Sete Salões); isso tudo os organiza em sistema de pertencimento e sustentabilidade. Para eles, ambiente e natureza não são elementos estáticos, são componentes de um sistema de organização em que as pessoas (os *Borun*) estão inseridas, dele compartilham, sofrem impactos e precisam ser recuperados conjuntamente.

O rio Doce e o território Krenak de Sete Salões colocam-se como importantes elementos para que os Krenak possam usufruir de uma vida longa e saudável. O rio é importante para o acesso a elementos para a manutenção da vida física dos Krenak como água e comida garantindo a sua segurança alimentar, para as atividades culturais e espirituais, que os diferem de demais grupos populacionais, para as suas relações sociais garantindo a convivência dos grupos, dentre diversas outras importâncias. No entanto, a possibilidade de utilização do rio nos próximos anos é improvável. Diversas falas dos Krenak durante a pesquisa demonstraram que o sentimento é de que o rio está morto e que não acreditam na possibilidade de recuperação, pelo menos nas próximas décadas.

Por isso demandam - e agora com mais urgência - a demarcação dos Setes Salões, onde entendem que poderão ensinar sua cultura para as crianças, pensarem uma gestão sustentável do território, retomarem antigas áreas de caça e coleta de materiais (como as ilhas citadas na entrevista acima) e retomarem os lugares sagrados para o povo como a caverna dos Sete Salões, a pedra da Pintura, entre outras.

A reivindicação dos Krenak quanto à demarcação do seu território tradicional - como forma de garantir a sua sustentabilidade enquanto povo etnicamente diferenciado - encontra respaldo nos dispositivos jurídicos nacionais. Por vezes, retirados forçadamente de seu território por projetos agropecuários, de mineração, bases militares e finalmente impactados com o desastre da Samarco/Vale/BHP, os Krenak têm o direito ao usufruto do seu território tradicional, até como forma de reparação a todas as investidas que vêm sofrendo ao longo da história, e é dever do Estado garantir esse direito.

Ao contaminar o Rio Doce, as empresas Samarco, Vale e BHP romperam com importante princípio ético para o povo Krenak – sua relação intrínseca com o *Uatu*. Com a morte do rio, elementos da história, da cultura e da própria essência do ser Krenak, foram destruídos, o que ameaça a sustentabilidade dessa etnia. Coloca-se como mais uma possível ação de genocídio vez que impossibilita o acesso a recursos fundamentais para a reprodução física e cultural Krenak, para essa e para as futuras gerações, ameaçando diretamente a sustentabilidade da etnia. Isso precisa ser reparado, com a demarcação dos Sete Salões e com demais ações que devem ser construídas junto aos Krenak, o que demandará tempo – fator fundamental para a sustentabilidade dos *Borun* – o tempo necessário a reorganizarem suas relações com o território, com o sagrado, internamente e com a sociedade.

A discussão que deve vir à tona nos espaços de debate e deliberação referentes ao caso Samarco, inclusive sua relação com os impactos aos *Borun* e demais povos afetados, é para o que servirá o rio Doce e seus recursos? Para garantir a reprodução física e cultural dos povos que dele dependem, ou para satisfazer os desígnios econômicos de grupos hegemônicos? É possível pensar em sustentabilidade sem essa reflexão? Não há como postergar tal discussão entre sociedade, governos e empresas, uma vez que, após o desastre, os recursos da Bacia do Rio Doce tornaram-se ainda mais escassos, e mesmo que as ações de pretensa recuperação não demorassem décadas para ter efeito, a disputa por tais recursos é fonte de conflito entre esses diversos segmentos. Uma mudança paradigmática sobre a utilização e importância do rio Doce deve ser promovida, para garantir a sustentabilidade do próprio rio e dos povos que dele dependem e que com ele se relacionam. Como os Krenak relataram, não é possível ter

sustentabilidade com o território devastado, com o *Uatu* morto e com o povo doente e espiritualmente abalado.

O tema sustentabilidade é extremamente abrangente, cheio de conceitos, definições e diretrizes associadas. A matéria é amplamente estudada na atualidade e milhares de publicações que abordam o tema, diversas reuniões e conferências têm debatido o tema, mas a nossa sociedade não têm alcançado êxito para chegar a esse objetivo. Esse trabalho buscou aproximações iniciais de um diálogo intercultural sobre a temática, na perspectiva de aprender com os Krenak um pouco do vasto entendimento que têm do assunto, afinal têm resistido e sobrevivido, mesmo nas condições mais adversas. Buscar compreender a visão dos *Borun* sobre sustentabilidade e quais as associações fazem com o tema é necessário para a compreensão da percepção que têm sobre os impactos do desastre da Samarco/Vale/BHP, e nos traz novas visões e descobertas sobre essa tão almejada sustentabilidade, apontando caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e ética nas relações humanas e com o nosso lugar de viver, nosso ambiente, nosso planeta.

O desastre da Samarco/Vale/BHP chegou para os Krenak, como uma avalanche de lama soterrando os seus sonhos, projetos de uma vida próspera e sustentada na relação com o seu território tradicional e com o *Uatu*. A tragédia trouxe para os Krenak impactos na saúde, nas relações sociais, na espiritualidade, na economia, no meio ambiente, enfim no bem viver do povo. Exilou os *Borun* em seu próprio território, subtraindo-lhes sua referência de identidade, subjetividade e sustentabilidade necessária à sua reprodução física e cultural. Se nos tempos passados foi imposta, como demonstrado, a morte física de diversos “botocudos”, o desastre atual parece ter buscado a morte ontológica da etnia pela supressão de elementos fundamentais para a constituição do ser Krenak, do ser *Borun do Uatu*.

É importante ressaltar quanto aos impactos do desastre, que esse texto buscou dar visibilidade a forma como os Krenak têm sentido e percebido as implicações dessa tragédia em suas vidas. Não é possível em apenas uma dissertação esgotar os resultados, até porque, a cada dia novos impactos são percebidos tanto pelos Krenak, quanto pelos estudiosos do assunto, e por isso é importante que novos trabalhos sejam desenvolvidos nesta temática. Essa proposta foi apenas um estímulo para se buscar uma forma diferenciada de relação com os *Borun* ao se estudar os impactos ambientais. Os estudos de impacto ambiental devem ser realizados por equipe multidisciplinar com as habilidades necessárias para a realização de diálogos interculturais e avaliação de impactos nos seus mais variados aspectos, conforme legislação vigente.

Os Krenak têm buscado novas formas de se relacionar com o meio, com a sociedade e

entre eles mesmos. Esse povo tão resistente tem mostrado para a sociedade que outras formas de viver e resistir são possíveis. Mesmo com todos os impactos do desastre eles não têm se resignado a lutar por justiça, parando muitas vezes, mesmo que por alguns momentos, o processo desenfreado de exploração do meio ambiente pelo capital, como fizeram em sua manifestação na Ferrovia da Vale, para chamar a atenção que outro caminho precisa ser tomado e para garantir que os responsáveis pelo desastre assumissem o compromisso de reparação com o seu povo. Se conseguirmos ouvir o que os Krenak e outros povos indígenas e tradicionais têm a dizer pode ser que construamos um futuro que possibilite viver uma vida de melhor relação com o planeta e entre nós mesmos.

Espera-se que essa dissertação possa ser uma ferramenta de auxílio à luta pra os Krenak. E que inspire outras formas de olhar, compreender e se relacionar. *Ererre*<sup>26</sup>!

---

<sup>26</sup> Saudação (estado de Espírito) Krenak: Tudo bem, tudo de bom!

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Prefácio. In: PERALTA, Carlos. E.; ALVARENGA, Luciano J.; AUGUSTIN, Sérgio. (Orgs.). **Direito e justiça ambiental: diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2014. p. 07 a 10
- BAETA, Alenice Motta; MATTOS, Isabel Missagia de. A serra da onça e os índios do Rio Doce: Uma perspectiva etnoarqueológica e patrimonial. **Habitus**. Goiânia, V. 5, n.1, p. 39-62, Jan/Jun – 2007.
- BARRETTO FILHO, H. T.; CORREIA, C. S. Gestão Ambiental e/ou Territorial de/em Terras Indígenas: subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas conforme a Portaria Interministerial nº 276/2008. Brasília: MMA, 2009.
- BARRETTO FILHO, H. T. Natureza. In: SOUZA LIMA, A. C. **Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa / LACED / ABA, 2012. p.103-109.
- BARTHOLO JUNIOR, Roberto S.; BURSZTYN, Marcel. Prudência e utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade" In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Ciência, Ética e Sustentabilidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001. p. 159-188.
- BAVARESCO, Andréia; MENEZES, Marcela. **Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígenas**. Brasília: GIZ/Projeto GATI/FUNAI, 2014.
- BERNARDA, Elane; MADUREIRA, Lopes. **Revista Educação e Políticas em Debate**. v. 3, n.2 – ago./dez. 2014.
- CALDEIRA, Vanessa. História de Botocudo: o povo Krenak na região do Vale do Rio Doce. In: REZENDE, Marcos; ÁLVAREZ, Ricardo (Orgs.). **Era tudo mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor**. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009. p. 42-61.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico, 2007. **Revista USP**, São Paulo, n. 75, p. 76-84, setembro/novembro 2007.
- ESPÍNDULA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: Edusp, 2005.
- FORÇA TAREFA. Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG. (Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana- Governo de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016)
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1983.
- FREITAS, C. M.; SILVA, M., A., MENEZES, F. C. O desastre na barragem de mineração da Samarco: fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco de desastres. 2016. **Ciência e Cultura**. v. 3, n. 68. p. 25-30. 2016.
- GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

IBAMA. Laudo Técnico Preliminar. **Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais.** Novembro de 2015. 38p.

ICMBio. Nota técnica nº 12/2016. Centro. Tamar/Dibio/ICMBio. 2016

KRENAK, Douglas. **Borum Krenak: 200 anos de resistência à Guerra Justa.** Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0063.html>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2017.

KRENAK, Douglas; et al; **Aprendendo a língua Krenak- Ithok Ererré.** Associação Indígena Atorã. Cartilha. s/d.

KRENAK, Itamar de Souza Ferreira, et al. **Uatu Hoom.** Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Cipó Voador, 2009.

KRENAK, Marcos; et al. **Rhitioc Krenak – Coisa tudo na língua Krenak.** Mec/Unesco/SEE-MG. 1997.

LITTLE, Paul. Ecologia Política como Etnografia: Um guia Teórico e Metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MPF. **Ação Civil Pública Reformatório Krenak.** 2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-reformatorio-krenak.pdf/view>>. Acesso em 25/01/2017.

MPF. **Requerimento de Anistia Política ao povo Krenak.** 2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-mg-requer-anistia-politica-para-o-povo-indigena-krenak>> Acesso em 25/01/2017.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados.** São Paulo , v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

OIT. **Convenção n. 169 sobre Povos Indígenas e Tribais.** Ratificada pelo Brasil em 25 de julho de 2002. Internalizada pelo Decreto n. 5.051 de 19 de abril de 2004.

PACHECO, Rosely Aparecida Stefanos. **Sustentabilidade indígena: desafios e possibilidades.** Curitiba: UFPR, 2006.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 413-430

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O Tempo de Dor e de Trabalho: A conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste.** 1998. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade de São Paulo, 1998.

POEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 7ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.

SAMARCO MINERAÇÃO. Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2014. Belo Horizonte, 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Refletindo a pesquisa participante**. São Paulo: Ed. Cortez. 1986.

SOARES, Geralda Chaves. **Os Borun do Watu: os índios do rio Doce**. Contagem: Cedefes, 1992

SOUSA, Cassio Noronha Inglez; ALMEIDA, Fabio Vaz Ribeiro de. **Gestão Territorial em terras indígenas no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, SECADI: Unesco, 2015.

STROH, Paula Yone. Introdução. In: MORIN, Edgar. **Saberes Globais e Saberes Locais: O olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond. 2000.

THELMA SPINDOLA, Rosângela da Silva Santos. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista Escola de Enfermagem da USP**. 2003. v. 2, n. 37. p. 119-26. Disponível em: <https://grupodobemestaredafelicidade.blogspot.com.br/2015/11/mariana-o-maior-e-mais-grave-crime.html> acesso em 27/03/2017>

VALENCIO, Norma. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. **Ciência e Cultura**. v. 3 n. 68. p. 41-45, 2016.

VARGAS, Gloria Maria. Conflitos sociais e sócio-ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia. n. 19 (2), p.191-203, dez. 2007.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Sustentável, o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.

WANDERLEY, Luis Jardim; et al. Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: Aspectos Econômicos, Políticos e Socioambientais. **Ciência e Cultura**. v. 3, n. 68. p. 30-35. 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Brookman, 2010

ZANETI, I.C.B.B. **As Sobras da Modernidade**. Porto Alegre. Ed. CORAG, 2006.

ZHOURI, Andréa. Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability Desafios para a Governança Ambiental. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**. Vol. 23 No. 68. Outubro/2008

ZHOURI, Andréa; et al. O desastre da Samarco e a política de afetações: Classificações e



ações que produzem sofrimento social. **Ciência e Cultura**. v. 3, n. 68, p. 36-40, 2016.

### Sites consultados:

Aconteceu no Vale:

<[http://aconteceunovale.com.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/protesto\\_indios\\_krenak.jpg](http://aconteceunovale.com.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/protesto_indios_krenak.jpg)> acesso em 30/01/2017

<<http://aconteceunovale.com.br/portal/?p=73032>> acesso em 30/01/2017.

Funai:

<<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em 25/01/2017.

<<https://www.facebook.com/Funaioficial/photos/pcb.528761573953186/528760403953303/?type=3>> Acesso em 25/01/2017.

<<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/licenciamento-ambiental> >  
< <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4058-nota-pesar-euclides-krenak>>, acesso em 05/02/2016.

G1- Globo Minas

< <http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/06/pf-conclui-inquerito-da-tragedia-de-mariana-e-indicia-8-pessoas.html> > Acesso em 25/01/2017

Greenpeace:

< <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog/rio-doce-impactos-da-lama-no-corpo-e-na-alma/blog/59204/>> Acesso em 19/04/2017.

Grupo Bem estar e felicidade:

<<https://grupodobemestaredafelicidade.blogspot.com.br/2015/11/mariana-o-maior-e-mais-grave-crime.html>> Acesso em 27/03/2017.

IBAMA:

<<http://www.ibama.gov.br/informes/rompimento-da-barragem-de-fundao>> acesso em 02/02/2017

IO Statig:

< <http://i0.statig.com.br/bancodeimagens/c9/lo/ts/c9lotsqtz0v13x6jo4sdozqx9.jpg> > Acesso em 27/03/2017.

Jornalistas Livres:

<https://jornalistaslivres.org/2015/12/do-lucro-a-lama-uma-viagem-de-mariana-ao-fim-do-mundo/>> Acesso em 30/01/2017

Literatortura :

<<http://literatortura.com/2015/04/10-fotografias-que-retratam-a-historia-do-brasil-de-uma-maneira-que-voce-nao-esta-habitado/7>> acesso em 30/01/2017

Portal Raíces:

<http://www.portalraizes.com/mataram-o-rio-doce-minas-gerais-e-o-mar-de-lama/> . Acesso em 27/03/2017.

**ANEXO 1**

## CARTA ABERTA

Terra Indígena Krenak

12 de Novembro de 2015.

O povo Krenak reivindica solução aos impactos causados ao rio Doce que diretamente tem afetado o povo Krenak da Terra Indígena Krenak, Resplendor/MG.

Senhores dirigentes das empresas causadoras do impacto sobre o rio Doce,

*Nós, indígenas Krenak, diante da situação que se instalou em decorrência do rompimento das 02 barragens de tratamento de rejeitos de mineração da empresa SAMARCO Mineração, empresa da VALE e BHP, localizada no município de Mariana/MG, que sujou e contaminou toda a calha do Rio Doce, matando peixes, animais silvestres e toda vegetação ciliar.*

Sabemos também que os problemas causados com o rompimento dessa barragem irão permanecer ao longo de muitos anos. Nossos peixes estão mortos, nossas caças estão ficando doentes e nossa flora toda destruída e contaminada com os dejetos tóxicos lançados em nosso rio DOCE.

Diante do desastre causado pelas as empresas VALE S.A e BHP Biliton por intermédio da SAMARCO, exigimos que sejam feitos projetos voltados para caça, pesca, plantação e tudo que envolve a vida do povo Krenak, uma vez que o rio doce está presente em todos os aspectos do nosso povo. Também exigimos indenização por danos morais causados a nossa cultura e religião que temos com o nosso *UATU* (rio DOCE).

Contudo, requeremos, *a priori*, a manutenção da dignidade do povo krenak que tem no rio Doce a sua fonte de sobrevivência cultural, espiritual e física, pautadas nas seguintes reivindicações:

1. **Água para beber (Água mineral)** - Fornecimento diário de água mineral para 600 pessoas na proporção de 5 litros/pessoa;
2. Água para suprir as necessidades diárias com distribuição de 140 caixas d'água, com capacidade para 2000 litros cada, com o intuito de atender as famílias da aldeia. Deve haver frequência de abastecimento a cada 2 dias por caminhão pipa;
3. Manutenção do gado do Krenak como forma de compensação dos impactos causados no rio Doce;

4. Retirada imediata do gado da aldeia devido ao uso constante das margens do rio pelo gado para dessedentação e transitam entre as ilhas que se encontram no leito do rio.

É importante registrar que a partir desta data, todo o gado que vier a morrer a empresa causadora pelo dano ambiental será responsabilizada;

Até a retirada do gado o leite continuara sendo entregue, deixando claro que o gado esta bebendo água do rio Doce;

A partir do momento que o gado for retirado as famílias deverão ser compensadas na exata magnitude dos prejuízos;

Diante do exposto, convocamos as empresas causadoras do impacto para estarem na presença dos indígenas para responder sobre as soluções a serem a serem adotadas conforme as reivindicações aqui apresentadas, no dia 13 de novembro de 2015, até às 14 horas, sendo este o prazo máximo admitido.

Povo indígena Krenak

**ANEXO 2**

**TABELA DE ACOMPANHAMENTO DO TERMO EMERGENCIAL KRENAK X VALE EM DECORRENCIA DO DESASTRE DE MARIANA**

Item	Descrição	02/02/2015	02/02/2015	02/02/2015	12/08/16	12/8/16	19/12/16
		Atendido	Não Atendido	Observações	Atendido ou não?	Observações	
1	Distribuição de água mineral diário para 600 pessoas na proporção de 5L/pessoa;	Sim (Em atendimento)		Nova licitação foi feita e uma nova empresa está entrando para fazer a distribuição	Em atendimento	Nova licitação foi feita e uma nova empresa está entrando para fazer a distribuição de água	Em atendimento Houve alguns dias que ficaram sem em algumas casas devido as chuvas mas foi regularizado.
2	Distribuir 140 caixas d água com capacidade de 2000L/cada;	Sim		As caixas foram colocadas no chão; há necessidade de construção de estruturas para elevação das caixas d'agua	Em atendimento, no entanto foi apontada a necessidade de se resolver a questão das pessoas que estão casando e que estão sem água. Será feito um mapeamento pelo empreendedor,	O levantamento das caixas começa em agosto. Itamar questiona a ligação das caixas até as casas. Marcelo Samarco informa que está previsto e será feita a conexão com as casas. Prazo de conclusão das	Ainda estão fazendo as estruturas; não fizeram nem a metade (entregue apenas 10); em algumas casas estão ficando baixas a estrutura. Necessidade de fazer a ligação do da caixa até as casas.

---

			dessa nova demanda 140 caixas será de que também é 10 meses. emergencial.	Solicitar o acompanhamento da SESAI (engenheiro) para avaliar as estruturas. Solicitar o projeto à Vale.
2.1	Fornecer abastecimento de água para suprir as necessidades diárias e abastecimento a cada dois dias por caminhão pipa;	Não (atendido parcialmente)	Problemas com o fluxo de caminhões e as estradas. Estradas em péssimas qualidades. Necessidade de recuperação do sistema de distribuição de água na aldeia e <b>recuperação das estradas.</b> Necessidade de <b>estruturas para levantamento das</b>	A água esta vindo suja; segundo informações estão pegando água no Córrego Barroso, que foi contaminada com o Barro do Rio Doce por conta da enchente, usam para tomar banho, lavar roupa;

---



---

**das caixas d'agua.**

<b>3.1</b>	Fornecimento de adicional de rações para o gado;	Sim (em atendimento)		Atendido corretamente
<b>3.2</b>	Fornecimento de Alimentação Volumosa para o gado;	Sim (em atendimento)		Atendido corretamente
<b>3.3</b>	Fornecimento adicional de sal mineral por família/mês para o gado;	Sim (em atendimento)		Em atendimento corretamente
<b>4.1</b>	Aquisição de 01 reservatório de 2000L para cada um dos 15 currais e abastecimento de água a cada dois dias	Sim (em atendimento parcial)	O Curral do Rondon não está sendo atendido com abastecimento de devido a ponte quebrada do rio Eme;	em atendimento correto, inclusive o da aldeia de Rondon
<b>4.2</b>	Aquisição de 100 bebedouros 100L para 100 famílias;	atendido		Atendido

---

5	Apoio para instalação de 120 cisternas de captação de água da chuva;	Não atendido	Segundo informações da Vale, a empresa está contratando o prestador de serviços para a realização.	A comunidade demonstrou interesse e demandou que esse ponto seja tocado, e as cisternas sejam construídas conforme a necessidade e realidade da Aldeia Krenak
6	Apoio financeiro para as famílias até o restabelecimento das condições da água do Rio Doce <i>Uatu</i> ;	Em atendimento;	Foi dialogada a necessidade de continuidade da ação até que as ações estruturantes que estão sendo negociadas em nível federal tenham resultados efetivos.	Em atendimento normal;
7	Destinação de valor financeiro, para ações de saúde,	Em atendimento precário;	Foi depositado um valor parcial per capita para cada	Continua na mesma situação da reunião de agosto. A maioria

---

como fundo  
emergencial;

associação X  
Numero de famílias  
de cada  
Associação)  
O dinheiro pode ser  
gasto com questões  
de saúde  
relacionadas aos  
impactos sem  
necessidade de  
comprovação com  
documentos  
médicos; Foi  
solicitado o repasse  
imediatamente do recurso  
para a associação  
com autonomia da  
comunidade sobre  
as decisões de  
utilização desde  
que haja mínima  
relação com os  
danos advindos do

das associações não  
conseguiu utilizar o  
recurso e presta  
contas até o  
momento por uma  
série de dúvidas  
quanto a esse ponto.  
Foi debatido entre  
eles que uma boa  
destinação seria para  
a compra de  
repelentes pois  
aumentou-se em  
muito a infestação de  
mosquitos na aldeia.

---

---

			desatre;		
8	Aquisição de duas embarcações de pequeno porte como motor de polpa;	Atendido		atendido	Atendido
	Instalação de uma cerca ao longo da margem do rio Doce no interior da Terra Indígena Krenak;	Em atendimento	Foram instalados 05km; 05 km restantes serão instalados nos próximos 15 dias;	Atendido totalmente	Atendido
9					

---

#### PONTOS DE AJUSTE NECESSÁRIOS AO TERMO DISCUTIDOS NAS REUNIÕES DE 02/02/2016 e 12/08/2016

##### Abastecimento de Água

1- A VALE precisa fazer a estrutura (levantar) as caixas de 2000L de em cada casa;

Para o abastecimento definitivo de água: opção 01 posto do Nino, opção 02 poço Caulim, opção 03 poço Porto da Barca - essa é uma seqüência estabelecida pela VALE em reunião ocorrida em janeiro, com a SESAI; **no entanto, deverá ser mantido o abastecimento emergencial, conforme o termo assinado em 16/11/2015, e posteriormente serão discutidas soluções definitivas, planejadas com a comunidade no âmbito das ações estruturantes**; uma vez que a comunidade apontou na presente reunião que cada grupo tem uma forma própria de gestão do uso da água, e que uma única solução (rede única – como vinha sendo proposto) tende a não funcionar para o abastecimento de toda a aldeia;

2- Necessidade de solução definitiva para dessedentação do rebanho bovino;

**Impactos à Saúde: Principais constatações iniciais pela equipe de saúde e pela comunidade**

Aumento da Incidência de Diarréias

Coceiras e erupções na pele de varias pessoas da comunidade

Abalos psicológicos principalmente nos idosos

**Demandas relativas à saúde geral:**

- 3- Atendimento psicológico, atendimento pediátrico, atendimento dermatológico – o atendimento deverá ser feito por profissionais especialistas nestas áreas, dentro da aldeia, em periodicidade semanal; após três meses poderá ser reavaliada a frequência de cada um desses profissionais;
- 4- À medida que qualquer impacto de saúde for relatado pelos indígenas /ou diagnosticado pelas equipes de saúde da SESAI, e requererem outras consultas especializadas, deverá ser notificada à VALE com cópia à FUNAI (apenas para ciência), solicitando providencias para o financiamento de consulta e/ou exames especializada, bem como outras despesas relativas ao problema de saúde apresentado;
- 5- Necessidade de aumento do fundo emergencial de saúde (item 7 do termo emergencial) – a demanda da comunidade é que seja R\$ 20.000,00 para cada uma das 07 Associações – para gastos com medicamentos, exames, deslocamentos, internações, outras consultas, etc;
- 6- Coleta de Lixo: foi informado pela comunidade que não está funcionando adequadamente a coleta dos vasilhames de água – a Vale verificará se o mesmo caminhão que entrega a água pode fazer o recolhimento dos vasilhames, ou apresentará outra solução;
- 7- - Ações de comunicação e promoção à saúde coletiva com a comunidade – Necessidade de construção de ações de comunicação e promoção à saúde a serem construídas com a comunidade (Professores, Agentes Indígenas de Saúdes, Lideranças, etc), objetivando promover à saúde e prevenir agravos relativos aos impactos do acidente – Essa ação deverá ter como pressuposto a AUTONOMIA E AUTODETERMINAÇÃO dos Krenak;

**Outras demandas apresentadas:**

- 8- Recuperação da Ponte do Rio EME – lembrando que esse já um compromisso da VALE firmado no Termo Aditivo ao Termo de Fomento do Projeto de Pecuária, que deveria ter sido cumprido desde 2015, e que agora é EMERGENTE devido a barreira de acesso á distribuição de água que o rompimento da ponte representa, impedindo a VALE de cumprir integralmente o compromisso assumido no acordo emergencial;

- 9- Reparação e manutenção das Estradas da Aldeia nos seguintes trechos: da BR (entrada Vizicatorio) à casa do Osmar; da BR- entrada do Horacio até Aldeia Krenak (incluindo ponte do EME); da BR entrada - Patrimônio do Eme até Corrego da Gata; da Casa de Máquina à Casa do Marcos (Nakrerré); do Córrego da Gata até o Porto da Barca; da Mangueira até a ponte do Eme (Krenak);
- 10-Construção emergencial de 07 cabanas rituais para dar condições de retorno as práticas culturais e espirituais e amparar o sofrimento psíquico e espiritual da comunidade;
- 11-Aquisição de 07 caminhonetes 04x04 para cada uma das associações indígenas; uma vez que veículos pequenos têm encontrado grande dificuldade de locomoção na TI, em especial pela condições ruins das estradas deixadas pelos caminhões que distribuem água; além de que com o acidente da Samarco, a necessidade de saídas da aldeia e a urgência desses deslocamentos aumentou sobremaneira;
- 12-Os indígenas relatam que a VALE deve enviar para reuniões pessoas mais qualificadas no diálogo com comunidades indígenas e com entendimento das relações dos Krenak com a VALE que é de longa data;